

ASSEMBLEIA DO M.F.A.

SOCIALISMO VAI COMEÇAR

A opção socialista da revolução portuguesa ficou ontem definida e consagrada na Assembleia do M. F. A. reunida pela primeira vez depois do 11

INVESTIMENTOS PORTUGUESES NO BRASIL: COMPROMISSOS MANTIDOS

A direcção da Lisnave (grupo CUF) desmentiu e qualificou de «especulativas» as informações divulgadas na imprensa brasileira segundo as quais «a radicalização das forças políticas e suas implicações em diversos sectores empresariais de Lisboa, após o golpe falhado de 11 de Março» teriam posto em causa a participação da CUF na Empresa Brasileira de Reparações Navais (Renave).

«As negociações prosseguem normalmente e com toda a objectividade», declarou esta manhã ao «Diário de Lisboa» o principal responsável pelo lado português nas conversações. «Os estudos sobre a nossa implantação no Brasil vêm desde 1969.

«O plano de sociedade com a empresa brasileira não se altera sejam quais forem as alterações políticas num país ou no outro», comentou o porta-voz da Lisnave, atribuindo

Continua na pág. 20

de Março, com a participação de 240 militares, oficiais, sargentos e praças. De acordo com elementos colhidos, o Exército está representado por 80 oficiais, 20 sargentos e 20 praças, a Armada por 40 oficiais, 10 praças e 10 sargentos, e a Força Aérea por igual número.

A Assembleia, que teve como nota a reter a ausência de oficiais spinolistas, afastados após o golpe de 11 de Março, caracterizou-se pela sua posição progressista face às grandes opções que se oferecem à sociedade portuguesa, claramente expressa no comunicado distribuído no final aos órgãos de Informação.

Um dos temas analisados foi a tentativa contra-revolucionária de 11 de Março e as suas implicações, tendo-se concluído que elas são vastas. Um relatório preliminar será tornado público ainda antes das eleições.

Ao iniciar os seus trabalhos a nova Assembleia do M. F. A. aprovou, por aclamação, uma mensagem ao povo português, que é do seguinte teor:

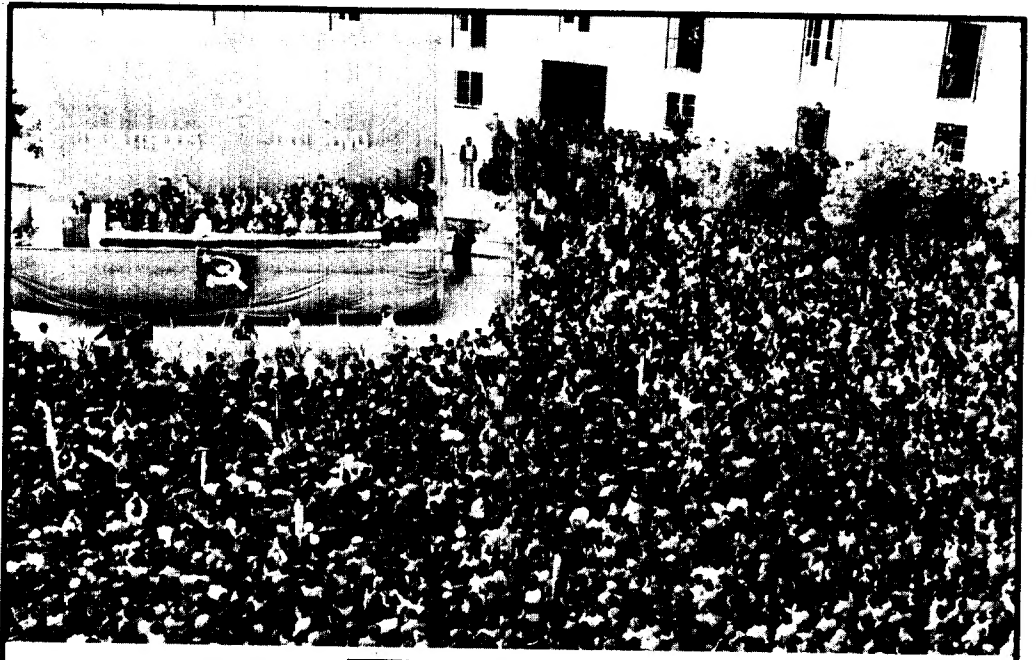
«A clarificação da situação político-militar, procedente do abortado golpe contra-revolucionário de 11 de Março, permitiu constituir em novos moldes a Assembleia do M. F. A. incluindo nela representantes de todos os grupos hierárquicos existentes nas Forças Armadas (oficiais, sargentos e praças — tanto do QP como do QC).

«O número limitado de elementos que necessariamente integram um órgão desta natureza exclui do seu seio muitos e valiosos elementos do M. F. A. espalhados por todo o País e que muito estão a contribuir para a consolidação e desenvolvimento do processo iniciado em 25 de Abril, principalmente através da sua actividade de esclarecimento e acção disciplinadora nas unidades e estabelecimentos militares.

«Os elementos que constituem a Assembleia do M. F. A., designados de acordo com as funções que desempenham e tendo em atenção locais onde prestam serviço, cobrem todas as actividades diárias militares e político-administrativas, permitindo, portanto, a ligação permanente dos órgãos directivos do M. F. A. com a totalidade dos seus componentes.

«Assim, a Assembleia do M. F. A. encontra-se apta a informar o Conselho da Revolução dos sentimentos e anseios das Forças Armadas e das populações das respecti-

Continua na pág. 7



CAMPANHA ELEITORAL

O C.D.S. efectuou discretamente o seu primeiro comício eleitoral, numa aldeia a 20 quilómetros de Aveiro. Tema dominante das intervenções: o ataque aos partidos da coligação, acusados de má gestão pelo C.D.S., que, evidentemente, promete fazer melhor (foto ao lado).

A campanha prossegue, com um ligeiro abrandamento depois do intenso fim-de-semana eleitoral. Desse fim-de-semana um aspecto, com Álvaro Cunhal no comício do P.C.P. em Faro (foto ao alto)



Levantada a censura em Angola

LUANDA, 8 — (D. L.) — Foi levantada a censura que pesava sobre os órgãos de Informação em Angola. Desde os acontecimentos sangrentos registados em Luanda nos últimos dias de Março, o alto-comissário português e o Colégio

Presidencial do Governo de Transição haviam decidido impor a censura à Imprensa e à Rádio. Assim, as emissoras particulares não podiam difundir qualquer notícia enquanto dos jornais e à Emissora Oficial de Angola era permitido exclusivamente divulgar os comunicados oficiais sobre os acontecimentos registados na capital angolana. Mais tarde, seria levantada a censura aos jornais mas a Estação Oficial continuou a difundir apenas comunicados. Sublinha-se que o dr. Agostinho Neto, durante a sua passagem por Lisboa, discutiu com as autoridades portuguesas as questões relacionadas com a situação da informação em Angola. O regresso à liberdade de Informação estará ligado a estas conversações.

Esta manhã reuniram no Palácio do Governo os Estados-Maiores das Forças Armadas dos três movimentos de libertação a fim de analisarem questões militares, nomeadamente as que se referem à constituição das forças integradas, embrião do futuro Exército de Angola, para o qual já se encontra decidido o necessário orçamento.

AVIÃO SUL-AFRICANO ALVEJADO EM LUANDA

Ontem à noite um alarme falso provocou tiroteio no Bairro Popular, à estrada do Catete. Alguns tiros atingiram um «Boeing 747» sul-africano quando este sobrevoava a baixa altitude, o Bairro Popular,

para aterrar no aeroporto de Luanda.

O avião aterrou normalmente, não tendo sido atingidos quaisquer dos 287 passageiros que seguiam a bordo.

Fontes bem informadas disseram que o piloto do avião — que efectuava a carreira Joanesburgo-Londres com escala por Salisbúria e Luanda — depois de inspecionar os estragos provocados pelas balas decidiu regressar a Joanesburgo para reparações, voando a baixa altitude, pois os orifícios abertos na fuselagem deram origem a uma despressurização no interior da cabina.

Depois do «Boeing-747» ter regressado a Joanesburgo, esta manhã partiu outro avião para Londres, mas desta vez fazendo escala por Windhoek.

Van Thieu escapou a um ataque aéreo

SAIGÃO, 8 — (R) — Um avião da Força Aérea sul-vietnamita largou três bombas sobre o Palácio Presidencial nesta cidade mas falhou o seu objectivo e mais tarde o presidente Van Thieu declarou que está decidido a continuar no poder.

Van Thieu, que tem sido pressionado para abandonar a presidência depois de ter perdido mais de metade do país

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Luís de Barros novo director

O jornalista Luís de Barros é o novo director do nosso prezado colega «Diário de Notícias». Ex-presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas e ex-subsecretário de Estado da Comunicação Social (nos II e III Governos Provisórios seguintes ao 25 de Abril), Luís de Barros era agora subchefe da Redacção daquele jornal.

O novo director do «Diário de Notícias» substitui o coronel Marcelino Marques, que desempenhava essas funções interinamente desde há alguns dias, após o afastamento dos jornalistas drs. José Ribeiro dos Santos e José Carlos de Vasconcelos.

TRÂNSITO MAIS FACIL NO TERREIRO DO PAÇO



Começaram hoje as obras de alargamento da «garganta» que liga a Avenida Infante D. Henrique ao Terreiro do Paço. Há muito que o trânsito se faz ali com extrema dificuldade. E não só: na «garganta» existe ainda uma passagem para peões. Solução: um tabuleiro que, vindo do Enfiamento da Avenida Infante D. Henrique, passe sobre o rio, inflectindo, depois, para o Terreiro do Paço, alguns metros antes do Cais das Colúrias. Concretizada esta solução, haverá naquela «garganta» duas faixas de rodagem

post scriptum

Aprendizagem da democracia

A oportunidade que se oferece agora aos portugueses de se esclarecerem politicamente é, a muitos títulos, única. A quase totalidade da população jamais tivera contacto com uma campanha eleitoral, porque, durante o regime anterior, o período de debate que o Poder aparentemente facultava antes das chamadas «eleições» para deputados era uma mentira. Todos sabemos que a censura à imprensa era praticamente sempre feita nessas alturas; a realização de comícios oposicionistas era de tal modo dificultada que praticamente se tornava impossível na maioria dos casos; a afixação de cartazes nas ruas era reprimida; a Televisão e a Rádio estavam incondicionalmente ao lado do Governo, etc. Ninguém ignora, também, as perseguições de que eram alvo todas as pessoas que publicamente apareciam a dar o seu apoio aos candidatos oposicionistas — os quais, não raramente, desistiam das urnas, conscientes da total impossibilidade de realizar o acto eleitoral com um mínimo de seriedade.

Pessoalmente, sempre fui da opinião que o regime anterior, mais do que a defesa da sua intocabilidade, pretendia nessas alturas evitar, sobretudo, que as pessoas se esclarecessem, tomassem consciência das condições infra-humanas em que estavam a viver. Era a tal política do obscurantismo: para Salazar e Caetano, alimentar a ignorância do povo era meio caminho andado para a manutenção do Poder.

Outro aspecto importante desta campanha eleitoral é a aprendizagem da vida em democracia que ela proporciona. Apercebo-me perfeitamente disso ao ver o propaganda partidária na Televisão. Eu sei que é difícil, para quem sempre foi obrigado a ver a realidade pelo prisma deformado que o regime anterior lhe oferecia, assistir serenamente à exposição de visões políticas substancialmente diversas, umas após outras. É difícil mas é saudável.

Mário Alberto L.C. de Castro — Lisboa

Falta de serenidade

Já fiz a minha opção relativamente ao partido político em que vou votar no próximo dia 25. Isso não me impede, no entanto, de ter um grande interesse por tudo quanto se relaciona, directa ou indirectamente, com a campanha eleitoral em curso.

Dou relevo especial, no âmbito desta campanha, à propaganda transmitida pela Televisão. Dirigentes ou simples militantes dos diversos partidos têm oportunidade, sem quaisquer peias, ao que penso, de expor as suas ideias e defender as posições das forças que representam. Seria bom que jamais perdessem a serenidade, condição essencial para que o esclarecimento que visam seja efectivamente profícuo.

Falta de serenidade, julgo eu, é atacarem-se os partidos uns aos outros, com uma linguagem nem sempre própria e cujos efeitos, não tenhamos dúvidas, são profundamente negativos. Sobre tudo para quem a utiliza.

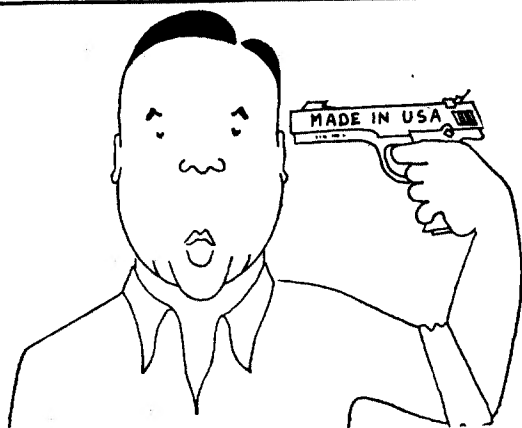
João Alvaro P. da Mota — Cruz Quebrada

Linguagem simples

(...) Creio que o veículo mais importante à disposição dos partidos, e sem menosprezar os jornais, a rádio, as sessões e os comícios, é efectivamente a Televisão. Esta chega a todo o lado, inclusive às aldeias perdidas no interior, onde a Imprensa não aparece. Assim, seria de pedir aos partidos a maior clareza nas suas exposições, recorrendo não ao palavreado caro que ninguém percebe, mas usando, isso sim, uma forma simples de dizer as coisas.

Eduardo F. Pereira Valentim — Póvoa de Lanhoso

Retiradas, ao acaso, do grande volume de correspondência sobre a campanha eleitoral em curso, que nos tem chegado nos últimos dias, as cartas acima transcritas denunciam várias ordens de preocupações, que é preciso ter em conta. Por um lado, o leitor de Lisboa faz um paralelo entre as chamadas campanhas eleitorais do regime anterior e esta que o 25 de Abril veio tornar possível. Por outro, o leitor da Cruz Quebrada aborda o problema das relações inter-partidárias no momento presente, apelando à serenidade, o que também a nós se afigura essencial para um verdadeiro esclarecimento do eleitorado. E, finalmente, o leitor da Póvoa de Lanhoso sugere que os agentes da propaganda política na Televisão utilizem uma linguagem clara, simples e directa ao povo, abandonando a fraseologia especializada que o nosso público em geral não entende.



(Desenho de KONK.)

PROFISSÃO DIFÍCIL

Por TORQUATO DA LUZ

Não há agora ninguém que não se sinta no direito de dar lições aos jornalistas. Em conferência de imprensa, comunicados, folhas volantes, cartas à redacção ou simples declarações, centenas de pessoas, todas decerto altamente especializadas em ciências da Informação, dizem aos homens dos jornais como devem fazer para serem «objectivos».

A objectividade, eis a tecla que mais batem. Que somos parciais, sectários, etc. Atentos e vendedores, vamos pacientemente escutando os bons conselhos, ignorando as ameaças. Fomos, durante 50 anos, ferozmente perseguidos por um regime que tudo fazia para nos impedir o exercício da profissão. Adquirimos, com isso, uma grande couraça de resistência à opressão. Importa que a mantenhamos em condições de poder utilizá-la para as novas pressões a que forças diversas queiram porventura su-

jeitar-nos.

A luta dos jornalistas pela dignificação da sua actividade, cuja utilidade pública é indubitável, tem sido longa e difícil. Sucessivas derrotas, longe de nos quebrarem o ânimo, sempre contribuíram para fazer crescer a nossa determinação. E, entre as vitórias alcançadas ao longo dos anos, damos especial relevo à que se refere ao horário de trabalho: cinco horas diárias seguidas ou seis alternadas.

Aparentemente, e um horário curto. Ilusão! A actividade jornalística é altamente desgastante. O nosso trabalho não é rotineiro e os actos profissionais, no nosso campo, são insusceptíveis de mecanização, na medida em que esta constitui precisamente a negação do jornalismo — que requer uma entrega total.

Mas não foi apenas tendo em conta este aspecto que lu-

tamos, até à vitória, por este horário. As próprias empresas (é preciso não esquecer que o horário em vigor resultou de acordo colectivo, firmado entre sindicato e grémio) se deram conta de que a actividade do jornalista é de tal natureza que exige da sua parte uma constante atenção ao mundo. Fora das horas de trabalho, temos obrigação de procurar uma permanente actualização de conhecimentos, o que exige tempo livre.

Julgamos falíveis os argumentos dos que, para servir os seus interesses (que podem ser de um grupo ou de uma classe), consideram a nossa profissão como um sacerdócio em que o único direito que nos assiste é o sacrifício. Temos consciência da sociedade em que vivemos.

É ainda na primeira linha

das nossas vitórias que colocamos as conquistas alcançadas no que respeita a salários. Temos direito a uma vida digna, o que não se consegue sem dispormos de condições económicas aceitáveis.

Por estas razões, e muitas outras que não cabem num breve apontamento, não iremos decerto aceitar, agora que se oferece à sociedade portuguesa a possibilidade de viver sem opressão, que nos venham impor limites ao digno exercício do nosso trabalho, mediante a anulação de vitórias tão duramente alcançadas. Com as novas condições de luta ao alcance dos trabalhadores, a couraça de resistência que adquirimos durante os 50 anos em que fomos perseguidos, vilipendiados e silenciados, dar-nos-á forças para sabermos dizer «não».

DANANG LIBERTADA

Por WILFRED BURCHETT

Exactamente dez anos e vinte e um dias depois dos primeiros 3500 «marines» norte-americanos terem desembarcado em Danang — unidades de vanguarda de uma força invasora americana que atingiria os 500 000 em pouco mais de dois anos — as últimas centenas de americanos que sobreviviam escapavam-se pela porta das traseiras para navios que os aguardavam. Enquanto que multidões iradas destruíam o consulado e outras instalações norte-americanas e tropas fantoches despiam os uniformes e se entregavam com as armas às forças de libertação, a cidade de Danang adquiria uma nova vida sob um mar de bandeiras vermelhas. Era todo um ciclo de intervenção norte-americana que terminava violentamente na segunda maior cidade do Vietname do Sul. É significativo que o último contingente de «conselheiros» militares e políticos não tivesse sequer podido utilizar a enorme base aérea para fugir com medo de ser linchado. Apesar da cortina de fumo que se pretendeu lançar com o tal milhão de refugiados «fugindo aos comunistas» — uma ilusória propaganda para esconder a mais humilhante derrota da política norte-americana no Vietname do Sul — era mais que evidente para quem presenciava os acontecimentos, que as forças de libertação eram saudadas como libertadoras de Danang como eu de resto vira os seus irmãos mais velhos e pais a serem saudados em Hanói há quase 21 anos atrás.

A descrição do am-

biente em Danang nas últimas 48 horas antes da libertação constitui um extraordinário comentário para todo o edifício construído pelos americanos no Vietname do Sul. Oficiais desertando das suas unidades, soldados desertando dos postos e um punhado de privilegiados loucos — finalmente de armas na mão, os únicos de resto a empunhá-las, a correr para o último avião.

Os que se consideravam como «heróis conquistadores» que tinham aterrado com o melhor e mais pesado dos equipamentos militares, jamais utilizado por qualquer força invasora na História fogem agora no último navio levando nas mãos aquilo que podem, e deixando para trás alguns 100 000 homens das tropas de Saigão, nas quais se incluem algumas divisões consideradas de «elite» pelo presidente Van Thieu.

O desembarque dos «marines» em Danang a 8 de Março de 1965 assinalou a escalada da intervenção no Vietname do Sul, da «guerra especial» nos termos da qual os Estados Unidos forneciam tudo excepto tropas de combate, para a «guerra limitada» na qual tropas de combate também eram fornecidas. Tem interesse atentar nas esperanças que os americanos manifestavam nesse período. Os documentos do Pentágono revelam que a avaliação feita pelo então secretário de Estado da Defesa, Robert McNamara e pelo seu deputado, Roswell Gilpatrick, era de que se Hanói e Pequim intervissem abertamente, o máximo de forças

necessárias aos Estados Unidos seria de 205 mil homens (seis divisões mais a unidade de apoio). Oito meses após o desembarque em Danang, perguntei ao presidente da Frente de Libertação Nacional, Nguyen Huu Tho, no seu quartel-general instalado na selva, qual o número de homens que ele imaginava que os Estados Unidos iriam usar no Vietname. Ele explicou-me que, a partir de um estudo que com os seus amigos efectuara sobre as capacidades dos Estados Unidos, chegara à conclusão de que devido a outros envoltivos globais, cerca de 500 000 soldados americanos seriam enviados para o Vietname do Sul e que a FLN poderia enfrentar aquele número. Com os seus restos de lápis e bocadinhos de papel, Nguyen Huu Tho e os seus amigos conseguiam uns resultados mais exactos do que McNamara com todos os seus computadores.

O papel dos «marines» norte-americanos era inicialmente concebido como a estratégia «dos borrões de tinta».

Os «marines» deveriam estabelecer bases ao longo de toda a costa sul e norte de Danang, que, como «borrões de tinta» se acabariam por misturar todos numa única mancha ao longo da linha costeira. Nessa altura poderiam então espalhar-se para dentro e ocupar os planaltos centrais — ou pelo menos conservar a linha costeira e principais vias de comunicação enquanto que as divisões do exérci-

to o faziam.

«Os marines podem considerar-se como pingos de tinta — esse é o seu papel de resto», explicava Nguyen Van Chau, um oficial da FLN que tomou parte na primeira e maior confrontação com os «marines» de Danang. «Contudo, o nosso povo e as nossas forças armadas não se consideram como bocados de mata-borrão».

«Os marines descobriram isso à sua própria custa em Van Tuong...».

Aquilo a que os «marines» se referem como a batalha de Chu Lai e os vietnamitas apelidam de Van Tuong, nome da aldeia próxima ao local onde ocorreu a batalha, começou a 18 de Agosto de 1965 e constitui o primeiro grande envolvimento dos «marines». (Está agora provavelmente esquecido quando os «marines» desembarcaram a explicação oficial de Washington era de que eles se destinavam apenas a guardar as instalações e não a combater!). Os «marines» comentavam o resultado desta batalha como a «maior vitória de toda a guerra» com mais de «600 vietcong mortos».

Nguyen Van Chau vê-a de modo muito diferente. «Foi essa batalha que pôs fim à estratégia dos «borrões de tinta», afirma. «Infligimos graves perdas aos marines em Van Tuong, apesar do seu fantástico equipamento, numa batalha que durou dois dias, com as nossas tropas a afastarem-se da área a coberto da escuridão da noite».

REPRESENTANTES DE BAIRROS DA LATA

EXIGIDA A MOBILIZAÇÃO
DAS GRANDES EMPRESAS
DE CONSTRUÇÃO CIVIL

«Vivem actualmente em Lisboa e arredores centenas de milhares de trabalhadores em barracas ou casas abarracadas, em péssimas condições de habitação» — afirmou ontem à tarde em S. Bento a Intercomissão de Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa e Arredores a um representante do brigadeiro Vasco Gonçalves.

O Primeiro-Ministro ficou inteirado da necessidade de organização da luta dos trabalhadores pela melhoria de condições de habitação, e pela resolução de todos os problemas que dizem respeito aos moradores dos mencionados bairros. «Esta luta desenvolve-se numa situação habitacional no nosso país em que se verifica que uma minoria de grandes capitalistas e latifundiários continuam a viver nas suas grandes vivendas e casas com todo o luxo, e a dispor de palácios, casas de praia e de campo desabitadas, enquanto que a maioria do povo que labuta nas fábricas, nas oficinas, nas obras e nos campos, produzindo toda a riqueza, se vê condenado a viver em péssimas casas ou bairros de lata, sem condições de salubridade, segurança e higiene» — lê-se numa exposição apresentada.

Acentuou-se que após o «25 de Abril», o Governo anunciou um programa onde se propunha acabar com os bairros de lata em pouco tempo, criando junto do Fundo de Fomento da Habitação um Serviço de Apoio Ambulatório Local (S. A.

A. L.) para apoiar através das Câmaras Municipais as iniciativas das populações mal alojadas. No caso de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa entregou essa função ao Gabinete Técnico da Habitação (G. T. H.) e à Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (E. P. U. L.) que criou as Brigadas de Actuação Local (B. A. L.).

«As comissões de moradores (afirma-se) nas reuniões com as B. A. L. foram verificando que não resolviam nem os mais simples e urgentes problemas (esgotos, água, lixo) quanto mais os de maior importância.»

Assim, moradores de alguns bairros decidiram agir por conta própria e passaram a ocupar as casas desabitadas ou em construção, «mesmo depois da proibição das ocupações».

«Foram a isso forçados — salienta-se — pelas suas necessidades e pela não resolução dos seus problemas.»

Foi sublinhado que «na maioria dos bairros o trabalho com a E. P. U. L. é um fracasso, surgindo como um processo de desgaste, iludindo as comissões com promessas que não são cumpridas e que por vezes desacredita as comissões aos olhos dos moradores».

Expostas estas razões (e mais outras) a Intercomissão apresentou o seguinte caderno reivindicativo comum aos bairros de lata e bairros pobres da capital e arredores:

1) Que os novos bairros sejam construídos nas mesmas zonas onde actualmente o po-

vo vive; 2) Que os moradores possam decidir sobre o tipo de casas a construir; 3) Data do início de construção dos novos bairros; 4) Decisão própria sobre o tipo de casas a construir; 5) Exigir que os moradores dos bairros se organizem em cooperativas (o financiamento será um empréstimo sem juros ou com um juro máximo de 2 por cento, durante 25 anos no mínimo, além do subsídio a atribuir); 6) Exigir que a renda a atribuir não exceda 10 por cento do rendimento do chefe de família (no caso de bairros que optarem pela construção tipo habitação social); (...); 10) Que enquanto não se construírem os novos bairros o Estado garanta através de legislação apropriada a ocupação das casas que se encontram vagas, por parte de famílias desalojadas ou em péssimas condições de alojamento; 11) Que nas várias reuniões da C. M. L. com a E. P. U. L. ou outras entidades, onde se tratam problemas destes bairros, seja permitida a presença de representantes das comissões de bairros; 12) Que o controlo da distribuição dos fogos construídos pelo Fundo de Fomento de Habitação, G. T. H., E. P. U. L. e fundações ou outras entidades oficiais seja feita pelos representantes de moradores mal alojados; 13) Que o Governo inicie um processo de inquéri-



to às atribuições de habitações sociais ou de renda limitada de forma a detectar e desalojar pessoas que vivem nessas habitações com grandes rendimentos e por vezes com outras habitações.

MEDIDAS

Em face do projecto do Governo para a solução do problema, os moradores, segundo a Intercomissão, devem rejeitar o seguinte: 1) a autoconstrução; 2) a renovação ou recuperação dos bairros actuais, bem como a habitação prefabricada; 3) a legislação sobre cooperativas nos aspectos que têm como objectivo iludir os moradores e atrasar as soluções. (Por exemplo: a necessidade 200 sócios para a sua formação, quando segundo a

lei geral das cooperativas bastam 50).

Finalmente, a Intercomissão propõe as seguintes medidas como solução para o problema habitacional em questão:

«Mobilização das grandes empresas de construção civil; criação de brigadas de trabalho com moradores muitas vezes desempregados; cons-

trução a cargo da C. M. L. ou organismos públicos; expropriação sem indemnização dos terrenos necessários à construção de novos bairros; e obtenção de fundos e verbas por uma actuação consequentemente anticapitalista.

Os moradores pretendem uma resposta sobre estas questões no prazo máximo de 20 dias.

CONTRATO COLECTIVO
DE TRABALHO VERTICAL
DA CONSTRUÇÃO CIVIL

AOS DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os Delegados Sindicais, suplentes inclusive, de todas as profissões abrangidas pelo anteprojecto de C. C. T. vertical da Construção Civil para uma reunião a nível distrital, no dia 9 de Abril de 1975 às 20 horas, no Instituto Superior Técnico, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Apresentação do projecto provisório (já com tabelas salariais)
- 2 — Formas de mobilização para a Assembleia Geral a realizar dia 15 de Abril de 1975 no PAVILHÃO DOS DESPORTOS.

GRUPO DE TRABALHO DE DINAMIZAÇÃO DO C. C. T. VERTICAL PARA O SECTOR DA CONST. CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

Lisboa, 7 de Abril de 1975

SINDICATO DOS ADMINISTRATIVOS
DA MARINHA MERCANTE,
AERONAVEGAÇÃO E PESCA
CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores sócios deste Sindicato a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária que se realiza na próxima QUINTA-FEIRA, DIA 10-4-75, PELAS 21 HORAS NO SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Análise à actuação do Secretariado de Delegados
- Informações

NOS SINDICATOS, A FORÇA DOS TRABALHADORES

COMPARECE E PARTICIPA

Lisboa, 7-4-75

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

folha oficial

Uma portaria assinada pelo secretário de Estado da Agricultura adopta medidas de carácter urgente respeitantes à não utilização para fins de florestação de terrenos com aptidão agrícola, especialmente em regiões de grande propriedade.

///

Um aviso do Ministério dos

TRES JORNALISTAS
NA DIRECÇÃO DO
"DIÁRIO DO ALENTEJO"

Uma comissão constituída pelos jornalistas José Moedas, Sousa Tavares e Miguel Patrício, decidiu dirigir interinamente até ao próximo dia 28, o «Diário do Alentejo» substituindo assim o director demissionário, Melo Garrido.

A decisão agora tomada pelos três jornalistas filia-se «apenas na urgência em manter informado o público alentejano neste momento decisivo da vida política portuguesa e de impedir o encerramento imediato daquele jornal, o que acarretaria o desemprego de cerca de uma centena de trabalhadores».



Negócios Estrangeiros torna público terem os Governos da Espanha, da Tunísia, do Luxemburgo e do Reino Unido depositado o instrumento de ratificação das Convenções CIV e CIM, bem como de diversos protocolos adicionais às mesmas.

///

O dr. José Luciano de Mendonça Camões Sollari Allegro foi demitido das funções de presidente da Junta do Crédito Público, por força do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 277/74, de 25 de Junho.

GRANDES CRUZEIROS 75

• no "Infante D. Henrique"

Ao mar Báltico
de 10 a 31 de Agosto
Holanda - Rússia - Países Escandinavos - Polónia - Inglaterra
Preços desde 11.550\$00

Ao mar Negro
de 5 a 28 de Setembro
Rússia - Roménia - Bulgária - Grécia - Egipto - Turquia - Tunes
Preços de 12.650\$00

• no "Cabo San Roque"

Aos Países Nórdicos
de 18 de Julho a 4 de Agosto
Leninegrado-Estocolmo-Copenhague
Preços desde 14.450\$00

Meliá

Rua Rosa Araújo, 2
Tel.: 536971 - LISBOA
Praça Gen. Humberto Delgado,
269 r/c Tel.: 310034 - PORTO

a mais pesada experiência que um homem pode suportar na vida é servir de

ISCA HUMANA

TOM STERN
TELLY SAVALAS

ROBERT VAUGHN
MARLENE CLARK
BELINDA PALMER

realização de
TOM STERN e LANE SLATE

EASTMANCOLOR
ITALIA FILMES

AVIS

ESTREIA HOJE às 21.15 h.
Não aconselhável a m/ 18 anos



PENAS MAIS GRAVES PARA ENCOBRIDORES

Um Decreto-Lei do Ministério da Justiça remetido para o «Diário do Governo» torna mais severas as penas a aplicar aos encobridores de crimes. Esta medida é justificada pelo agravamento crescente dos crimes contra a propriedade, em especial dos crimes de furto, residindo na extrema facilidade com que os agentes se aproveitam dos produtos, um dos factores do incremento da criminalidade.

As novas disposições resultam de alterações introduzidas na letra do artigo 106.º do referido código, cuja redacção passa a ser:

«Artigo 106.º — Os encobridores a que se reportam os números 1, 2, 3 e 5 do artigo 23.º são punidos nos termos seguintes:

1.º Se ao crime for aplicável qualquer pena maior, com excepção da indicada no n.º 5 do artigo 55.º, ser-lhe-á aplicada pena de prisão;

2.º Se for a pena maior do n.º 5 do artigo 55.º ser-lhe-á aplicada a de prisão por seis meses a um ano;

3.º Se for a pena de prisão, ser-lhe-á aplicada a mesma pena, atenuada e nunca superior a três meses.

Parágrafo único. Aos encobridores a que se reporta o n.º 4 do artigo 23.º será aplicada a mesma pena que caberia aos autores do crime frustrado».

O n.º 5 do artigo 55.º do Código Penal alude a prisão maior de dois a oito anos. Quanto aos n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 23.º, abrangem, como encobridores, os que alteram ou desfazem os vestígios do crime com o propósito de impedir ou prejudicar a formação do corpo de delito; os que ocultam ou inutilizam as provas, os instrumentos ou objectos do crime com o intuito de concorrer para a impunidade; os que, sendo obrigados em razão da sua profissão, emprego, arte ou ofício, a fazer qualquer exame a respeito de algum crime, alteram ou ocultam nesse exame a verdade do facto com o propósito de favorecer algum criminoso; e os que dão coito ao criminoso ou lhe facilitam a fuga, com o propósito de o subtraírem à acção da justiça.

De ontem para hoje Exposição na Biblioteca história as Constituintes

O ministro Magalhães Mota e o secretário de Estado Freitas Branco assistiram, na Biblioteca Nacional, à inauguração da exposição «Eleições para Assembleias Constituintes», que poderá ser visitada até ao próximo dia 31, devendo depois seguir para o Porto.

Presentes, ainda, entre outras individualidades, o director-geral dos Assuntos Culturais, escritor Ruben Andresen Leitão, o director dos Assuntos Culturais da C.M.L., Piteira Santos, o presidente da Fundação Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão, o director da Torre do Tombo, Costa Pereira, o presidente da Associação de Bibliotecários e Arquivistas, Carlos Estorninho, a escritora Natália Correia e o director do Museu de Ciência e Tecnologia, prof. Mário Silva.

«Organizámos esta exposição com um objectivo simultaneamente didáctico e político», disse o director da Biblioteca, historiador A. H. de Oliveira Marques, que acrescentou: «Pretendemos ajudar os cidadãos a tomar consciência histórica deste acto, ajudando-os até, por via das comparações, a perceber que algo do que se passará agora já não é novo. Assim se cumpre uma tarefa cívica e de educação em que a Biblioteca Nacional deseja empenhar-se.»

A exposição reúne 250 documentos e obras de arte, referentes às Assembleias Constituintes de 1820, de 1836 e de 1911. Como se sabe, Salazar fez aprovar nova Constituição em 1933, mas esta não foi elaborada por uma assembleia eleita para o efeito.

OS MORTOS

Uma senhora morreu, em consequência do choque do automóvel que conduzia com outro, no cruzamento da estrada

da Lisboa-Porto do lugar de Covas das Faias, Leiria. Trata-se de D. Margarida da Costa

Lima, de 54 anos, casada, natural de Felgueiras e residente na Cima da Fala, em Coimbra.

Noutro desastre (despiste de uma ambulância do Hospital Militar de Coimbra), pereceu o soldado Joaquim Coelho Tavares, de 22 anos, do Regimento do Serviço de Saúde, natural de Trofa. E, perto de Cernache, também no despiste de um automóvel, faleceu Artur Manuel Cardoso da Silva, de 52 anos, natural de Monserrate, Viana do Castelo, proprietário de um restaurante em Conímbriga, Condeixa.

Por outro lado, uma menina de 5 anos, Cacilda dos Santos Cruz, faleceu em Vale de Figueira, soterrada pela areia, em consequência de um desabamento no local em que estava a brincar com outras crianças. Foram infrutíferos os porfiados esforços dos Bombeiros de Cacilhas para a salvar.

RUBINSKY

Por iniciativa da Associação Portugal-U.R.S.S., o economista soviético Yuri Rubinsky proferiu uma palestra no Centro Artístico Albicastrense, em

Castelo Branco, sobre «A Vida da Juventude na União Soviética». Rubinsky revelou que a escolaridade obrigatória é de dez anos no seu país, abrangendo o nível das escolas primárias, secundárias e técnicas, onde especificamente é sempre tida em conta a vocação. No entanto a escola superior não está separada das outras escolas.

APREENSÃO DE ARMAS

A G.N.R. efectuou uma rusga em todo o concelho de Almada e do Seixal, em colaboração com elementos da Força de Fuzileiros do Continente (Alfite). Num acampamento de ciganos, na Quinta de António Pequeno, em Corroios, foram apreendidas três armas caçadeiras e grande quantidade de cartuchos, duas pistolas de defesa pessoal de calibre 6,35 e ainda um revólver de 32 mm e respectivas munições. No mesmo local, foi detido o cigano José Braga Flores, de 37 anos, autor de vários crimes de assalto à mão armada, que foi entregue ao tribunal da comarca do Seixal.

NA BAIXA LISBOETA DE HOTEL DESOCUPADO A CENTRO SOCIAL

Os trabalhadores do comércio lisboeta conquistaram, em pleno coração da «Baixa», instalações para um centro social e cultural, onde vão montar um infantário-creche, uma cantina e salas de convívio. Trata-se do velho edifício do Hotel Francfort, encerrado há alguns anos por o seu proprietário não estar disposto a gastar dinheiro nas obras de que carecia e ontem ocupado por uma comissão de empregados do comércio.

Entendem estes que «neste momento de transformação da sociedade em que vivemos, devemos ser nós, os trabalhadores, como vanguarda do processo democrático, a tomar as iniciativas, de forma conscienciosa e organizada, que conduzi-

rão à imediata resolução dos nossos problemas mais prementes, conscientes de que, apesar de toda a boa vontade do Governo Provisório, não é possível, para já, a sua imediata concretização».

Os «problemas mais prementes» referidos no comunicado da comissão instaladora provisória são a falta de equipamentos infantis e de restaurantes económicos. Efectivamente, as centenas de empregados das lojas da «Baixa», muitos deles pais e mães de crianças, não dispõem de local apropriado, próximo do trabalho, para deixarem os filhos. O recurso à avó nem sempre é viável, pois uma boa parte deles veio da província onde deixou a antiga família. Residindo, na sua

grande maioria, fora de Lisboa (dado que as rendas na cidade são incompatíveis com os seus ordenados, tudo isso agravado pelo aumento de custo dos bens de primeira necessidade) estes trabalhadores são obrigados a tomar as refeições em «snacks» e pastelarias superlotados, gastando num «prego» e num «galão», com taxas de serviço e de turismo, o que normalmente chegaria para preparar uma refeição decente.

Estas carências vão ser resolvidas graças à ocupação do Hotel Francfort, onde também não serão esquecidos os tempos livres:

Tudo isto, se as autoridades oficiais colaborarem. Com esse fim, a comissão instaladora entrou em contacto com o Copcon (com quem tem uma reunião esta tarde), com a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério do Trabalho, I.N.A.T.E.L. (ex-F.N.A.T.), o Sindicato dos Empregados do Comércio e a Intersindical.

DOIS NOVOS ORGÃOS CRIADOS NO MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO

No âmbito da alteração da estrutura governamental de modo a dotá-la com órgãos de intervenção e coordenação que permitam resposta rápida e adequada aos problemas mais urgentes que afectam a economia portuguesa, foram criados no âmbito do Ministério do Planeamento e Cooperação Económica, a Secretaria de Estado do Planeamento dos Recursos Humanos e o Instituto das Participações do Estado (I. P. E.).

A criação destes órgãos constitui, por outro lado, o início da implantação de novas estruturas que permitam planejar, coordenar e controlar a execução dos aspectos básicos do planeamento e política económicas, no sentido de elevar a eficácia da aplicação dos recursos nacionais e de adaptar as estruturas de planeamento nacional e regional às necessidades reais do povo português.

A constituição desta nova Secretaria de Estado visa de imediato assegurar, no âmbito do programa nacional de emprego, a coordenação das acções com maior incidência

no nível e tipo de utilização dos recursos humanos desenhados pelos respectivos órgãos executivos, em particular no que diz às intervenções e projectos de investimento relacionados com a manutenção e criação de postos de trabalho, à evolução do mercado de emprego e às acções de formação e valorização dos recursos humanos.

A breve prazo tem-se por objectivo iniciar a articulação, da estratégia de crescimento da economia portuguesa, e consequentemente a orientação e aplicação dos recursos nacionais, com evolução do mercado de trabalho e a alteração do sistema educacional, no quadro geral do planeamento social numa economia em transição para o socialismo.

Por sua vez, o Instituto das Participações do Estado-empresa pública cuja criação se torna indispensável na sequência da nacionalização da banca e dos seguros — terá como atribuições superinten-

der, orientar e coordenar as intervenções do Estado na gestão e fiscalização das empresas privadas em cujo capital social o sector público participe, assegurando a subordinação de tais intervenções às orientações do planeamento e às políticas gerais e sectoriais do Governo.

Guarda florestal fica sem pistola

Uma pistola de guerra (calibre 7.65) foi furtada, esta madrugada, na residência de um guarda florestal, na Rua 1 do Bairro de Caselas, à Ajuda.

O piquete da Polícia Judiciária registou ainda o assalto a uma padaria situada no Bairro da Revelva, em Carcavelos, de onde levaram vários documentos pertencentes às viaturas da firma, três máquinas de somar electrónicas e uma aparelhagem de P.B.X., artigos ainda não orçados pelo proprietário lesado.

HOSPITAL DE SANTA CRUZ COMUNICADO

A) À POPULAÇÃO EM GERAL, NOMEADAMENTE A DE CARNAXIDE, ALGÉS, OEIRAS, AMADORA, LINDA-A-VELHA, QUEIJAS, OUTORELA E QUELUZ:

— Na presente data, além das consultas de Medicina Geral, Obstetrícia e Pediatria, apenas está a funcionar um posto de primeiros socorros. Prevê-se, no futuro, o funcionamento de um serviço de urgência.

B) AOS TRABALHADORES DA EX-CLÍNICA AINDA NÃO COLOCADOS:

— Devem-se dirigir-se, com urgência, ao Serviço de Pessoal — contactando a Sr.ª D. Albina Silva — a fim de serem esclarecidos sobre a sua situação.

Pel'A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

I. Pinto de Carvalho
Ferreira Coelho

OS ARQUITECTOS E O CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Para o Sector da Construção Civil
e Obras Públicas

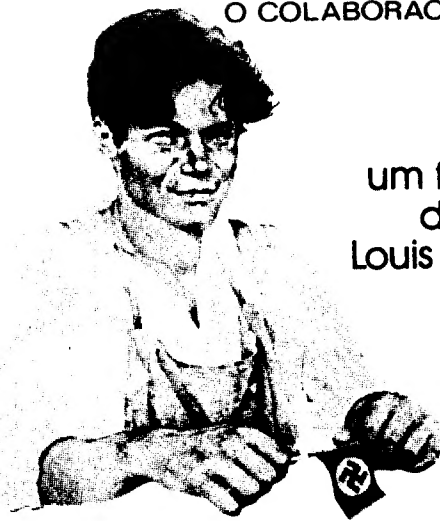
Um grupo de arquitectos assalariados vem convocar todos os colegas para participarem numa reunião a efectuar no próximo dia 9 de Abril, QUARTA-FEIRA, às 20.30 Horas no SALÃO NOBRE do Instituto Superior Técnico para apresentação do projecto do CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL para o Sector da Construção Civil e Obras Públicas elaborado por um grupo de trabalho de vários Sindicatos.

Lisboa, 7 de Abril de 1975

Um grupo de Arquitectos assalariados

LACOMBE LUCIEN

O COLABORACIONISTA



um filme
de
Louis Malle

“GLOBO DE OURO” “PRÉMIO DA CRÍTICA FRANCESA”
“PRÉMIO DO CINEMA INGLÊS” “CANDIDATO “ÓSCAR” 1975”

PIERRE BLAISE · AURORE CLEMENT · HOLGER LOWENADLER

FILMES CASTELLO LOPES apresenta

COLORIDO

UMA HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA

AMANHÃ — ESTREIA

NÃO ACONÇA A MEN. DE 13 ANOS

LONDRES

"Reforma Agrária é obra de trabalhadores"

Do sr. Nicolau Amaral, residente na Estrada da Luz, 77-2.º Esq.º, em Lisboa, recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte carta:

«A propósito de um artigo sob a epígrafe 'Reforma Agrária é Obra de Trabalhadores' publicado na página 5 do 'Diário de Lisboa' de 31 de Março findo, permito-me dirigir a V. a presente carta a fim de esclarecer um passo do mesmo artigo em que se faz referência à 'Herdade do Pocinho', sita na freguesia de S. Domingos da Serra, do concelho de Santiago do Cacém.

«Com efeito, mas certamente por mera deficiência de informação, diz-se naquele artigo que a mencionada 'Herdade do Pocinho' é pertença da Família Barreira e foi expropriada pelo Estado.

«Tal informação não corres-

ponde, porém, à verdade porquanto, a referida Herdade, que não atinge a área de 600 hectares, é pertença, em comum e partes iguais, do signatário e de seus cinco irmãos, na proporção, portanto, de uma sexta parte para cada um, nunca tendo sido a mesma Herdade objecto de qualquer expropriação.

«Por outro lado, cumpre-me mais informar que toda a 'Herdade do Pocinho' foi sempre objecto de cuidadoso trato e aproveitamento, constituindo uma exploração agro-pecuária que sempre tem garantido postos de trabalho na região onde se localiza.

«Destes modo, nunca a 'Herdade do Pocinho' pertenceu à Família Barreira como se depreende do artigo a que venho de me referir e não confinando sequer com a 'Herdade de Corona'.

«São, pois, duas Herdades diferentes, até nas respectivas áreas e inteiramente independentes, encontrando-se, como atrás refere, a 'Herdade do Pocinho', de área bem mais reduzida, devidamente tratada e aproveitada.

«Sucede até que, recentemente, a Herdade do signatário e de seus irmãos, foi objecto de uma vistoria por parte do Instituto de Reorganização Agrária, departamento do Ministério da Agricultura, que, parece ter considerado a 'Herdade do Pocinho' devidamente cuidada e que a sua administração poderia continuar na pessoa dos seus proprietários.

«Pertencendo, portanto, a 'Herdade do Pocinho' em comum e partes iguais a seis pessoas, afigura-se ao signatário que a mesma nunca poderá ser considerada um latifúndio, uma vez que cabe a cada um menos de 100 hectares.

«E não sendo também uma propriedade abandonada ou votada ao desleixo, o signatário e seus irmãos já expuseram ao Instituto de Reorganização Agrária que as actividades agro-pecuárias da sua Herdade se integram no desenvolvimento dos interesses socioeconómicos da região e que o seu estado e aproveitamento é completamente diferente do que possa ocorrer noutras Herdades, como a de 'Corona', referida na notícia em apreciação, pelo que a sua expropriação não será de con-

siderar.

«A informação e esclarecimento que nesta carta me permito apresentar, impõe-se para que a verdade quanto ao que efectivamente se passa na 'Herdade do Pocinho', propriedade do signatário e dos seus cinco irmãos, seja conhecida e considerada nos seus devidos e justos termos.»

N. da R. De facto, a referência citada à Herdade do Pocinho, agora integrada na cooperativa de trabalhadores assalariados e pequenos agricultores «Estrela Vermelha», baseou-se em informações colhidas no local.

Freguesia de Campolide pede meios de defesa

Em reunião da comissão administrativa da freguesia de Campolide, com a participação de delegados de três comissões de moradores foi aprovada a seguinte moção:

«As comissões de moradores do Tarugo, Casal do Sola, Bairro da Liberdade, Calçada do Baltazar, Quinta da Bela Flor e Cascalheira chamam a atenção do Governo para as condições miseráveis de habitação, aliadas à falta dos mais rudimentares meios de defesa.

O incêndio da Quinta da Curraleira veio mais uma vez demonstrar a urgente necessidade da colocação de bocas de incêndio e respectivo material de combate, necessidade já posta em destaque nos cadernos reivindicativos destas comissões.

Esperam estas comissões que sejam colocados imediatamente materiais de combate aos incêndios nos bairros de lata do nosso país, para evitar que casos como este se repitam».

Contrato vertical na construção civil

A questão do âmbito do contrato colectivo de trabalho vertical para o sector da construção civil constitui, neste momento, a principal preocupação do grupo de trabalho responsável pela elaboração do contrato e dos dirigentes sindicais. O novo contrato abrangerá centenas de milhares de trabalhadores ligados ao ramo, em todo o País.

Os dirigentes dos vários sindicatos e os elementos do grupo de trabalho foram já recebidos pelo secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, a quem expuseram o problema, reafirmando a sua determinação de que o futuro contrato colectivo abranja todos os trabalhadores da construção civil e obras públicas, sem excepção e vincula, consequentemente, todas as entidades patronais do sector.

Os trabalhadores consideram que essa vinculação deverá ser alcançada através da presença de representantes de todo o patronato na negociação, a iniciar em breve. Para tal, pensa-se que as empre-

sas terão de escolher os seus representantes legais ou associarem-se.

Entretanto, o Sindicato dos Técnicos de Desenho promove esta noite, às 21 horas, uma reunião de delegados sindicais do sector da construção civil para debate de problemas relacionados com ela a formulação do contrato vertical.

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

E P A L

ENGENHEIRO CIVIL COM FORMAÇÃO HIDRÁULICA

Pretende-se admitir.

Pede-se indicação de «curriculum» pormenorizado em que refira experiência, idade, formação escolar, situação militar, etc., bem como vencimento pretendido.

Resposta aos Serviços de Pessoal, Avenida da Liberdade, 22, até ao dia 16 do corrente.

Jornais ao Domingo

Efectua-se no próximo sábado, às 21 horas, na Voz do Operário, um plenário de trabalhadores ao serviço da Imprensa diária, promovido pelo Sindicato dos Profissionais das Artes Gráficas do Distrito de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: saída dos jornais ao domingo.

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Efectua-se no próximo dia 19, às 15 horas, no Lar Militar da Cruz Vermelha, uma assembleia geral ordinária da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Para esta assembleia está marcada a seguinte ordem de trabalhos: apresentação para apreciação e aprovação do relatório e contas do exercício de 1974; eleições dos órgãos administrativos para o biênio de 1975-77, e discussão de quaisquer outros assuntos apresentados em assembleia.

TRINDADE

I. N. A. T. E. L.

APRESENTA TODAS AS NOITES às 21,30 h.

e aos domingos também às 16

grupo4

na peça A INVESTIGAÇÃO de XAVIER POMMERET encenação de FERNANDO GUSMÃO

50 % de desconto para os sócios do I. N. A. T. E. L., C. A. T., C. R. P., Sindicatos e Jovens até aos 22 anos (Não acons., a men. 13 anos)

guênia boutique



uma escolha diferente

Av. António Augusto Aguiar 167 - LISBOA

prático... fácil... e eficiente !

Mesmo no centro de Lisboa um local onde pode

- . Fazer a sua assinatura
- . Colocar o anúncio que lhe interessa
- . Comprar números atrasados
- . Tratar de qualquer assunto relacionado com o jornal

Diário de Lisboa

loja dos restauradores - restauradores 7

GARAGEM OU ARMAZÉM

PRETENDE-SE ALUGAR NA ZONA PRÍNCIPE REAL OU BAIRRO ALTO

Pretende-se alugar garagem ou armazém com possibilidade de recolha de carros, com capacidade mínima de 10 a 12 carros, na zona do Príncipe Real, Bairro Alto, Santa Catarina ou São Bento. Aluguer imediato. Resposta indicando local e condições ao n.º 1564.

Nacional

CAMPANHA DE NORTE A SUL

A LIBERDADE
NÃO É BURGUESA

Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, prossegue a sua campanha eleitoral no norte do País. Em Estarreja, reafirmou que o seu partido não deseja qualquer ditadura, declarando que o P. S. não quer substituir o «papão monopolista pelo papão do Estado». Depois de dizer que «as setas deixadas pelo fascismo, em face do que estamos a ver, têm frutificado», prosseguiu: «Quando se fala desdenhosamente em socialismo burguês, usando argumentos de Salazar e Caetano e dizendo que o povo não está politizado, está-se a fazer a propaganda da ditadura de um partido único». E prosseguindo com o tema da defesa das liberdades, Mário Soares concluiu afirmando que «é o partido so-

cialista que pode servir de esteio ao M.F.A. para construir uma sociedade mais justa, mais humana e mais livre». Por seu lado, Manuel Alegre declarou: «Não temos lições de socialismo e antifascismo a receber de ninguém. O povo português não quer mais ditaduras, sejam de que cor forem».

Por seu lado, em Linda-a-Velha, Sottomayor Cardia afirmou que «não é pela violência, nem pela coacção, que se constrói o socialismo, que também não são os tecnocratas quem o pode fazer», considerando também que «a liberdade não é burguesa, não é burguês o direito a ser julgado por um tribunal independente e de não ser perseguido por nenhuma polícia política».

a que chama de «manobras oportunistas» em torno do problema dos delegados para a fiscalização das mesas eleitorais. Depois de declarar que

os partidos dispuseram de muito tempo para designar esses delegados e que portanto não se justifica a sua ausência, teme que, com pretexto nela, as

O SERVIÇO
NACIONAL DE SAÚDE

A F.S.P. pretende, essencialmente, «servir os interesses dos trabalhadores e do povo português», afirmou João Paiva na sessão efectuada ontem na Escola Patrício Prazeres. Foi abordado o problema da saúde e da previdência.

Depois de sublinhar que a comissão de saúde da F.S.P. é mais política do que técnica, referiu que «o domínio da burguesia escamoteou a realidade indelmentável da luta de classes».

Formulou, depois, considerações acerca da medicina do

trabalho, preconizando a esta-
dização desta, e aludiu à ne-
cessidade de ampla cobertura
do País pelos serviços de ras-
treio. «Chega a ser chocante
para um médico — salientou,
a propósito — ver aparecer
doentes em precário estado de
saúde e que poderiam ser mel-
hor tratados se a doença fosse
detectada a tempo pelos ser-
viços de rastreio».

Insurgiu-se contra o esque-
ma da Previdência ainda em
vigor e que divide os trabalha-
dores entre caixas ricas e caixas pobres.

«OS PARTIDOS DA COLIGAÇÃO
DEFAUDARAM O M.F.A.»

O partido do Centro Democrático Social (C.D.S.) realizou no campo de futebol do Fermentelos, localidade a 20 quilómetros de Aveiro, o comício de apresentação dos seus candidatos a vereadores à próxima Constituinte.

A sessão que teve como primeiro orador o dr. Mário Gaioso Henriques, a que se seguiu o dr. Simões Micaelo, de Oliveira do Bairro, que entre outras afirmações, depois de explicar porque estava naquele partido, disse que o «C.D.S. é a suprema esperança de milhões de portugueses e também dos nossos milhares de emigrantes e que o C.D.S. luta efectivamente pela melhoria de vida da gente do campo e por uma reforma do Ministério da Agricultura, o que até já conseguiu».

Depois de falarem o dr. Augusto Condoso, de Anadia, e o dr. Augusto Roque, de Águeda, de novo o dr. Mário Gaioso voltou aos microfones para di-

PARTIDO COMUNALISTA
NÃO DOGMÁTICO

O P. P. M. «é um partido progressista, comunalista ou comunitário não dogmático» — afirmou-se em Viseu, num comício deste partido.

Comunitarismo e municipalismo foi o tema abordado pelo dr. juiz João Mateus, que afirmou ser uma forma desenvolvida de democracia oriunda da Idade Média e que se perdeu no reinado de D. José, com o contratismo de Estado.

António da Fonseca, referiu a seguir, que a democracia se funda no mais perfeito respeito pelos outros, para que «a liberdade de hoje, não se torne a opressão de amanhã».

Oliveira Baptista disse, na

sua intervenção, que o P. P. M. pretende implantar uma monarquia popular democrática.

O presidente da comissão executiva, Vaz Serra de Moura, enalteceu a terminar, a monarquia, pois permite a independência do Chefe do Estado, que assim pode zelar melhor pelos interesses do País. Disse, nomeadamente, que o P. P. M. não vai impor a monarquia pelas armas, mas só existirá em Portugal se for vontade do povo.

Apelou a terminar para a intransigente defesa da liberdade dos homens, que nascem livres e livres devem continuar.



CONTRA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em Almada, sessão de esclarecimento da União Democrática Popular.

Do teor geral das intervenções ressaltou a posição da U. D. P., que só adere à campanha eleitoral com a finalidade de poder desmascarar uma Assembleia Constituinte que, se-

APELO
À UNIDADE

«O que nos interessa é a propriedade social dos meios de produção, das fábricas, das empresas, dos latifúndios e a substituição do Estado da burguesia pelo Estado dos trabalhadores» — disse Aida Magro no comício efectuado pelo Partido Comunista Português no Bairro da Encarnação, em Lisboa. Atacou os que se servem da palavra socialismo «para ganharem as massas», recordando que «também na Alemanha dos anos 30 os nazis conseguiram iludir amplas massas trabalhadoras e pequeno-burguesas com o nacional-socialismo».

Por seu lado, o escritor e jornalista Urbano Tavares Rodrigues, candidato do P.C. pelo distrito de Lisboa, realçou que «foram os comunistas quem, durante a tirania fascista, sempre se bateram na vida de todos os dias, na prisão, na clandestinidade e até de armas na mão, por essa campanha eleitoral e essas eleições livres nas quais estão presentes». Referindo-se em seguida ao período de austeridade em que o País irá entrar, Urbano Tavares Rodrigues afirmou que «serão os parasitas quem vai sentir com mais dureza o período de trabalho intenso,

enquanto os que sempre trabalharam, trabalharão doravante com mais alegria e esperança». Concluiu com um apelo à unidade de todas as forças políticas que verdadeiramente trabalham para a implantação do socialismo em Portugal.

No Porto, na Foz do Douro, foi igualmente abordada a situação económica. Armando de Castro referiu-se-lhe pormenorizadamente, salientando que não se podia desligar da situação social, assim como «a actual luta política no processo revolucionário em curso se pode entender, sem compreendermos a gravidade dos problemas económicos que enfrentamos, que enfrentam os trabalhadores, os pequenos empresários e comerciantes e mesmo amplos estratos da média burguesia, desde que estes estratos sejam capazes de vencer as suas hesitações de classe e as suas mentalidades e hábitos tradicionais, compreendendo que não têm quaisquer perspectivas para sobreviver, não só colocando-se em oposição ao processo que conduz a revolução democrática a caminho do socialismo, como podendo-se mesmo à sua margem».

QUARTO PARTIDO
A NÃO ASSINAR

«Quanto ao Movimento da Esquerda Socialista, o acontecimento mais importante foi a conferência de Imprensa em que anunciou não assinar o Pacto do M.F.A. com os partidos. Esta atitude não representa no entanto uma alteração de posição em relação ao M.F.A., que continua a apoiar, «nem uma atitude purista ou esquerdista derivada de dogmas ou princípios abstractos». Mas o M.E.S. considera que nunca o M.F.A. «se poderá substituir às massas populares, competindo-lhe sim abrir espaços políticos favoráveis para a sua acção».

Depois de referir que o pacto proposto pelo M.F.A. «repre-

senta uma tentativa de conciliação política entre organizações que defendem interesses de classes diversas, contraditórios e até mesmo antagónicos», concluiu: «O M.F.A. propõe aos partidos um pacto que representa a tentativa de «controle» pelo M.F.A. da democracia burguesa. Ora, quanto ao M.E.S., a democracia burguesa não se controla, ataca-se».

Entretanto, o M.E.S. prosseguia as suas sessões de esclarecimento eleitoral, nomeadamente em Vialonga, onde foram analisados os problemas do desemprego e dos despedimentos na sociedade capitalista.

CONQUISTA DO PODER
SOCIAL

Em Viseu, o prof. Pereira de Moura presidiu a um comício do M.D.P./C.D.E., declarando que «o povo rural ainda não tem a liberdade, porque a conquista da liberdade passa por problemas económicos e sociais de vária ordem». No entanto, considerou que a partir do 11 de Março se está a construir em Portugal a verdadeira revolução, que passa pela revolução dos principais problemas do povo português. «A Banca foi nacionalizada — disse — mas é preciso que seja posta efectivamente ao serviço do povo, pois não nos satisfazemos apenas com a mudança de patrão». A terminar, declarou que, embora Portugal ainda tenha um grande número de problemas a resolver, a vitória

está ao alcance do povo, desde que este se mantenha unido e atento aos golpes que lhe possam ser desferidos.

Foram efectuadas outras reuniões e comícios no Barreiro, em Odemira, Setúbal, Fundão, Lisboa. Aqui, António Galhorda participou numa sessão de esclarecimento na Caixa Nacional de Pensões, onde afirmou que «é preciso, é urgente desqualizar as estruturas da Previdência, que viva com o dinheiro do povo», acentuando depois que seria fundamental «a conquista do poder social pela acção das massas populares». Para isso, apontou a necessidade da realização de ampla discussão com as massas a nível de postos, centros e núcleos de assistência do País.

COMÍCIOS
NO SUL E NO NORDESTE

Emídio Guerreiro, em Oliveira do Hospital, José Manuel Ramos, em Évora, foram os principais intervenientes ontem na campanha eleitoral do P.P.D. Definição da social-democracia, problemas económicos, políticos e sociais presentes, foram os temas abordados por José Manuel Ramos, da comissão política nacional. Outros oradores nestes comícios de apresentação de candidatos pelo distrito de Évora: António Ra-

mos, Manuel Calvo, Manuel Fialho Correia e Maria Virginia Estorninho, que abordou a situação da mulher portuguesa no contexto político. Por seu turno, em Oliveira do Hospital, Emídio Guerreiro descreveu as vicissitudes dos seus 42 anos de exílio, a sua participação na guerra civil de Espanha e no combate antinazista na França ocupada.

Entretanto, um comunicado do P.P.D. alerta contra aquilo

PARA AS MESAS DE VOTO:
70 MIL PESSOAS -
- PRECISAM-SE

Em reunião com os representantes dos órgãos de Informação, ontem à tarde, na Fundação Gulbenkian, o comandante Almeida Costa, do Secretariado Técnico das Eleições (Ministério da Administração Interna), deu conta das graves dificuldades que se lhe deparam na constituição das mesas das assembleias e secções de voto. Para «garantir essas mesas, vai ser necessária a colaboração de aproximadamente 70 mil pessoas, já que deverão funcionar, em todo o País, cerca de 14 mil mesas de voto, devendo cada uma delas responder pelo direito de voto de 500 cidadãos».

O comandante Almeida Costa culpou os partidos pelas principais falhas que se verificam. Terminando hoje o prazo para os delegados dos partidos comunicarem às entidades administrativas a identidade das pessoas que escolheriam para seus representantes nas mesas de voto, verifica-se que alguns deles nem sequer têm ainda delegados credenciados. Isto é, «nem sequer mandaram buscar o impresso onde só tinham de pôr os elementos de identificação. Tal facto deve-se à circunstância de esses partidos não terem uma organização, uma secretaria, funcionários» — acrescentou o comandante Almeida Costa. «Relativamente a alguns deles, chegamos a não saber bem como e para onde fazer os contactos».

Ante as dificuldades surgidas, e para as ultrapassar, foi dirigido um apelo à consciência cívica dos eleitores, com vista ao preenchimento, tanto quanto possível correcto, das mesas de voto. Assim, solicitou-se aos cidadãos verda-

deiramente empenhados no processo que se pusessem à disposição dos seus partidos, em primeiro lugar. E depois, passado o prazo concedido aos delegados dos partidos para apresentarem nomes, que se dirijam às entidades administrativas — comissões administrativas de bairro ou comissões municipais.

A presença do comandante Montês, director-geral da Informação, na conferência de Imprensa motivou algumas perguntas dos jornalistas, ligadas à cobertura das eleições pelos órgãos de comunicação social. Foi afirmada a esperança de, no prazo de 24 horas, ser possível conhecer o apuramento geral dos votos. Os resultados das eleições serão canalizados das capitais do distrito para a Central de Informações da Gulbenkian e desta, imediatamente, para o Ministério da Comunicação Social.

No caso particular da Rádio, conforme já informámos na nossa edição de ontem, está em vias de se concretizar um serviço conjunto montado pela Emissora Nacional, Rádio Clube Português e Rádio Renascença. Esse serviço manter-se-á, em princípio, até ao final das contagens.

Vinte e dois teleimpressores ligados às capitais dos distritos alimentarão um computador que abastecerá o Centro de Imprensa montado na Gulbenkian. Este dispõe de dezenas de «telexes» e telefones à disposição dos jornalistas, e tem perímetros reservados a «pool» da Rádio e à R.T.P.. A cobertura televisiva das eleições está a ser estudada há várias semanas por uma equipa encabeçada, ao que julgamos saber, por Carlos Cruz.

SESSÕES E COMÍCIOS

Estão ahunciados para hoje os seguintes comícios e sessões de esclarecimento:

F.S.P.

No distrito de Lisboa: às 21 e 30, no Desportivo Operário do Rangel, Amadora; Grupo Dramático Escolar «Os Combatentes»; Seminário de Alfragide; Casa do Povo de Milharado; Clube Desportivo Povense; Póvoa da Galega; Bombeiros Voluntários de S. Pedro de Sintra; Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra; Grupo de Instrução e Desporto «Os Peixinhos»; Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira e às 22 e 30, na Central School.

M.D.P./C.D.E.

No distrito de Lisboa: na Sociedade de Instrução Libertada — Solidó, às 21 e 30; no Cine-Teatro de Mafra, com Francisco Pereira de Moura, às 21 e 30; na Companhia Portuguesa de Electricidade, em Sintra, com Ana Maria Alves, às 18 horas; Sociedade Recreativa Familiar, em Sintra, às 21 e 30; na Base Socioprofissional da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, às 17 e 45, com Marques Pinto.

No distrito de Setúbal: Barroca, Bombeiros Voluntários de Cacilhas, Santo António da Charneca, Atalaia, Denteado, S. Bartolomeu da Serra e Aldeia Grande.

M.E.S.

No Pavilhão dos Desportos, em Lisboa; Paço de Arcos (Solidó); Atlético Clube de Moscavide e Centro Popular de Mira-gaia, todas às 21 e 30. No distrito de Setúbal: Sines (Sociedade Recreativa Sinense) e Sociedade Capricho, em Setúbal.

P.C.P.

No distrito de Lisboa: às 21 e 30 em Almoçageme (Sintra); na Garagem Stand Queirós, Amadora; no Centro Cultural para os Trabalhadores da Tabaqueira, Albarraque; Mem Martins (Sintra) na Sociedade de Pexiligaes, Algueirão; na Printer, Mem Martins, às 18 horas; no Seminário de Oeiras, às 21 e 30; na Escola Primária Conde Ferreira, Oeiras, 21 e 30; na Associação Recreativa do Lagoal, Caxias, às 21 e 30; na Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide, às 21 e 30; na Pedra do Ouro, Alenquer, às 21 e 30; em Pocariça (Alenquer), às 21 e 30; em Casais do Valbrejo (Azambuja), às 21 horas; na Academia Recreativa, Rua da Praia de Pedrouços, 78, Lisboa, às 21 e 30; na Papalaria Fernandes, ao Rato, às 18 e 30; no Liceu Rai-

nha D. Leonor, às 21 e 30; na Armadurese, Lisboa, às 21 e 30; no Grupo «Os Pobrezinhos», Lisboa, às 18 e 30; na Carris, às Amoreiras, 18 horas; na Junta de Freguesia de Santa Engrácia, Lisboa, às 21 horas; Sociedade Verdi, Rua do Arco do Carvalho, 158, às 21 horas; na Sociedade Musical União do Beato, às 21 e 30; no Refeitório de Santa Apolónia, às 18 e 15; no Grupo Musical «Os Pobrezinhos», junto ao Campo dos Olivais, às 21 e 30; no C. P. E. de Moscavide, às 18 horas; no Clube Recreativo de Sacavém, às 21 horas; na Fábrica de Louças de Sacavém, às 18 e 15; em Santa Iria de Azoia, às 18 horas; no M. E. C., Santa Iria de Azoia, às 21 horas; na Sociedade Recreativa Lousa, Santo Antão do Tojal, às 21 horas; Lousa (Loures), às 21 e 30; na Sociedade do Bairro Sacor, S. João da Talha, às 21 horas; Cervejas Extrema, Pinheiro de Loures, às 18 horas; em S. Bartolomeu (Lourinhã), às 21 e 30; no Livramento (Mafra), às 21 horas; na Murgueira (Mafra), às 21 horas; no cineteatro de Vila Franca de Xira, às 21 horas; Van Leer, Póvoa, Vila Franca, às 18 horas; Casal da Alfarrobeira (Vila Franca), às 18 horas; na CIM, em Alverca, às 18 horas; em S. Mamede de Ventosa (Torres Vedras), às 21 e 30 e em Chãos (Torres Vedras), às 21 horas. No distrito de Setúbal: Samouco, Charneca de Caparica, Cova da Piedade, Monte de Caparica, Barreiro, Coina, Marateca, Aires, Santiago, Corroios, Seixal, Santana, Setúbal e Sines. No distrito de Coimbra: às 21 horas, na empresa Ceres, com Vital Moreira e na C. P. E., com Blauqui Teixeira e José Augusto Marques.

P.P.D.

No Laboratório de Engenharia Civil, em Lisboa, com Lubélia Penedo, José M. Ramos e Alfredo Sousa e em Oeiras, com Marcelo Rebelo de Sousa, Helena Roseta e Jorge C. Cunha, ambas às 21 horas.

P.S.

As 21 e 30, no campo do Clube Desportivo dos Olivais, a Moscavide, com Maria da Paz, Arons de Carvalho, Nuno de Matos, e António Ribeiro; no Clube Musical «Os Pobrezinhos», Olivais, às 21 e 30; no Ministério do Equipamento Social, às 17 e 30; nos Laboratórios Andrade, às 18 horas; na Casa do Povo de Vialonga, às 21 e 30; Vila da Serra (Torres Vedras), às 21 horas; Mole-do (Lourinhã), às 21 e 30; Clube Recreativo «Os Fixes», Queluz de Baixo, às 19 horas; «meeting» à saída das fábricas do Cacém, das 17 e 50 às 18 e 30; Academia de Sacavém, às 21 e 30; «meeting» na Avenida do Infante Santo, a Moscavide, das 15 às 18 horas; Sociedade Recreativa de Enxara do Bispo, Malveira, às 21 e 30; Imprensa Nacional — Casa da Moeda, com Magalhães Godinho e Gualter Basílio, às 18 horas; Clube Bairro de Janeiro, às 21 horas; Atalai (Alenquer), às 21 horas e em Algés, às 18 horas. No distrito de Beja: às 21 e 30, na Sociedade Bejense, com a presença de Lopes Cardoso, Mendes Espada e Joaquim Fialho.

U.D.P.

No Clube Desportivo «Os 13», de Setúbal; Hospital de Santa Cruz, Carnaxide e Casa do Povo de Mafra, todas às 21 horas.

FRANCISCO SARDO (L.C.I.) NO PAVILHÃO

UM GOVERNO DE TRABALHADORES EM ALTERNATIVA À COLIGAÇÃO

«Romper com os ministros capitalistas, apostados unicamente em aumentar a sua influência eleitoralista» e «lutar pela imposição de um autêntico Governo de trabalhadores» como alternativa à actual coligação — eis a proposta feita ontem por Francisco Sardo no Pavilhão dos Desportos. O orador, membro do Comité Central da L. C. I., disse ainda que o comício se integrava na «campanha revolucionária» desta formação política com vista às eleições do próximo dia 25.

Na mesa, além de Francisco Sardo, viam-se Ernest Mandel, teórico trotskista e dirigente da IV Internacional, e os candidatos Heitor Sousa, Rosa Norberto, Manuel Nunes, também director do jornal «Luta Proletária», e Amadeu Vieira Barbosa.

Quase no final usou da palavra Mandel, saudado, ao subir para a tribuna, com o slogan «Europa Vermelha dos Trabalhadores».

O orador de fundo do comício foi Sardo. No seu entender, tudo é mais claro depois do 11 de Março.

«O esmagamento da intenção» — afirmou — «abriu um novo capítulo da luta de classes, inaugura uma nova fase

da revolução proletária e socialista em Portugal. (...) Aos olhos dos trabalhadores já não é possível ocultar por mais tempo a implicação profunda do grande capital na tentativa de golpe de Estado. Mas aos olhos dos trabalhadores é também já cada vez mais claro que só a unidade da frente proletária de combate, que só a independência e a iniciativa autónoma da luta das massas exploradas é capaz de combater a reacção e esmagá-la.»

«P. P. D. FORA DO GOVERNO!»

Francisco Sardo, noutro passo da sua intervenção, pormenorizou os principais passos da actual «frente proletária de combate». Seriam, no seu entender, a experiência de luta contra a exploração, as greves, as ocupações de fábricas, o controlo da produção, a eleição de comissão de trabalhadores, a ocupação de casas devolutas e a eleição de comissões de moradores, para além, das assembleias populares, ocupações de terras incultas, formação de ligas de camponeses pobres, saneamento de administrações reacçãoárias, «luta pelo desarmamento das

forças repressivas», «experiência de unidade operária contra a reacção na questão do chamado pluralismo sindical» e ainda os «métodos de autodefesa experimentados no 28 de Setembro».

«A L. C. I.» — acrescentou — «avança como reivindicação imediata aquilo que as massas trabalhadoras já fizeram no seu campo de luta: P. P. D. fora do Governo, formação imediata de um Governo de trabalhadores, um Governo das organizações e dos partidos da classe operária».

«Um tal Governo» — precisou — «deverá ter como objectivos: a imediata nacionalização sob controlo dos trabalhadores das grandes empresas privadas; a reforma agrária, entregando o produto da terra a quem a trabalha; a planificação económica, sob controlo dos trabalhadores, permitindo, deste modo, que o fruto do seu trabalho possa servir para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho; a imediata instituição do salário mínimo de seis contos, a redução da semana de trabalho para quarenta horas e a reforma aos cinquenta anos como meio eficaz de combater o desemprego; drástica redução dos preços de habi-

tação, energia e transportes e uma Previdência, assistência médica e ensino gratuitos.»

SOLIDARIEDADE EUROPEIA

Ernest Mandel, falando dos espectros da inflação e do desemprego, diria depois que só vê uma saída: «exterminar o próprio capitalismo.»

«A coincidência entre a crise económica e o aumento da combatividade revolucionária da classe operária significa que esta não está disposta a aceitar as consequências de uma crise — a do capitalismo internacional — para a qual de modo algum contribuiu» — afirmou a propósito o teórico belga.

E de acrescentar: «A cada golpe que a reacção internacional procure dar na revolução portuguesa, a classe operária europeia deverá responder com a sua solidariedade activa. Apesar de ser uma organização modesta, a IV Internacional está disposta a trabalhar no sentido de hoje fomentar essa solidariedade ao povo português, como ontem fomentou ao povo da Indochina e amanhã fomentará a solidariedade aos povos espanhol, basco etc.»

SOCIALISMO VAI COMEÇAR

Continuação da pag. 1

vas áreas e transmitir às Forças Armadas, as directivas do Conselho da Revolução. Encontra-se, ainda em condições de apreciar os actos do Conselho da Revolução e acompanhar as grandes linhas políticas económicas e sociais do processo em curso, e cumprir outras importantes missões que lhe competem.

«A Assembleia do M. F. A. ao iniciar as suas actividades, saúda o povo português a que todos os seus elementos orgulhosamente pertencem, e promete-lhe solenemente colocar-se inteiramente ao seu serviço.»

COMUNICADO FINAL

Iniciada cerca das 10 e 30 da manhã, a Assembleia só terminou perto da meia-noite, depois de uma análise bastante pormenorizada à actual situação política e económica, através da intervenção de numerosos delegados. A situação em Angola não chegou a ser discutida, embora constasse inicialmente da agenda dos trabalhos.

No final o capitão Vasco Lourenço, habitual porta-voz do Conselho da Revolução, leu o seguinte comunicado aos representantes dos órgãos da Informação:

«Numa síntese feita pelo Presidente da República sobre a situação nacional e internacional que tem desenvolvido o processo revolucionário português, na Assembleia do M. F. A., reunida com 240 militares (oficiais, sargentos e praças), dos quadros permanente e do complemento, foram focados os seguintes pontos:

1. Esclarecimento do Conselho da Revolução sobre aspectos da sua actuação.
2. Institucionalização interna do Movimento das Forças Armadas; análise e discussão da legislação já em vigor.
3. Informação sobre o andamento do inquérito relativo ao

golpe contra-revolucionário de 11 de Março com a pormenorização de alguns dados concretos que levam, desde já, a concluir a extrema gravidade e o vasto âmbito de implicações; afirmado o propósito de apresentar publicamente o relatório preliminar, se possível ainda antes do dia das eleições. Simultaneamente, prosseguir e activar as medidas de saneamento e alterações nos comandos operacionais impostos pela situação.

4. Aprovação da criação de um tribunal militar revolucionário para o julgamento dos implicados no golpe reacçãoário; apresentação e discussão dos princípios básicos que vão regular o seu funcionamento.

5. Exposição da directiva geral que enuncia as linhas ideológicas e perspectivas de actuação orientadoras das actividades da dinamização e acção cívica das Forças Armadas, reconhecendo e consagrando a opção socialista da Revolução Portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974; metodologia a aplicar na prática dessa directiva e medidas concretas a promover.

6. Reiteração da firme determinação do Conselho da Revolução e da Assembleia do Movimento das Forças Armadas em tomar todas as medidas adequadas para que a ordem democrática e revolucionária seja assegurada, a todo o custo, particularmente no período eleitoral.

7. Informação sobre a plataforma de acordo constitucional do Movimento das Forças Armadas com os partidos políticos, em adiamento estado de discussão e entendimento, cuja divulgação será tornada pública, em princípio, na quarta-feira.

8. Exposição do Primeiro-Ministro sobre aspectos de actuação do Governo, com especial incidência sobre os principais problemas dos programas económico e sociais, nomeada-

mente com a criação de um programa de emergência, a curto prazo; a criação de um programa nacional de emprego e a dinamização da reforma agrária.»

A TEIA DO 11 DE MARÇO

Assediado pelos jornalistas com perguntas após a leitura do comunicado, o capitão Vasco Lourenço prestou depois mais algumas informações complementares, começando por revelar que, tal como é referido no comunicado, «há muita gente» implicada no 11 de Março. Adiantou um número de cerca de 140 oficiais presos, bem como algumas dezenas de civis. Concluiu o inquérito e instruídos todos os processos — civis e militares — os arguidos serão julgados no Tribunal Militar Revolucionário, criado especialmente para os golpistas do 11 de Março e cujas bases vão agora ser estabelecidas por juristas de acordo com os princípios definidos pela Assembleia.

A propósito do pacto com os partidos, o capitão Vasco Lourenço afirmou que estão praticamente concluídas as conversações e muito provavelmente amanhã o texto definitivo será apresentado aos partidos subscritores e ao público.

Na sexta-feira decorrerá em Belém a cerimónia oficial de assinatura.

Interrogado sobre os partidos que o não subscreveram, o porta-voz do Conselho da Revolução disse ter havido partidos que não se comprometeram, embora digam apoiar a ala mais progressista do M. F. A..

«É claro que não vamos de modo algum desprezar estes partidos» — comentou.

Foi depois referido, por um dos jornalistas, que um carro com elementos que se apresentavam como afectos ao Par-

tido Socialista promovia ao fim da tarde uma espécie de mini-comício nas imediações. Respondendo a algumas perguntas de populares, os seus ocupantes afirmavam que o P. S. havia obrigado o M. F. A. a aceitar todas as alterações propostas. O capitão Vasco Lourenço desmentiu, de uma forma genérica, afirmações deste tipo, independentemente do partido de que sejam provenientes, afirmando que apenas tinha havido ajustamentos na maior parte dos casos, para tornar a redacção mais clara ou mais precisa.

Ainda em relação ao 11 de Março e às suas largas implicações, aquele elemento do Conselho da Revolução respondeu a outra pergunta visando esclarecer se de facto algum partido havia evitado uma guerra civil, como referia largamente a Imprensa Europeia conservadora, citando fontes oficiais de partidos. Vasco Lourenço disse que a sua posição apartidária de membro e porta-voz do Conselho da Revolução não lhe permitia analisar publicamente esse tipo de questões, mas salientou que «nenhum partido evitou a gujra civil», e, se houve quem tivesse tentado criar condições para ela, «ela foi evitada pelo binómio Povo-M. F. A.»

Outra pergunta dizia respeito às consequências sobre partidos que eventualmente possam ter elementos seus ligados à intentona (Sanches Osório é já um caso concreto), dado que a amplitude de rede contra-revolucionária poderá revelar mais ligações. O capitão Vasco Lourenço salientou que as investigações prosseguem e que a lei seria igual para todos, mas fez uma distinção entre os partidos e os seus elementos contra-revolucionários. Acrescentou, no entanto, que perante tal eventualidade esses partidos não deixariam de ser profundamente afectados na sua imagem perante as massas populares.

TEATRO SÃO LUIZ

ATENÇÃO! -- HOJE

Pela primeira vez em Lisboa

GALILEU GALILEI

«A peça do século» de B. Brecht

COMUNIDADE OFICINA SAMBA

15 dias — Temporada Popular — 30\$00

21 horas

TEATRO SÃO LUIZ

apresentado pela Comunidade OFICINA SAMBA do BRASIL

NÃO PERCA!

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

1. Foi publicado no dia 4 de Abril, em jornais da capital, um comunicado do Serviço do Mercado da Habitação do qual constava uma lista dos andares declarados para aluguer nos termos do Decreto-Lei 445/74 e que segundo as listas elaboradas pelos Serviços Mecanográficos não foram alugadas até ao dia 17 de Fevereiro.

2. Verificou-se, contudo, que a inclusão de uma parte importante daqueles andares na referida lista era incorrecta pois que estes andares já se encontravam arrendados, e o respectivo contrato de arrendamento celebrado dentro dos prazos legais.

3. Desta incorrecção, foram responsáveis, antes de mais, os próprios senhorios, pois que ao apresentarem nestes Serviços os contratos de arrendamento para serem visados não esclareceram devidamente que o andar havia já sido declarado em impresso próprio, pelo que estes Serviços não puderam por isso abatê-los nas listas mecanográficas.

4. Desta incorrecção são também responsáveis em parte os próprios Serviços, na medida em que alguns lapsos de trabalho foram cometidos. Estes Serviços Camarários são, como o público sabe, relativamente recentes, em pleno processo de estruturação e têm a seu cargo a aplicação de medidas no sector da habitação que são inteiramente novas no nosso país.

5. Apesar dos mal-entendidos, por vezes graves, que se geraram à volta daquele comunicado e da publicação da lista, reconhecem estes Serviços a sua plena utilidade, e pensam que a regular publicação de listas deste tipo, devidamente actualizadas, constituirão um factor decisivo no combate à fraude e ao oportunismo que lamentavelmente se continua a manifestar em relação a esta questão tão grave que é a escassez da habitação.

6. Estes Serviços pedem, formal e publicamente, desculpa aos proprietários indevidamente visados e a todos os inquilinos que têm sido vítimas dos mal-entendidos gerados, por todos os incómodos causados pela publicação daquela lista. Deve a população ficar certa de que **NINGUÉM QUER PREJUDICAR NINGUÉM**, e que é apenas intenção dos Serviços resolver todas as situações irregulares à face da lei.

7. Todos os proprietários citados na lista, cujos andares foram já alugados, ou os próprios inquilinos devidamente documentados, poderão, se o desejarem, pedir no Mercado da Habitação, Rua Alexandre Herculano, 46, que lhes seja passado um certificado em como o respectivo andar foi objecto de um arrendamento legal.

8. Estes Serviços esclarecem ainda que os andares constantes na lista e porventura ainda não alugados, tem que ser arrendados às pessoas que em devido tempo formularam a sua pretensão, e cujos nomes constam de listas patentes no Centro de Relações Públicas da C.M.L.

Lisboa, 4 de Abril de 1975.

O DIRECTOR DA D.S.H.
Arq. Helder de Almeida

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS ARTES GRÁFICAS DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCAÇÃO

A pedido do Conselho Geral de Trabalhadores da E. N. P., convocam-se todos os trabalhadores ao serviço da Imprensa Diária, para um Plenário que se realiza na sala da Voz do Operário, no próximo dia 12 (sábado) às 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Saída dos jornais ao domingo.

Lisboa, 7 de Abril de 1975.

A Direcção

Nacional

NO CAMPO PEQUENO

COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DA INDOCHINA

«Os povos da Indochina estão à beira de uma grande vitória sobre o inimigo que durante anos e anos os dividiu, explorou, saqueou e humilhou. Na sua justa guerra de resistência à agressão imperialista e pela salvação da pátria os povos do Laos, do Camboja e do Vietname demonstraram de maneira concludente de que o imperialismo é um tigre de papel» — lê-se num comunicado emitido pela Associação da Amizade Portugal-China. Para assinalar a luta dos povos do Laos, do Camboja e do Vietname, contra o imperialismo, e à luz do desenvolvimento dos laços de fraterna amizade entre o Povo português e o povo chinês, a A. A. P. C. promove

no próximo dia 10 de Abril, quinta-feira, na Praça do Campo Pequeno, um comício de apoio e solidariedade. A Associação da Amizade Portugal-China conclama todos os portugueses democratas, antifascistas e patriotas para esta jornada de apoio à justa guerra de resistência à agressão imperialista, travada pelos povos

da Indochina. O comício terá início às 21 horas.

COMISSÃO DE APOIO

Por outro lado, a A. A. P. C. informa que na sua sede, no Largo Ribeiro Santos, se encontra em funcionamento permanente, uma «comissão de apoio» que recolherá todos os

donativos que lhe forem entregues, com o objectivo de apoiar os povos do Laos, do Camboja e do Vietname.

Quem tiver medicamentos, nomeadamente antibióticos, vitaminas, tónicos, corticosteroides, sulfamidas, soro fisiológico, etc., poderá entregá-los no número 37 do Largo Ribeiro Santos, sede da A. A. P. C.

Coelho dos Santos (P.P.D.) rejeita a acusação de injúrias à Imprensa

Do sr. Joaquim Coelho dos Santos, do Porto, recebemos a seguinte carta, autenticada pelo reconhecimento notarial da assinatura:

«Ao abrigo da Lei de Imprensa, e de acordo com o condicionalismo imposto pelo n.º 4 do Art. 16.º do Decreto-Lei n.º 85-C/75 (máximo de 150 palavras), venho junto de V. Ex.ª solicitar a divulgação do seguinte comunicado-resposta:

1 — Relativamente ao relato do comício do P.P.D., na parte em que esse órgão de comunicação social me acusa de ter injuriado a Imprensa, declaro que tal afirmação carece totalmente de fundamento.

2 — De facto: não me referi a toda a Imprensa; não proferi injúrias; apenas fiz uma crítica, no exercício do direito de «liberdade de expressão».

3 — Assim, fundamentalmente afirmo: que «a Imprensa não cumpre, de uma maneira geral, as suas obrigações»; que um dos seus órgãos, face ao assalto e incêndio das instalações do P.P.D., «chama tra-

balhadores a criminosos de fogo-posto»; que «uma Imprensa... livre, mas consciente e responsável, é essencial à implantação da Democracia».

Rejeito, pois, a acusação de «injuriar», repudiando a forma como fui acusado: sem apresentação pública e integral das minhas afirmações — exigência mínima da ética de Imprensa».

M.F.A. no Alto do Pina

O M. F. A. realiza hoje, na freguesia do Alto do Pina, às 21 horas, uma sessão de esclarecimento que consta da projecção de um filme e do debate de problemas actuais e locais. A sessão terá lugar na Escola António Arroio (à Fonte Luminal).

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

PROGRAMA DE RÁDIO

A C. D. P. passa a dispor semanalmente de um programa de rádio de 15 minutos, onde procurará manter uma informação dos principais problemas dos professores.

Assim, às **Sextas-Feiras**, entre as **00.45** e a **1.00 horas**, na Onda Média do Rádio Clube Português (Programa **Alavanca**), poderão os professores estar em contacto com o seu Sindicato.

OUVE O TEU SINDICATO !

DIVULGA O PROGRAMA !

ESTATUTO DO SINDICATO (anteprojecto)

Os Delegados Sindicais que ainda não levantaram os anteprojectos para distribuição podem fazê-lo na Rua das Gaivotas ou na Rua do Condé Redondo.

A COMISSÃO DIRECTIVA

LOPES DOS SANTOS, LDA.

ARMAZENISTAS - RETALHISTAS

SUCURSAL: CASA DAS CARPETES COIMBRA

Tapeçarias — Cretones — Cortinados — Tapetes —

Alcatifas — Veludos — Carpetes Francesas e Belgas

Papéis Pintados — Decorações

RUA AUGUSTA, 82-84, 76-3.º — TELEFONE 3236 37

Sucursal:

AV. CASAL RIBEIRO, 27 — TELEFONE 55 62 49

24 HORAS BASTAM PARA RESOLVER O PROBLEMA... !

CARTAZES
"POSTERS"
PUBLICAÇÕES
JORNAIS
REVISTAS

A preto e branco ou com cores

FAZEMOS:

Composição, revisão, grafismo, montagem, peliculagem, impressão e distribuição

PEÇA ORÇAMENTO

RENASCENÇA GRÁFICA

Rua Luz Soriano, 44 Tel. 320271/2/3 e 321154/5

SABEMOS QUE NECESSITA HABITAÇÃO

Temos com 3 e 4 assoalhadas (Benfica)

Temos com 5 e 7 assoalhadas (Portela de Sacavém) e temos condições de arrendamento vantajosas a propor-lhe.

Contacte para 322105 ou 368688 ou pessoalmente na Tr. do Carmo, 13 r/c. — LISBOA.

Empregadas de consultório situação precária

A «precária situação» das empregadas de consultório é o tema de um comunicado do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa.

«As empregadas de escritório — lê-se no comunicado — são trabalhadoras que estão inscritas no Sindicato dos Profissionais de Escritório, na sua maioria como «receptionistas» e «auxiliares». Para além daquilo que se possa imaginar da nomenclatura destas «pseudocategorias profissionais», as funções que realmente desempenham são várias: responsáveis pela escrutinação e contabilização dos consultórios, por serviços de dactilografia, por serviços técnicos, de preparação de análises clínicas, de fisioterapia, radiologia, electroencefalografia, cardiologia, estomatologia, e, por vezes, de «primeiros socorros», quando o médico se encontra ausente e algum doente está mais necessitado. Por outras palavras, uma grande maioria das empregadas de consultório não têm uma função definida, trabalha em jeito de escravatura».

Na verdade, as empregadas de consultório, não têm qualquer regulamentação de trabalho. Nunca foi feito qualquer contrato colectivo, nunca nenhum diploma legal as classificou ou lhes atribuiu condições dignas de trabalho ou remunerações justas. Deste modo, e segundo o Sindicato, «o horário que praticam é bastante variável. Se nuns consultórios trabalham um escasso número de horas semanais (nalguns casos, menos de 20), noutros chegam a fazer doze horas diárias. Parte delas são efectuadas à noite, mas nem sempre são pagas com o subsídio de trabalho nocturno. Raríssimos são também os casos em que uma empregada de consultório tenha um período de férias condigno. Quanto a salários, a maior parte não recebe o mísero vencimento mínimo nacional, nem o 13.º mês.»

Naturalmente, que todos estes problemas terão de ser resolvidos a médio prazo. De imediato, porém, pretende-se o alargamento de âmbito da portaria de ordenados mínimos para profissionais de escritório que foi publicada em fins de 1974 e não abrangia as empregadas de consultórios. Um grupo coordenador constituído no âmbito do Sindicato deslocar-se-á muito em breve ao Ministério do Trabalho com o ob-

jectivo de pedir aquele alargamento, fazendo-se a respectiva equiparação das categorias profissionais.

PREPOTÊNCIAS: A empresa Galtarossa e Vaz, Lda., foi acusada de várias prepotências durante uma reunião da Associação Portuguesa de Empresários de Diversões que, no sector de divertimentos mecanizados (pistas de automóveis, carroséis, aviões, etc.), é constituída na sua maioria, por trabalhadores de reduzida capacidade económica. Segundo foi afirmado, aquela empresa gozou durante cerca de oito anos, de benefícios excepcionais, graças ao patrocínio da extinta Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Concretamente, a empresa chegou a ter o exclusivo de todo o Algarve e das principais cidades alentejanas.

TRIBUNAIS: IMOBILISMO: «Basta ao Povo Português olhar para os tribunais para ver que nenhuma alteração significativa neles se verificou depois do 25 de Abril, e para concluir quem será o responsável por tal imobilismo» — afirma a direcção provisória do Sindicato dos Delegados do Procurador da República, respondendo a um comunicado recente do Ministério da Justiça. Os delegados assinalam, a propósito, que ainda existem, neste momento, cerca de 40 comarcas sem juiz, por responsabilidade imputável àquele Ministério.

TIPOGRAFIA SILVAS: COOPERATIVA: Chegou-se a um acordo definitivo na Tipografia Silvas, Lda. A entidade patronal reconsiderou e decidiu cumprir os termos do compromisso que tinha assumido voluntariamente no Ministério do Trabalho em 19 de Março, escolhendo a última alternativa: «No caso de a entidade patronal não poder ou não querer investir e não querer participar na cooperativa, cederá gratuitamente as quotas aos trabalhadores». De novo no Ministério do Trabalho, a maioria dos sócios da Tipografia declarou formalmente «ceder a título gratuito, as suas quotas aos trabalhadores para estes formarem uma cooperativa — com a condição de as responsabilidades contabilizadas até essa data serem ligadas com as importâncias a receber dos clientes».

Entretanto, os trabalhadores têm continuado a laborar normalmente, assegurando as encomendas em curso.

Contratos colectivos: situações de impasse

Encontram-se praticamente em situação de impasse as negociações de quatro contratos colectivos de trabalho verticais que abrangerão cerca de 280 mil trabalhadores dos seguintes sectores industriais: vestuário, têxteis e malhas, lanifícios e tinturarias e lavandarias.

A recusa dos patrões ou a apresentação de contrapropostas consideradas ridículas está na origem da situação agora criada, segundo um documento intitulado «As manobras reaccionárias dos patrões na contratação colectiva» e subscrito pelas direcções dos Sindicatos dos Têxteis de Lisboa e Lanifícios e Vestuário do Sul, Vestuário de Coimbra, Porto e Braga, Escritórios de Lisboa e Porto, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Rodoviários de Lisboa, Armazéns de Setúbal e do Porto, Contínuos e

Porteiros e Telefonistas de Lisboa.

Um caso extremo, no capítulo das ofertas do patronato foi o que aconteceu no sector dos têxteis e malhas, em que o Grémio propôs um salário mínimo de 3500\$00, o que se traduziria para os trabalhadores, num aumento diário de 6\$60.

Numa demonstração da sua força e da determinação de conquistarem o que reivindicam, os trabalhadores do sector do vestuário paralisaram hoje a sua laboração, entre as 11 e as 11 e 30. O mesmo fizeram no passado dia 31 os trabalhadores do sector dos lanifícios.

Posição de mais força foi a assumida anteontem por todos os trabalhadores da indústria dos lanifícios e tinturarias e lavandarias que se recusaram pura e simplesmente a trabalhar, montando piquetes às portas das fábricas.

A Central de Trabalhadores acusa governos da América Latina

A Central Latino-Americana de Trabalhadores, organização regional filiada na Confederação Mundial do Trabalho, apresentou no Tribunal Russel II uma acusação formal contra os Governos do Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Haiti e outros, pela sua sistemática violação dos direitos e liberdades elementares da classe trabalhadora.

O documento entregue ao Tribunal contém casos concretos testemunhos e provas documentais. A denúncia pela Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT), além de fundamentada do ponto de vista legal, constitui um documento notável sobre a repressão e violação dos direitos dos trabalhadores, no tipo de sociedade e sistema de violência que hoje existe na América Latina — um contexto político, social, económico e cultural que tem como protótipo de Governos e de sistemas o fascismo no plano político e o desenvolvimentismo no plano económico e social.

Segundo o documento da CLAT, citado pelo boletim da Confederação Mundial do Trabalho, os casos do Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai, Equador e outros países da América Latina permitem concluir que os postulados do capitalismo internacional se estão a materializar de forma gradual, sistemática e brutalmente exactos, com um mecanismo de precisão impecável, como é o golpe de Estado e o consequente poder político radicado nas instituições armadas que, com uma versátil ideologia castrense, se apresentam como libertadoras do povo perante o perigo «comunista» ou a «desordem institucional».

Para a CMT, o desenvolvimento dos esquemas fascistas no contexto político da América Latina, persegue um objectivo muito claro: destruir a autonomia de classe do movimento dos trabalhadores — autonomia de classe no pensamento, na decisão, na acção. Neste contexto, o estado de dependência económica transforma-se em estado de dependência política, o que, por sua vez, vai degenerando em situações progressivas de desintegração social e satelização cultural em todos os países latino-americanos.

Arrendamento rural: mínimo de seis anos

Mais de um terço das explorações agrícolas nacionais é abrangido pelo novo regime de arrendamento rural decorrente de um projecto de lei, aprovado pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministério da Agricultura. Efectivamente, são cerca de 30 mil as terras que se encontram submetidas ao regime de arrendamento.

Considera-se no diploma que os rendeiros não têm «a segurança de uma continuidade na exploração da terra», não lhes sendo dada «garantia de continuidade para a sua actividade», o que, entre outras circunstâncias, «constitui um entrave à modificação dos processos de cultivo das terras, à reconversão das culturas, à introdução de equipamentos e à realização de benfeitorias».

Assim, o decreto estabelece não poderem os arrendamentos ser celebrados por prazo inferior a seis anos, prorrogáveis automaticamente, salvo para os celebrados com o culti-

tivo-americanos.

Neste contexto político, social e económico, dinamizado e apetrechado pelo capitalismo internacional, a situação cultural da América Latina vai seguindo também o rumo da cosmocultura imposta pelos grandes países industrializados: os seus costumes, valores e suas necessidades e apetências vão passando de um cenário a outro, como qualquer coisa de natural, agudizadas por uma marcha acelerada e multiplicadora dos meios de comunicação de massas.

Perante este quadro, é no plano económico-financeiro que o capitalismo moderno faz incidir as suas técnicas de conquistas. Parece lógico, portanto, concluir que, perante esta realidade de dependência social, económica e cultural, as oligarquias nacionais e estrangeiras procuram um modo de controlar o poder político para garantir a «lei e a ordem» a qualquer preço. E o preço, por vezes, consiste em destruir todos os movimentos, todas as forças populares e progressistas que lutam por uma sociedade mais justa.

REPRESSÃO

A situação em que se enquadra a repressão aos direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores permite constatar que a repressão não é um facto isolado, mas um sistema que os Governos utilizam. No campo sindical socorrem-se do aparato político-administrativo que obstaculiza e impede a existência de organizações sindicais autênticas. Por outro lado, deve assinalar-se que o atropelo aos direitos laborais e sindicais é quase sempre acompanhado de expressões mais cruéis, nomeadamente a violência física e mental. «A tortura transformou-se numa instituição estatal, regulamentada e dolorosa levada a cabo por técnicos científicos, grupos paramilitares, juizes e ministros de gabinete» — escreveu um jornalista.

Os factos que constituem violação, desconhecimento, obstaculização ou bloqueamento dos direitos laborais, sindicais e humanos dos trabalhadores adquirem as formas mais diversas, algumas directas, outras indirectas e sofisticadas, mas todas cruéis e rea-

lizadas com um cinismo profissional.

O Brasil, por exemplo, sofre desde 1964 os efeitos das mais implacáveis mataduras militares que têm manipulado e submergido o movimento sindical. Segundo o CMT, num país como o Brasil, não podemos falar de violação dos direitos porque os direitos não existem.

Na Bolívia, por sua vez, os dirigentes fascistas deram já mostras claras da sua vocação «democrática» ao consolidar o seu poder político-militar até 1980, com o objectivo de realizar o projecto histórico da «nova pátria» que todos os ditadores alegam como justificação para o golpe de Estado. A «militarização das actividades civis» corresponde inteiramente a esse objectivo. Em contrapartida, os trabalhadores não podem desenvolver actividades sindicais, há contratações colectivas suspensas, há despedimentos arbitrários e torturas.

Quanto ao Chile, bastará dizer que mais de dois milhões de pessoas sofrem os efeitos da contracção salarial como resultado das medidas anti-inflacionárias decretadas pelo Governo fascista, o que provo-

ca níveis inferiores ao subconsumo, quer dizer, ao estado de necessidade.

O Paraguai apresenta a mesma particularidade do Brasil: é um daqueles países que regista menor quantidade de denúncias sobre factos violatórios dos direitos humanos, laborais e sindicais e as violações são frequentes.

Os exemplos poderiam continuar e, até, com alguma pormenorização. Diga-se, apenas, e generalizando, que a inflação, a especulação, a carestia de vida que deterioram, em termos absolutos, as condições de vida e de trabalho de milhões de latino-americanos, e estão intimamente ligados à repressão: constituem aspectos diversos da mesma estratégia. Por outras palavras, pode falar-se na superexploração da classe trabalhadora com o seu consequente empobrecimento, para obrigar a aceitar a «ordem», a «paz», a «tranquilidade», a «estabilidade» de que o capitalismo necessita na América Latina para consolidar o seu processo de modernização e hegemonia totais.

A situação dos funcionários públicos ultramarinos

Em suplemento ao «Diário do Governo» de 31 de Março último, agora distribuído, foi publicado o Decreto-Lei n.º 169-A/75, o qual introduz ligeiras modificações em algumas disposições do Decreto-Lei n.º 23/75, de 22 de Janeiro, salientando-se: nova redacção dada ao n.º 2 do artigo 1.º e ao n.º 1 do artigo 2.º. E o aditamento de alguns números ao artigo 1.º do supracitado decreto-lei.

Assim, o artigo 1.º no seu n.º 2, estabelece: os servidores do Estado ou dos corpos administrativos interessados em ingressar no quadro geral de adidos, criado pelo presente diploma, deverão dirigir os respectivos requerimentos ao Ministério da Coordenação Interterritorial, pela via hierárquica, ou apresentá-lo directamente ao ministério, desde 90 dias antes da data marcada para a independência do território onde se encontram colocados.

O artigo 2.º no seu n.º 1, esclarece que os ingressados no quadro geral de adidos apenas auferirão metade dos respectivos vencimentos base, mas nunca menos que o salário mínimo nacional fixado nos termos legais.

O artigo 1.º, no seu n.º 6, estabelece que, para efeito de ingresso dos servidores do Estado ou dos corpos administrativos no quadro geral de adidos, será relevante a data de entrada dos respectivos requerimentos no M.C.I. independentemente da data do despacho que os defira. No n.º 7 do mesmo artigo determina-se que a entrada de requerimentos que sejam recebidos ou entregues prematuramente no M.C.I. será considerada efectuada apenas no primeiro dia útil do período previsto no n.º 2 deste mesmo artigo. O n.º 8 ainda do mesmo artigo 1.º estabelece: aos servidores que, nos termos dos n.ºs 3 e 4 deste artigo continuarem a prestar serviço nos territórios por período não inferior a 1 ano a contar da data de independência, será garantido o direito a receberem a totalidade do vencimento-base, após o seu ingresso no quadro geral de adidos.

Se a prestação do serviço nas indicadas condições se tiver prolongado pelo período mínimo de 2 anos ser-lhes-há concedida preferência, após o seu ingresso no quadro geral de adidos no provimento de cargos públicos para que reúnem os requisitos estabelecidos por lei, atendendo-se, em casos de igualdade, à maior antiguidade na categoria.

O presente diploma, no artigo 3.º, determina que os funcionários ultramarinos que se encontram em Lisboa exercendo funções no regime de comissão eventual de serviço, poderão ingressar imediatamente, a seu requerimento, no quadro geral de adidos, desde que preencham quanto à forma e duração do provimento, as condições exigidas pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23/75, de 22 de Janeiro.

O artigo 4.º, di diploma estabelece que o ministro da Coordenação Interterritorial resolverá por despacho, as dúvidas que se suscitarem na execução do Decreto-Lei n.º 23/75, de 22 de Janeiro.

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA (ANÚNCIO)

CONCURSO N.º 3-0062/75
Fornecimento de Material de Laboratório para o Hospital Curry Cabral

Recebem-se propostas até às 9.30 horas do dia 5 de Maio próximo, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa (Hospital de S. José), todos os dias úteis das 9 às 11.30 horas e das 14 às 16 e aos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 3 de Abril de 1975.

O CHEFE DOS SERVIÇOS
a) Alexandre Pinheiro

Nacional

A direcção dos Metalúrgicos dá a sua versão sobre problemas internos

A comissão administrativa provisória do Sindicato dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos de Lisboa reuniu esta manhã com a imprensa, na sede da Intersindical, para apresentar a sua versão sobre alguns problemas recentes da vida do sindicato, nomeadamente os conflitos que têm surgido com uma oposição operária aos actuais dirigentes sindicais.

A comissão directiva acusou os funcionários do sindicato que se lhe opõem de «pseudo-revolucionários» que lhe boicotam o seu trabalho e tentam «arrastar para as suas posições os outros colegas e alguns metalúrgicos». Depois de historiar os incidentes ocorridos em torno da dispensa de serviços de um estudante a trabalhar para o organismo sindical, os actuais dirigentes referiram a admissão de um secretário-geral, dada como necessária a uma reestruturação do sindicato, factos que foram «os pretextos para alguns funcionários lançarem uma violenta campanha contra a direcção».

«Foi a partir desta altura» — diz a C.A. num comunicado dado à imprensa — «que a já tão falada campanha de indisciplina, calúnias, boicotes ao trabalho da direcção e até provocações directas, começou a aumentar de dia para dia, dentro e fora do sindicato. Essa campanha alastrou-se a algumas empresas, como a T.A.P., Messa, Mocar, etc, onde os funcionários obtiveram o apoio de alguns metalúrgicos.»

Os conflitos levaram à suspensão, pela direcção de cinco funcionários. A C.A. dos metalúrgicos considerou ainda que a ocupação da sede do sindicato, no dia 7 de Março — dia em que estava marcado um plenário de delegados para discutir o anteprojecto de C.C.T. — e «a manifestação «burla» do dia 20, «foram realizadas por um grupo minoritário, com a participação de alguns funcionários, apoiados por dois grupos políticos —

M.E.S. e U.D.P.» que responsabilizam por tentarem «apoderar-se do aparelho do sindicato pela força» e «destruir de uma forma violenta, e antidemocrática uma direcção representativa». A qual reconheceu, no entanto, que os metalúrgicos que se lhe opõem não a consideravam como tal e reivindicavam novas eleições. Estas realizaram-se em 22 de Março, perante uma assembleia calculada pela direcção aí eleita em 3000 pessoas — o sindicato representa 60 000 trabalhadores — e cuja ordem de trabalhos não incluía qualquer acto eleitoral, realizado então na sequência da aprovação de um requerimento. Considera ainda a actual gerência dos metalúrgicos que os objectivos das atitudes tomadas pelos seus opositores seriam os de «desviar a direcção dos verdadeiros problemas que afectam a classe», por tudo se ter passado «numa altura em que a direcção se preparava para submeter à apreciação da classe

o anteprojecto do C.C.T. (vertical)». No comunicado da C.A., afirma-se ainda que a assembleia geral de 22 de Março apoiou a direcção nas medidas que esta decidiu tomar: «saneamento de 4 funcionários» e da encarregada da cantina (5 ao todo), acusados de «participação activa e preponderante nos acontecimentos do dia 7 e 20 de Março» e de «terem lançado as mais vis calúnias à direcção»; convocar outros dois funcionários suspensos para apuramento dos factos; suspender mais 4 funcionários, sobre alguns dos quais existem suspeitas «de ligações com órgãos repressivos do anterior regime». A C.A. acusou ainda o mesmo «grupo minoritário» de ter boicotado a assembleia geral da classe, realizada no Pavilhão dos Desportos, quando a maioria das 4000 possíveis pessoas ali presentes terá sido «arrastada» a alterar a ordem dos trabalhos de um modo que impediu o normal decorrer do encontro.

«OS BEBÊS DA ERICEIRA»

A RAPTORA ABANDONARA CINCO FILHOS NA MADEIRA

A Polícia Judiciária, através do seu subdirector, dr. Ribeiro Coelho, revelou, esta manhã, mais alguns pormenores sobre o caso dos três bebés raptados da Secção de Pediatria do Hospital de Santa Maria e mais tarde encontrados na Ericeira, em casa de uma mulher que se dizia chamar Sílvia Pereira e ser médica de profissão.

Segundo o dr. Ribeiro Coelho, a raptora chama-se Maria Ivone Freitas Gomes Luís, tem 36 anos e é natural da freguesia de Santo António, na Madeira, de onde se ausentou há oito meses, abandonando o marido e cinco filhos menores.

Neste período, e de acordo com elementos ainda não confirmados constantes no seu bi-

lhete de identidade, teria desempenhado as funções de servente num hospital de Lisboa. O exame clínico não revelou, entretanto, vestígios de parto recente. Falta agora realizar o exame psiquiátrico para se avaliar concretamente da sanidade mental de Maria Ivone. Só assim se poderá determinar o seu grau de responsabilidade criminal.

GOVERNADOR CIVIL DE FARO

O ministro da Administração Interna nomeou, esta manhã, para o cargo de governador civil de Faro o dr. Manuel José Ramires Fernandes.



Por causas ainda não conhecidas, começou ontem a arder um quarto do Hotel Tivoli. Muito fumo, muita gente a ver — e mais nada. Era noite, 22 horas. «Uma brincadeira» — disseram-nos esta manhã os Sapadores Bombeiros. O quarto incendiado localizado no 3.º andar não pôs em perigo o hotel.

MATOSINHOS: OS PESCADORES VOLTAM AO MAR

PORTO — Os pescadores de Matosinhos decidiram recomençar o trabalho, regressando ao mar ontem à noite, após uma reunião em que participaram representantes do M.F.A., das secretarias de Estado das Pescas e do Trabalho e da Intersindical. A reunião reali-

zou-se na Casa dos Pescadores de Matosinhos.

Como noticiámos, os pescadores de Matosinhos entraram em greve no dia 4 de Março, na sequência de dificuldades surgidas na negociação do contrato colectivo de trabalho.

A principal reivindicação dos pescadores respeita à cláusula 20.ª do contrato: descanso semanal ao domingo.

Entretanto, prossegue o estudo das condições de trabalho e das actividades da pesca pelas entidades oficiais e pelas organizações sindicais.

O P.D.C. INSTALOU-SE NUMA CASA DE 52 DIVISÕES

O P. D. C. (Partido da Democracia Cristã) que está suspenso, passou-se ontem para um edifício de 52 divisões, na Rua do Passadico, 26. «A casa não foi ocupada, mas sim alugada», disse-nos o engenheiro Jorge Medeiros que negou estarem a ser recuperados antigos combatentes, desempregados neste momento, para vigiar o edifício. Recorde-se que na noite de 11 de Março, a sede do P. D. C. foi totalmente destruída.

Entretanto, está marcada para hoje uma reunião do Directório que continua a funcionar embora o engenheiro Sanches Osório ausente em parte incerta, continue a ser secretário-geral já que ainda «que se saiba, não foi acusado publicamente».

Por outro lado, em face às constantes agressões de que o P. D. C. tem sido alvo, «é natural que venham a ser tomadas medidas em relação à vigilância do edifício».

Obrigados a deixar nome à entrada quando saímos, o continuo ou vigilante, lia, compenetrado, um livro de «cow-boys» de banda desenhada.



SEDE DO P.P.D. APEDREJADA

ÉVORA, 8 — Populares não identificados apedrejaram ontem à noite a sede do P.P.D. nesta cidade, sita à Rua Cândido dos Reis, partindo vidros e destruindo caixilhos.

O apedrejamento foi conhecido quando decorria um comício do partido no Teatro Garcia de Resende. Imediatamente um grupo de militantes partiu em direcção à sede, mas entretanto a P.M. tinha sanado o incidente, dispersando os lapidadores.

AGRESSÕES NA FOZ (PORTO)

PORTO, 8 — Comunicados do P.S. e da F.E.C. (m-l), divulgados nesta cidade, relatam

agressões a militantes seus, ambas ocorridas na Foz.

O P.S. queixa-se de que um numeroso grupo de clientes da boite «Twin's» provocou e depois agrediu três militantes que, na madrugada do passado dia 5, colavam cartazes nas proximidades do estabelecimento. O caso — segundo o partido — teria sido testemunhado por dois agentes da polícia em serviço de plantão à boite, os quais entenderam não intervir.

Por seu turno, a F.E.C. (m-l), dá conta de que militantes e simpatizantes seus, também na Foz, foram alvos de sevícias por parte de seis dezenas de indivíduos que garante pertencerem ao P.P.D. Os atacantes

deslocar-se-iam em camiões e estariam armados de paus, correntes e pedras.

BOICOTE AO P.C.P. EM PALMOZ

OLIVEIRA DE AZEMÉIS, 8 — A comissão concelhia do P.C.P. verbera num comunicado o boicote feito a uma sessão de esclarecimento do partido na vizinha povoação de Palmoz, na sequência — afirma — de incidentes semelhantes em Lourosa, Carregosa e Pinheiro da Bemposta.

Os boicotadores pertenceriam ao P.P.D. descrito noutro passo do comunicado como representante dos «grandes monopolistas e latifundiários».

PUB.

A venda do «Príncipe Perfeito» não provocará desemprego

A venda do paquete «Príncipe Perfeito», no caso de vir a ser autorizada pelo Governo, não provocará desemprego na marinha mercante.

O navio encontra-se a efectuar a última viagem aos portos de Angola, conforme programa aprovado pelo Governo e que tem vindo a ser executado desde Maio de 1974. Dado que se prevê o seu regresso a Lisboa por volta de 20 do corrente mês de Abril, espera a Companhia Nacional de Navegação, que, entretanto, possa ser tomada uma decisão sobre o futuro do navio.

À frota mercante portuguesa, não ocasionará desemprego, conforme foram informados, a tripulação do navio, os

Sindicatos e o Governo, no passado mês de Fevereiro quando da sua última estadia em Lisboa.

O PLANO ELABORADO PELA EMPRESA ARMADORA NÃO LANÇA OS TRIPULANTES NO DESEMPREGO

O plano que foi elaborado baseia-se no gozo efectivo das férias e folgas contratuais por parte de todas as tripulações da empresa e num escalonamento adequado dessas férias ao longo do ano e pressupõe ainda um programa de reformas para os tripulantes mais idosos, que inclui pensões complementares da Previdência.

Até agora não se encontrou tráfego onde a marinha portuguesa possa ter algum acesso que justifique as enormes despesas de exploração e manutenção de navios deste tipo.

Outros navios mais modernos de frotas estrangeiras estão e vão ser abatidos, alguns deles para sucata, precisamente pelos mesmos motivos.

A hipótese de abate

Geral

COMISSÃO PRÓ-SINDICAL DA C.M.L.

VITÓRIA DA LISTA B

As eleições para os corpos gerentes da comissão pró-sindical da Câmara Municipal de Lisboa, realizadas durante todo o dia de ontem, foram ganhas pela lista B com uma diferença de 1387 votos em relação à lista A.

Estavam inscritos nos cadernos eleitorais 7200 trabalhadores e votaram 5008, o que representa uma percentagem de 70 por cento de eleitores que

exerceram o seu direito de voto. A lista B ganhou em todas as assembleias, num total de oito, pertencendo-lhe 3068 votos contra 1681 para a lista A.

A lista vencedora tem a seguinte constituição: Joaquim Manuel Vital Ruivo, Alberto Henrique dos Santos Romeira, Conceição Borges Gomes Ribeiro, Maria de Lurdes Martins, Ribeiro da Silva, Manuel de Je-

sus Mouta, Joaquim Marques, António da Silva, Joaquim António, José Casimiro da Conceição Pereira, Aladeu Anastácio Guerreiro, António Nunes Ferreira, Carlos Duarte, José João Vitoriano Rocha, Manuel Monteiro Candeias e Alfredo da Silva Gomes; suplentes: Alcídio António Amaro Chambel, Carminda da Silva Girão Saraiva e Silva, Cristina Maria

Jerónimo Lopes Azedo, Maria Luísa Serrão Fialho, Vivaldo Esteves Quintans, Manuel Augusto Vidal, Raul Alberto da Silva Pinto e Francisco Camilo Ferreira.

Deve recordar-se, entretanto, que apenas não estavam inscritos nos cadernos eleitorais 170 trabalhadores, o que representa 2,3 por cento dos eleitores.

PROPÕE A C.M.L.

SETE ZONAS ADMINISTRATIVAS PARA O CONCELHO DE LISBOA

Numa reunião efectuada ontem no Teatro S. Luiz e na qual participaram a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e representantes de 29 das 53 freguesias da capital, o município propôs às jun-

tas a divisão do concelho em sete zonas administrativas.

Segundo apurámos, tal proposta não tem como finalidade a eliminação da acção da Câmara, mas pretende tornar mais fácil a intervenção das juntas de freguesia nas deliberações a tomar pela Comissão Administrativa do Município lisboeta.

As sete zonas previstas são: 1.ª — parte velha da cidade (Baixa, Castelo, etc.); 2.ª — de Belém a Alcântara; 3.ª — Campo de Ourique Campolide e Rego; 4.ª — do Areeiro ao Vale Escuro; 5.ª — parte Oeste da cidade, a norte de Monsanto (Benfica, Carnide, etc.); 6.ª — Lumiar, Ameixoeira, Alvalade, S. João de Brito; 7.ª — Olivais, Chelas, Beato e Marvila.

Este e outros pontos englobados na proposta apresentada pela Comissão Administrativa da C. M. L. serão discutidos num plenário de Juntas de Freguesia de Lisboa a realizar dentro de um mês e, desta feita, com o carácter deliberativo que a reunião de ontem não teve.

FIXADAS NOVAS TAXAS DO IMPOSTO PROFISSIONAL

Eliminar a discriminação tributária, relativa ao imposto profissional, entre os trabalhadores portugueses, constitui o objectivo fundamental das disposições de um decreto-lei do Ministério das Finanças remetido para o «Diário do Governo».

Com a introdução de decreto, o Código do Imposto Profissional sofreu alterações, passando as taxas de imposto a ser as seguintes: rendimento colectável anual até 50 000\$,

OCUPADA A CELULOSE DO TEJO

Trabalhadores ocuparam hoje a sede da empresa Celulose do Tejo S.A.R.L., pedindo uma rápida intervenção do Estado que normalize a laboração e saneando 5 administradores.

Os administradores da Celulose do Tejo, face aos acontecimentos subsequentes ao 25 de Abril, abandonaram o País, encontrando-se agora no Brasil e em Espanha, estando ora em S. Paulo, ora em Madrid, abandonando a gestão da fábrica, situada em Vila Velha de Rodão.

Os administradores, que os trabalhadores acusam de ligações com o regime fascista, continuavam, no entanto, até agora, a receber os seus lucros: um deles, por exemplo, recebia, estando no Brasil, 160 mil escudos todos os meses. A comissão de trabalhadores da Celulose do Tejo contactará hoje com entidades oficiais para pedir uma intervenção na empresa, produtora de pasta de papel, destinada ao mercado estrangeiro. Os trabalhadores acusam nomeadamente os

CINCO MIL CONTOS MENSAIS SALVAM O HOSPITAL DE CASCAIS

«Com cinco mil contos mensais o Hospital de Cascais aguentar-se-ia» — afirmou-nos esta manhã António Barbil, membro da comissão dos trabalhadores.

Ontem, no decurso de uma reunião entre a mesa administrativa e dois representantes da Direcção-Geral dos Hospitais, concluiu-se, efectivamente, que aquela verba era absolutamente necessária «para segurar o pessoal e garantir a manutenção normal».

Os cinco mil contos seriam

concedidos pela Secretaria de Estado da Saúde, através da Direcção-Geral dos Hospitais. Entretanto, mantém-se a dívida à mercearia, dívida que obsta a que os géneros cheguem em quantidade suficiente àquele estabelecimento hospitalar.

LANIFÍCIOS: GREVE DE ZELO

PORTO — Não abdicaremos da cláusula 81.1 do nosso contrato, ou seja, sábado e domingo como dias de descanso obrigatório e continuaremos em greve de zelo até ao reinício das negociações com a aprovação da cláusula acima referida» — lê-se num comunicado distribuído aos trabalhadores pelo Sindicato do Pes-

Mudança na chefia pedida em Saigão

SAIGÃO, 8 — (A. N. I. e R.) — O antigo vice-presidente Nguyen Cao Ky pediu hoje uma mudança na chefia do Vietname do Sul, poucas horas depois de um piloto solitário da Força Aérea atacar a residência oficial do presidente Nguyen Van Thieu.

O vice-marechal da aeronáutica Ky, ex-comandante da Força Aérea sul-vietnamita,

que se zangou com o presidente Thieu, em 1971, declarou que «chegara a altura de uma mudança da chefia política, assim como nas forças militares».

No entanto, na comunicação emitida pelo seu gabinete, Ky diz que «não advogava um golpe de Estado nas actuais circunstâncias no país, visto que com ele apenas lucrariam os comunistas».

Por outro lado, a Rádio norte-americana de Saigão disse que o ataque foi o acto isolado de um piloto e esta opinião é partilhada por fontes oficiais, embora não tenha sido divulgado qualquer comunicado nesse sentido.

Fontes militares disseram que o bombardeamento foi feito pelo tenente Nguyen Quang Trung, cuja família ficou retida em Danang quando aquela cidade caiu em poder do Vietcong no mês passado.

Segundo as mesmas fontes, o tenente tinha levantado voo de Bien Hoa com outros dois aviões para uma missão de combate na área de Phan Rang, mas, em vez de seguir rumo ao alvo que lhe fora destinado, afastou-se da formação e voou em direcção ao centro de Saigão. Depois de uma primeira passagem de reconhecimento, o avião mergulhou em voo picado sobre o palácio e largou as bombas, afastando-se rapidamente. O estrondo abalou o centro da cidade e rolos de fumo negro elevaram-se no ar. Quando as peças anti-aéreas de defesa do palácio abriram fogo já o avião estava fora do seu alcance. Segundo algumas testemunhas oculares, o avião teria sido visto a afastar-se para sueste, em direcção ao mar mas nada se sabe sobre o seu paradeiro actual.

Observadores militares admitem que o gesto do piloto terá sido ditado por motivos pessoais, possivelmente por consideração o presidente Van Thieu responsável pela queda de Danang, onde tinha a família.

NOTARIADO PORTUGUÊS

DÉCIMO TERCEIRO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA A CARGO DO NOTÁRIO DR. ABEL AUGUSTO VEIGA DA GAMA VIEIRA

Certifico para efeitos de publicação

Que, por escritura lavrada neste Cartório em 20 de Março de 1975, de folhas 47 a folhas 49 do Livro de Escrituras Diversas número 511-C, foi constituída entre **Deolinda Ferreira Ramos e Benvida Ramos Machado**, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual ficou a ser regida pelo constante dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a denominação **Deolinda e Benvida, Peixaria, Lda**, fica com a sua sede em Lisboa, e domicílio no Largo das Orlas, número cinquenta e cinco, rés-do-chão.

SEGUNDO — A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de hoje.

TERCEIRO — O seu objecto é o de peixaria ou qualquer outro que as sócias resolvam explorar e que não dependa de autorização especial.

QUARTO — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinquenta mil escudos e corresponde à soma de duas quotas de vinte e cinco mil escudos cada, pertencentes uma a cada uma das sócias.

PARÁGRAFO ÚNICO — Qualquer sócia poderá fazer supimentos à sociedade quando ela deles necessitar, com ou sem juros, conforme for resolvido entre elas.

QUINTO — É livre entre as sócias a cessão de quotas, mas a estranhos dependerá do consentimento prévio da sociedade e depois das restantes sócias.

SEXTO — A administração e gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo de ambas as sócias, as quais, desde já, ficam nomeadas gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for resolvido em assembleia geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Para a sociedade ficar validamente obrigada em todos os seus actos e contratos é sempre necessária a intervenção de ambas as sócias gerentes ou seus respectivos procuradores.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Qualquer das gerentes poderá delegar em quem entender, por procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Fica proibido aos gerentes usarem a denominação social, em fianças, abonações, letras de favor, e, em todos os actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

SETIMO — As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas e enviadas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, salvo os casos em que a lei exija forma especial.

ÓTAVO — A sociedade só se dissolverá nos casos legais e em caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, os seus herdeiros ou representantes, continuarão na sociedade e, escolhendo um de entre todos que não os represente, enquanto a quota se achar indivisa.

NONO — Os balanços anuais e encerrados em 31 de Dezembro, e os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos cinco por cento para o fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas.

Está conforme com o original, nada havendo na parte omitida que amplie, restrinja, modifique ou condicione, a parte transcrita.

Lisboa, um de Abril de mil novecentos e setenta e cinco

O Ajudante,

RECOMEÇARAM AS AULAS

No Liceu de Almada, as aulas puderam reabrir normalmente para os 3500 alunos que as frequentam.

No tempo «record» de 11 dias, pais, alunos, soldados da Trafaria e fuzileiros do Alentejo conseguiram reconstruir as 11 salas destruídas, cujo prejuízo atinge valores absurdos muito próximos dos 2 000 contos.

Eram salas que não tinham tecto, nem chapas de lusalite, nem portas nem janelas. Mesmo fios de telefones tinham sido arrancados. Os pais dos alunos deram dinheiro, uma soma superior a 70 contos. Ainda hoje continuavam a chegar doativos. O comércio de Almada integrado no espírito da campanha, concedeu significativos descontos na compra dos materiais, elementos da Escola de

Formação Profissional da Amora, também deram o seu contributo.

Mas para que hoje as aulas se iniciassem foi necessário que as obras se prolongassem pelas noites adentro. Um fuzileiro esteve três noites sem dormir, a levantar o que em tão pouco tempo e em nome não se sabe de quê, tinha sido destruído. Soldados da Trafaria trabalhavam pela noite fora. Ninguém se poupou a esforços. Nas salas atingidas, as aulas decorriam como em edifício novo, ouviam-se as vozes de professores e alunos, rodeados por plátex e corticeiros novos, pintados de fresco.

Respirava-se, então, orgulho. Uma polícia permanente, vigiava a porta

daquele Ministério.

A comissão de Sindicância, já nomeada, tem a seguinte constituição: — a) auditor de contas o licenciado Eduardo Maia Cadete; b) auditor jurídico, licenciado José Tomás de Oliveira.

SINDICÂNCIA

Por despacho do ministro do Trabalho, sob proposta da Comissão de Saneamento e Re-classificação, foi determinado que se proceda a uma sindicância aos Serviços Sociais

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

CALÇADA DE SANTOS, 3-2.º — LISBOA

A V I S O

Avçam-se todos os sócios e utentes do Sindicato que está em curso a transferência de alguns serviços Administrativos e de Acção Sindical para a Avenida D. Carlos I, n.º 48-2.º.

A fim de procurar atenuar as inevitáveis perturbações resultantes desta mudança e da elevada quantidade de documentos a transferir, continuam a funcionar, durante algum tempo, na Calçada de Santos, n.º 3-2.º-Esq.º, os seguintes serviços:

Admissão de sócios
Tesouraria
Informações
Contencioso

As dúvidas que surjam quanto ao encaminhamento de qualquer problema ou assunto de interesse para os sócios, serão esclarecidas pelos funcionários e dada a proximidade das duas instalações estamos certos que não surgirão grandes dificuldades.

Há cerca de um ano que vínhamos procurando solução para a instalação dos serviços, pois mesmo antes do 25 de Abril já se revelavam insuficientes e ultrapassadas, não existindo uma única sala onde fosse possível efectuar uma pequena reunião de sócios.

Lisboa, 6 de Abril de 1975.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Estrangeiro

FORD TENTA OBTER AUXÍLIO PARA O GOVERNO DE SAIGÃO

WASHINGTON, 8 (R) — O presidente Ford, perante a perspectiva do possível colapso de todo o Vietname do Sul, vai tentar convencer um Congresso teimoso de que Saigão precisa ainda de auxílio para resistir a novos avanços comunistas.

Quando o seu Conselho Nacional de Segurança preparava uma lista de opções para ajudar o Governo de Saigão, Ford mandou alguns dos principais conselheiros exporem o ponto de vista do Governo perante o Congresso.

Comparecerão nas comissões dos serviços armados do Senado e da Câmara dos Representantes e em audiências efectuadas em comissões preocupadas com auxílio a refugiados e a estrangeiros.

O presidente regressou ontem, à noite, de férias na costa ocidental, onde assistiu à chegada de algumas das centenas de órfãos de guerra sul-vietnamitas que vieram de avião para novos lares nos Estados Uni-

dos. A sorte das crianças sem lar deparou com uma resposta imediata de famílias norte-americanas, dispostas a recebê-las, mas Ford pretende auxílio para o Governo e as pessoas ainda no Vietname do Sul.

O presidente quase que já abandonou a esperança de qualquer auxílio militar — 300 milhões de dólares que procurou obter para o Vietname do Sul e 222 milhões para o Camboja. E, na semana passada, o descalabro das forças de Saigão fechou, na verdade, a porta a qualquer vestígio de apoio do Congresso.

O chefe do Estado-Maior do Exército, general Frederick Weyand, comparece hoje, em audiências separadas, nas comissões dos serviços armados

do Senado e da Câmara, a fim de relatar a visita que efectuou, na semana passada, ao Vietname do Sul.

É provável que o general Weyand argumente que alguma ajuda financeira e militar ao Governo de Nguyen Van Thieu poderia auxiliar a recompor as coisas.

Ford convocou para amanhã uma sessão do Conselho Nacional de Segurança, na qual pedirá uma lista de opções para enfrentar a situação na Indochina. Ordenou esse estudo, na semana passada, e anunciará na quinta-feira, à noite, perante uma sessão conjunta do Congresso a decisão que tomou.

As atenções concentrar-se-ão, até lá, nas audiências das comissões do Senado e da Câmara dos Representantes

acerca da sorte dos refugiados. Entre as pessoas que deporão acham-se o subsecretário de Estado Philip Habib, e o administrador da Agência de Desenvolvimento Internacional, Daniel Parker.

Entretanto, mais de mil órfãos sul-vietnamitas e cambojanos preparam-se agora para nova vida nos Estados Unidos e no Canadá.

Algumas das crianças, cuja idade vai de pouco meses a alguns anos, estão inválidas e outras estão a ser tratadas em hospitais a vários ferimentos e doenças.

A ponte aérea de emergência de Saigão começou na quinta-feira e terminou hoje, mas o Governo sul-vietnamita afirmou que o discutido programa de adopção continuaria, embora a um ritmo mais lento.



Um funcionário do aeroporto de Londres transporta dois órfãos sul-vietnamitas acabados de chegar a Inglaterra num avião com um total de uma centena de crianças, no primeiro voo com refugiados do Vietname do Sul, depois do recente incremento da luta naquele país. (Telefoto UPI/Telimprensa).

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AOS CONSUMIDORES

AVISO

Avisam-se os consumidores de água e de electricidade destes Serviços, de que por conveniência de serviço, foram alteradas para as seguintes datas, as cobranças e leituras dos respectivos consumos:

COBRANÇA DE RECIBOS

- 1.º — Ao cobrador no local do consumo de 1 a 12 de cada mês.
- 2.º — Nos postos (Moscaide e Odiveles) e na sede nos dias 13 e 14, conforme indicação dada no verso do aviso deixado na residência do consumidor.
- 3.º — Na sede (Tesouraria), a partir do dia 18, com juros de mora.

Os vales de correio ou cheques, deverão dar entrada nestes Serviços e remetidos ao Tesoureiro, até às 16.30 horas do dia 13.

Continuam a ser feitas as cobranças nas agências dos Bancos e por intermédio da Caixa Geral de Depósitos C. e Previdência (dependências situadas na área deste concelho) desde que, por escrito, sejam informados estes Serviços.

Também continuam a ser respeitadas as indicações dadas para recebimento em local diferente ao do consumo, a indicar pelo consumidor, na área deste concelho e por escrito.

LEITURAS NORMAIS

Serão iniciadas a partir do dia 16.

LEITURAS ESPECIAIS

Que até aqui eram feitas no primeiro sábado seguinte ao dia 10, passam a ser feitas no último sábado do mês, a partir das 13 h. e até às 18 horas.

Nota: As alterações referidas entram já a vigorar no presente mês de Abril.

LoURES, 2 de Abril de 1975

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Gilberto Lindim Ramos

FUZILEIROS AMERICANOS EM ESTADO DE ALERTA

WASHINGTON, 8 (A.N.I.) — Um batalhão de fuzileiros da Marinha dos Estados Unidos, constituído por cerca de mil e quinhentos homens, foi transferido para uma base naval norte-americana nas Filipinas, para ser utilizado, se necessário, na evacuação dos cidadãos norte-americanos do Vietname do Sul — soube-se ontem à noite.

Esta movimentação de forças eleva para quatro mil o número de fuzileiros norte-americanos mobilizados

e em estado de alerta para intervir em operações de emergência no Vietname do Sul e Camboja, países que enfrentam uma possível derrota por parte das forças comunistas.

Entretanto, o Pentágono confirmou que um batalhão tinha sido transferido da base de Okinawa para a base norte-americana da baía de Subic, nas Filipinas, não se referindo porém, a qualquer operação que envolva a evacuação de cidadãos norte-americanos do Camboja ou Vietname do Sul.

24 horas no Mundo

■ A artilharia do Vietcong bombardeou o principal depósito de carburante sul-vietnamiano situado a 11 quilómetros de Saigão. Posteriormente, um caça-supersónico lançou bombas sobre o palácio presidencial num inesperado ataque à residência oficial de Nguyen Van Thieu.

■ Segundo declarou em Djakarta o general George Brown, chefe do estado-maior americano interarmas «uma inter-

venção militar norte-americana directa no Vietname é certamente uma das soluções.» Estas declarações causaram embargo no Pentágono onde os informadores interrogados lembraram que a lei proíbe qualquer emprego da força sem o acordo do Congresso.

■ O presidente Anwar Sadat declarou à revista «Time» que o Egipto estava disposto a autorizar o trânsito pelo Canal de Suez de mercadorias «não es-

tratégicas» destinadas a Israel, estando porém, essa autorização, dependente do «comportamento de Israel».

■ Recomeçaram em Atenas as conversações sobre o futuro de bases militares norte-americanas. Entretanto, nas eleições municipais de desempate os candidatos apoiados pela Frente Popular conquistaram os municípios do Pireu e de Salónica.

■ O primeiro diálogo entre os principais países consumidores e produtores de petróleo inaugurou-se em Paris com um apelo a uma ampla conciliação de posições, o que não obstou a que os Estados Unidos voltassem a endurecer a sua atitude

de perante o problema mundial de energia.

■ No seu discurso de abertura da sessão extraordinária da O. U. A. para debate da situação na África do Sul, realizada em Dar-Es-Salam, o presidente tanzaniano Julius Nyerere pronunciou-se pela continuação do isolamento daquele país, oferecendo no entanto o apoio da O. U. A. a quaisquer negociações entre os movimentos de libertação da África Austral e os governos de minoria branca (África do Sul).

■ A morte do general Chiang Kai-Chek foi anunciada no «Diário do Povo» de Pequim juntamente com um apelo da agência Nova China à população da Formosa no sentido de «contribuir activamente para a libertação da ilha e para a sua unificação com a mãe pátria».

■ A União Soviética informou os Estados Unidos que o malogrado voo tripulado de uma nave Soyuz, verificado no sábado, não terá qualquer influência na missão conjunta em que intervirão naves espaciais dos dois países, em Julho próximo.

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA (ANÚNCIO)

CONCURSO N.º 3-0063/75
Fornecimento de máquinas para os Serviços Farmacêuticos do Hospital de S. José
Recebem-se propostas até às 9,30 horas do dia 9 de Maio próximo, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa (Hospital de S. José), todos os dias úteis das 9 às 11,30 horas e das 14 às 16 e aos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 3 de Abril de 1975.

O CHEFE DO SERVIÇO
a) Alexandre Pinheiro

BOA COLOCAÇÃO com BOM VENCIMENTO

OBTERÁ SE FREQUENTAR OS CURSOS COM INÍCIO HOJE, 3.ª FEIRA, de

- ★ Programação de Computadores
- ★ Desenhador da Construção Civil
- ★ Secretariado ★ Contabilidade
- ★ Gestão e Administração de Empresas
- ★ Marketing e Técnica de Vendas
- ★ Perfuração-Verificação (I B M) (Individual)

E AINDA, A NÍVEL PROFISSIONAL, CURSOS INTENSIVOS DE

- ★ Design
- ★ Decoração de Interiores
- ★ Artes Decorativas

A ÚNICA EMPRESA QUE ASSEGURA ESTÁGIO OS NOSSOS ALUNOS BENEFICIAM, EM VÁRIOS PAÍSES, DE

BOLSAS DE ESTUDO
INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO
RUA NOVA DO ALMADA, 81, 3.º DT. — LISBOA
TELEF. 32 55 77

quer Conselho de Ministros» a eventualidade de uma rendição incondicional. Numa entrevista à F. P., Saukham Khoy protestou contra aquelas alegações, declarando que «apenas afirmo que se a maioria do povo o desejar, aceitaremos o regresso do príncipe Sihanouk».

«Começamos a recolher muitas armas em todos os bairros da capital, bem como muitas munições», disse Saukham Khoy, mostrando-se por outro lado convencido de que dos dois milhões de pessoas que conta actualmente a capital, «cerca de 100 000 podem ser armadas para participar activamente na defesa de Phnom Penh».

Entretanto, foi revelado que Long Boret, primeiro-ministro de Phnom Penh, regressou de Djakarta, aonde acompanhara Lon Nol. Todavia, encontra-se retido na capital indonésia o ministro cambojano dos Negócios Estrangeiros, devido a uma gripe.

Navio-espião bem sucedido

LOS ANGELES, (Califórnia), 8 — (A.N.I.) — O navio-espião «Gloria Explorer», pertencente à C.I.A., que recuperou parte de um submarino soviético afundado no Oceano Pacífico, foi bem sucedido na remoção de dois torpedos nucleares e do corpo de um perito de armas nucleares, juntamente com o seu diário pessoal — revelava ontem o jornal «Los Angeles Times».

O jornal cita círculos afectos à espionagem e informadores independentes que sabiam do projecto, incluindo pelo menos um membro da tripulação.

O jornal acrescenta que o navio deve ser enviado de novo este Verão para o mesmo local, numa tentativa para recuperar um míssil com uma ogiva nuclear que escapou das garras do guindaste do barco, além de outras partes do submarino.

MANIFESTAÇÕES EM SEUL

SEUL, 8 — (R.) — Depois de uma trégua de fim-de-semana, voltaram ontem a haver em Seul confrontações entre a Polícia e estudantes.

Rebentaram motins antigovernamentais na Universidade Nacional de Seul, na Universidade Jesuíta de Sogang e no Instituto Coreano de Estudos Estrangeiros, organização cultural privada.

Os estudantes apedrejaram as forças policiais e os agentes da repressão dispararam granadas de gás lacrimogénico.

Nesta semana passada foram presos mais de 300 estudantes após manifestações em que os jovens cometeram o «horível crime» de pedir reformas democráticas e libertação de companheiros metidos nas masmorras do Governo.

Estrangeiro

NOVA DECLARAÇÃO DA O.U.A. SOBRE A ÁFRICA DO SUL?

DAR-ES-SALAM, 8 — (R.) — A Tanzânia pediu aos países africanos para se conseguirem a independência da Rodésia e de Namíbia (sudeste africano), o mais depressa possível. — A opinião da Tanzânia está contida num documento de 24 páginas distribuído aos dele-

gados das 42 nações que assistem nesta capital à sessão ministerial extraordinária da Organização de Unidade Africana (O. U. A.).

O documento, que se espera seja o tópico principal de discussão na primeira sessão plenária, que hoje se efectua poderia constituir a base de uma nova declaração da O. U. A. sobre a África do Sul.

A sua tese principal é a de que a África deveria estabelecer uma diferença entre os aspectos colonial e racista da política da África do Sul e deveria separar a África do Sul das questões da independência da Rodésia e de Namíbia.

A Tanzânia afirma que a África negra deveria estar disposta a dialogar com a África do Sul se esse país se mostrasse a favor da independência para a Rodésia e Namíbia, mas apenas como intermediária dos movimentos de libertação nos dois territórios.

«No entanto a África deve agir como um só bloco nesse campo» — salientava o documento, que notava que deviam ainda ser feitos preparativos

para uma luta armada, para o caso de ela se tornar necessária.

Durante os últimos seis meses têm-se registado mudanças dramáticas nas relações da África do Sul com Estados africanos negros, nem todas elas favorecendo a atitude isolacionista oficial da O. U. A. em relação a Pretória.

O presidente Julius Nyerere da Tanzânia pediu ontem a continuação do isolamento da África do Sul ao inaugurar oficialmente a conferência. Contudo, ofereceu também apoio em quaisquer negociações entre movimentos de libertação sul-africanos e os Governos de minoria branca.



O chefe do Estado da Tanzânia, Nyerere presidindo à sessão inaugural da reunião ministerial extraordinária da O.U.A. em Dar-Es-Salam. A esquerda, o secretário-geral Eteki e à direita, o secretário executivo Moukness (Telefoto UPI/Teleimpressa).

SOVIÉTICOS NA SOMÁLIA?

WASHINGTON, 8 — (A.N.I.) — O Pentágono norte-americano anunciou ontem que a União Soviética «está possivelmente a construir» uma base naval na Somália, no Índico, para refúgio dos seus barcos armados com mísseis de grande alcance.

Segundo um porta-voz do Departamento da Defesa, esta seria a primeira base desta envergadura da U.R.S.S. fora do bloco soviético, destinando-se a proteger a frota de mais de 25 barcos que mantém permanentemente no Golfo Pérsico e no Oceano Índico.

SUGESTÃO DO EGITO REJEITADA PELA O.L.P.

CAIRO, 8 — (R.) — A Organização de Libertação da Palestina (O.L.P.) rejeitou uma sugestão egípcia de que deveria estar representada por uma delegação da Liga Árabe na proposta conferência de paz no Médio Oriente, a efectuar em Genebra, segundo revelaram observadores esta capital.

Essa revelação foi feita depois do autorizado jornal «Al Ahrar» anunciar que o Cairo continuaria com a sua campanha mundial para assegurar a participação da O.L.P. na conferência e Genebra.

O presidente da O.L.P., Yasser Arafat, travou ontem conversações com o presiden-

te Anwar Sadat do Egipto e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Ismail Fahmi, durante a qual, segundo se crê, o chefe da diplomacia egípcia explicou a estratégia do Egipto desde o fracasso da missão da paz do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e procurou inteirar-se das opiniões de Arafat acerca da participação da O.L.P. na conferência de Genebra.

O Egipto sugeriu que a O.L.P. deveria estar representada na conferência por uma delegação da Liga Árabe, a fim de ladear a oposição de Israel e dos Estados Unidos a uma presença daquela organização nas conversações.

O "julgamento do século" vai começar em Madrid

MADRID, 8 — (pelo correspondente da ANI, Manuel Lopes) — Começa hoje em Madrid o que já se convencionou chamar em Espanha o «julgamento do século». Um processo de 50 mil páginas, com 330 testemunhas convocadas mas das quais apenas poderão comparecer algumas dezenas porque as outras ou se encontram no estrangeiro ou não foram autorizadas.

Um processo de que o público jamais tomará pleno conhecimento, apesar do julgamento se realizar a portas abertas mas numa sala onde apenas cabem cerca de 50 pessoas e em que os jornalistas precisam de credencial especial.

Um processo que foi levantado há cerca de seis anos, e que envolvia altas personalidades entre as quais ex-ministros e iminentemente político.

Jose Maria Gil Robles, defensor do principal réu, Juan Villa Reyes, apra quem se pedem cerca de 1300 anos de cadeia, declarava, ainda há pouco tempo, que «se este pro-

cesso se realizasse, seria a derrocada do regime».

No entanto, parece que desta vez sempre se vai realizar. Reina grande expectativa nos meios judiciais e políticos sobre a maneira como vai processar-se e as possíveis consequências, além da análise retrospectiva do que foi a acção de algumas personalidades ligadas a grupos políticos entre os quais o que está mais envolvido é a «Opus Dei» e do outro lado o ex-ministro Fraga Iribarne que actuou como protagonista do grupo que estava frontalmente contra os tecnocratas, ligados à conhecida instituição religioso-política.

Jose Maria Gil Robles dizia ontem que apenas queria «liberdade para defender o seu cliente, dentro da lei e com o devido respeito pelas pes-

soas e instituições».

No processo inicial eram citados como réus, entre outros, os ex-ministros Navarro Rubio, Garcia Monco e Espinosa San Martin, mas em 1971, um imprevisto indulto beneficiava aqueles cujas penas pedidas eram inferiores a seis meses e as multas pecuniárias. Entre os indultados encontravam-se os ex-ministros.

Para o presente julgamento que envolve oito processados, dos quais o principal é Juan Villa Reyes, que desde 1972 se encontra numa situação de prisão atenuada e dentro dessas limitações dirigindo a empresa, foi pedido pela defesa o testemunho dos ex-ministros Vilar Palasi, Espinosa San Martin, Garcia Monco e Navarro Rubio que foram aceites, mas não os dos também ex-ministro Laureno Lopez Rodo, Gregório

Lopez Bravo, Alfredo Sanchez ella e Manuel Fraga Iribarne.

O caso Matesa, de imediata ressonância política a nível nacional e internacional, começou em 1969 quando foram denunciadas, pelo então director-geral de alfândegas, irregularidades na concessão de créditos e na exportação dos famosos teares «Iwer». Foram presos vários directores da empresa que pertencia na totalidade à família Villa Reyes, acusados do delito de contrabando monetário e evasão de divisas.

Mas o que estava por detrás de tudo isto, o que permitiu que as coisas viessem a lume, foi a luta interna entre os elementos da Opus Dei que na ocasião dominavam o Governo e os falangistas que viam escapar-se-lhe o poder pouco a pouco.

GRÊMIO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE LAVANDARIA E TINTURARIA

AVISO

Com referência a nota divulgada pelos Sindicato dos Texteis aos órgãos de informação; em que se afirmava que trabalhadores das Lavandarias e Tinturarias se recusaram ao trabalho, no sábado dia 5, tendo formado piquetes às portas dos seus estabelecimentos;

... É PURA MENTIRA.

—Por tais notícias merecerem amplo esclarecimento, o Grémio informa:

- 1 — Indivíduos alheios à actividade e alguns trabalhadores e certas empresas congéneres, em regime ilegal de ocupação e em autogestão, respectivamente convocados pelo Sindicato dos Texteis, deslocaram-se para junto de pequenas empresas, formando piquetes à porta, a fim de provocar e interferir na entrada de trabalhadores e clientes.
- 2 — Tais atitudes insólitas, foram repudiadas pela grande maioria dos trabalhadores, que vincularam em continuar a servir os interesses do público, não encerrando.
- 3 — Assim, o Grémio informa todas as Lavandarias e Tinturarias e o público em geral, que o regime de semana inglesa, também praticado pelo Comércio Retalhista, mantem-se sem qualquer alteração (Encerramento às 13 horas de sábado).
- 4 — Que negociações ao Contrato Colectivo de Trabalho em curso, prosseguem na próxima quarta-feira, por convocação do Ministério do Trabalho.

A COMISSÃO ADOC

O poder traz corrupção. O poder absoluto traz corrupção absoluta

G. BERNARD SHAW



Um filme de LUCHINO VISCONTI

OS MALDITOS

(THE DAMNED)

uma produção AN ALFRED LEVY — EVER HAGOAG

com BOGARDE THULIN GRIEM BERGER VERLEY CRS... COLLETTI'S KO. DEHOFF... e LUCHINO VISCONTI

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

2.ª SEMANA no

IMPERIO

Nacional

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

ENSINO PARTICULAR

No dia 9 de Abril de 1975, terá lugar na Rua das Gaivotas, 6, pelas 22 horas, uma assembleia para os seguintes sectores do Ensino Particular:

- 1 — Infantil
- 2 — Artístico
- 3 — Línguas
- 4 — Intensivo
- 5 — Superior

Todos os professores destes sectores deverão comparecer para a discussão e esclarecimentos sobre o Anteprojecto do Contrato Colectivo de Trabalho.

A COMISSÃO DIRECTIVA

COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE ALMADA:

"Manifestação reaccionária dos construtores civis"

«No dia 3 de Abril, os reaccionários voltaram à carga. Num manobra concertada, industriais da construção civil organizaram uma manifestação reaccionária apoiados nos seus trabalhadores, que mais uma vez enganaram com pretextos falsos encobridores da sabotagem económica em que estão empenhados» — salienta o comunicado da Comissão Administrativa de Almada em que esclarece os acontecimentos ocorridos na Câmara e que culminou com a prisão de alguns construtores civis.

«A boa maneira fascista, esses trabalhadores foram transportados em camionetas das empresas, empunhando cartazes reaccionários e conduzidos por «patrões» bem conhecidos pelas suas negociações fraudulentas e exploradoras realizadas durante os anos do regime caetanista-salazarista, em que amealharam fortunas que os trabalhadores pagaram. Pela invasão da Câmara Muni-

cipal, procuraram uma confrontação que atirasse os seus trabalhadores contra a Comissão Administrativa, de cujos resultados pensavam vir a aproveitar como antes de 25 de Abril». — prossegue a Comissão Administrativa. «Anteriores câmaras fascistas concertaram em cumplicidade com construtores interessados na zona de Costa de Caparica, uma urbanização de alta densidade privada junto à praia e atrás da actual vila. O plano de urbanização seria elaborado de acordo com os interesses daqueles

construtores, que para o efeito compraram terrenos».

O comunicado acentua que a zona da Costa da Caparica terá que ser planeada e concebida para garantir que cerca de dois milhões de habitantes da região de Lisboa e margem sul possam desfrutar de zonas livres numa perspectiva social virada para a satisfação das carências das massas trabalhadoras. Vai ser planificado, portanto, para a zona da Costa da Caparica um vasto projecto de equipamento social para turismo e áreas livres para recreio.

Fonsecas & Burnay: esclarecimento da comissão de delegados

Relativamente a um relatório elaborado pela Comissão de Delegados do Banco Fonsecas e Burnay e apresentada na recente conferência de imprensa dada pela direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa, aquela Comissão divulgou, através do Sindicato, um esclarecimento do seguinte teor:

«No que respeita ao empréstimo de 30 mil contos com juro de 1 por cento, a Comissão tem em seu poder um documento que, isoladamente, poderia levar a admitir tal operação. Outro factor que levou a admitir a operação nesses

termos foi a inexistência da ficha de registo respectiva que não foi encontrada nos ficheiros, se é que alguma vez existiu.

«Contudo, foi agora possível verificar, com segurança, através dos vários elementos, agora sim ao alcance desta Comissão de Delegados, que os empréstimos têm outras características pelo que a taxa de 1 por cento não se refere aos juros, mas a uma comissão de crédito. Esta taxa poderá ser considerada normal, se se atender aos critérios então existentes.»

Tribunal da mulher: reunir-se-á em Lisboa

A próxima sessão do Tribunal Internacional das Mulheres, recentemente criado por iniciativa de Simone de Beauvoir, realizar-se-á em Lisboa, no próximo mês de Novembro.

Esta decisão foi tomada após um incidente em que a representante portuguesa do Movimento de Libertação das Mulheres presente no encontro, realizado a semana passada em Paris, contestou a votação relativa à escolha do local, que tinha dado o primeiro lugar à Bélgica. Essa contestação veio na sequência de ataques diversos que o movimento feminista português recebeu dos grupos holandeses e ingleses, que o acusavam de excessivamente revolucionário e condenavam a sua adesão ao actual momento político português. A feminista portuguesa, apoiada pelas brasileiras e pelas latino-americanas, declarou que ser feminista era ser revolucionária, que a libertação da mulher exigia uma sociedade socialista e terminou pedindo nova votação, que deu a vitória a Portugal.

HABILITAÇÃO por morte de HENRIQUE ERNESTO TEIXEIRA MONIZ

17.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Rua Alexandre Herculano 29-1.º Esq.º

NOTÁRIO

Lic. António Manuel Gonçalves Saldanha

CERTIFICO que por escritura de ontem outorgada neste Cartório, lavrada de fls. 51 a fls. 52 do livro n.º 117-E, ANTONIO ABEL DE SOUSA MONIZ, natural da freguesia de Camões, de Lisboa, casado sob o regime de absoluta separação de bens com Ana Maria de Amorim Ferreira de Sousa Moniz, morador em Lisboa na Rua Jorge Ferreira de Vasconcelos, n.º 4, 2.º, esquerdo, foi habilitado como único herdeiro de seu pai HENRIQUE ERNESTO TEIXEIRA MONIZ, natural da freguesia de Santa Maria Maior do concelho do Funchal que faleceu em Lisboa, em uma casa na Avenida Ilha da Madeira, n.º 40, 6.º andar, onde teve a sua última residência habitual que foi também o seu último domicílio, no dia 14 de Fevereiro de 1972, no estado de casado sob o regime de comunhão geral de bens com Maria das Dores de Sousa Moniz, ainda sua viúva, residente na casa onde o marido faleceu, não tendo este deixado testamento nem outra disposição de sua última vontade.

Está conforme e vai passado para efeitos de publicação.

Lisboa e 17.º Cartório Notarial, 15 de Março de 1975. O 1.º ajudante do CARTÓRIO José Martins da Conceição

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 11053

HORIZONTAIS:

- 1 Vossa Alteza. Caminha. Bígorna de ourives.
- 2 Paz (fig). Artigo definido. Cozinha.
- 3 Gaipás pequenas de uvas. Habitem.
- 4 Tempo do verbo haver. Freguesia do concelho de Belmonte.
- 5 Lenço usado pelos Romanos para limparem a boca. Antigo Testamento.
- 6 Estimem. Suguem o leite materno.
- 7 Ave de rapina. Moderato.
- 8 Caminhar. O mesmo que azeitonas ou oliveiras.
- 9 Fecharam com lacre. Viração.
- 10 Paixão. Nome de um mês.
- 11 Linha secundária do Caminho de Ferro. Tostes.

VERTICAIS:

- 1 Bebedeira (fig). Descascar.
- 2 Limpar metais. Ramagem.
- 3 Item. Estima. Preposição.
- 4 Membro de ave. Invista.
- 5 Sacrifica.
- 6 Compaixão. Artigo definido. Zombará.
- 7 Mil e cem em romano. Onça.
- 8 Filtra. Estimamos.
- 9 Enegrecemos. Abreviatura de Santíssimo.
- 10 Óleo extraído da azeitona. Preposição.
- 11 Emblema. Outeiros.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7211

HORIZONTAIS:

- 1 Rio de Portugal. O mesmo que trombeta.
- 2 Brandas. Grande afeição.
- 3 Antigo Testamento. Nota musical.
- 4 Pequeno poema medieval narrativo ou lírico. Borda da embarcação.
- 5 Espécie de gato-bravo. Meter em mala.
- 6 Escárnio. Patrão.
- 7 Guarneceira de asas. Lavrem.
- 8 Antiteatro. Amónio (s. d.).
- 9 Actínio (s. q.). Tanto. Utensílio doméstico.
- 10 Deparar. Ocultar.
- 11 Poisavas no mar (o avião). Ilha francesa do oceano Atlântico.

VERTICAIS:

- 1 General francês que consorciou contra Napoleão e foi fuzilado em Paris. Cidade do Nepal.
- 2 Cálcio (s. q.). Encolizem. Preposição.
- 3 Língua antigamente talava ao sul do rio Loire. Furiosa. Deus dos pastores.
- 4 Braço de mar. Acarretar (pop).
- 5 Pepino do Egipto. Limpam metais.
- 6 Artigo definido. Pronome pessoal. Espaço de doze meses.
- 7 Pilha. Aqui.
- 8 Basta. Ramada. Cabelos brancos.
- 9 Artigo indefinido. Cidade de Espanha.
- 10 Fimbria. Sustar com estas, ou ligar a estas as videiras.
- 11 Limpam com areia. Medida de superfície.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11052

HORIZONTAIS

- 1 Estalam. Cãs.
- 2 Samora. Ana
- 3 Lá. Aran
- 4 LA. VAI. Maca
- 5 Armão. Sasão.
- 6 Miam. Curti.
- 7 Ode. Alegrai.
- 8 Ro. In. Caás.
- 9 O. Abicais
- 10 Sado. Dó.
- 11 Oso. RUSSO

VERTICAIS

- 1 E. Clamoroso
- 2 SS. Árido. AS
- 3 Tal. Mãe. Adc.
- 4 Amavam. Ibo.
- 5 Lo. Ao. ANI.
- 6 Arai. Cl. Crú
- 7 Mar. Sueca.
- 8 Amargai.
- 9 CANASTRAS.
- 10 An. Caias.
- 11 Sabão. Sol.

Provérbio: LÁ VAI O RUSSO E AS CANASTRAS

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7210

HORIZONTAIS

- 1 Assaré. Adia.
- 2 Reina. Brito.
- 3 Fina. Ni. Mat.
- 4 Ataco. Aló
- 5 Rã. Armas.
- 6 Uro. Am.
- 7 Crema. La.
- 8 Taipa. Adoço
- 9 Aldina. Aral.
- 10 Mace. Adoro.
- 11 Raso. Anosar.

VERTICAIS

- 1 Arfara. Ta.
- 2 Seita. Calma
- 3 Sina. Áridas
- 4 Anaca. Épico.
- 5 Ra. Ór. Mane
- 6 Mui.
- 7 Bisar. An.
- 8 Ar. Soldado
- 9 Dima. Aoros.
- 10 Itália. Cara.
- 11 Aoto. Miolos.

AMPLOS ESTABELECIMENTOS

Temos para arrendar 5 bons estabelecimentos com respectivas caves. (EM BENFICA).

Contacte-nos para 322105 ou 368688 ou pessoalmente na Tr. do Carmo, 13 r/c. — LISBOA

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D—R. Infância 16, 55-C—LISBOA



BRASÍLIA

UM NOVO CARRO A MESMA MARCA

EM EXPOSIÇÃO ATÉ AS 23 HORAS DE 1 A 15 DE ABRIL, DIAS ÚTEIS

AUTO MONUMENTAL DO AREIRO, SARL

AVENIDA PADRE MANUEL DA NÓBREGA, 10-A

Espectáculos

Crítica de Cinema

LAURO ANTÓNIO

ISTO É ESPECTÁCULO

Título original: «That's Entertainment»
Realização: Jack Haley, Jr., 1974 (E.U.A.)
Intérpretes: Fred Astaire, Bing Crosby, Gene Kelly, Peter Lawford, Liza Minnelli, Debbie Reynolds, Donald O'Connor, Mickey Rooney, Frank Sinatra, James Stewart, Elisabeth Taylor, Judy Garland, etc.
Distribuição: Filmes Lusomundo
Estreia: Cinema Tivoli (21-3-1975)

Poucas vezes a publicidade cinematográfica não é enganosa. Mas quando, de «Isto é Espectáculo», ela diz que «Isto não é um filme. É uma Festa!» não se pode deixar de concordar. Na verdade, para quem



Gene Kelly e Frank Sinatra em «Anchors Aweigh»

gosta de filmes musicais, «That's Entertainment» é efectivamente uma festa, ainda que ela pudesse ser muito maior, se para tanto chegassem o talento e a seriedade de Jack Haley, Jr., o homem que idealizou e concretizou esta monumental panorâmica do musical americano de marca M. G. M.

Vejamos quais foram possivelmente as razões do empreendimento. É sabido que a M. G. M. atravessou ultimamente uma grande crise económica que a obrigou inclusive a vender preciosos adereços de clássicos da sua produção. Para angariar alguns dólares (enfim: alguns milhares de dólares), a M. G. M. viu-se constrangida a leiloar várias peças que constituiriam provavelmente recheio de um museu de cinema. Jack Haley, Jr. (filho de um dos actores protagonistas de «O Feiticeiro de Oz», teve, porém, ideia mais luminosa: ir aos arquivos da M. G. M. considerada mundialmente como a casa produtora mais importante de toda a história do filme musical e arrebatar os números mais famosos. Conceber-se-ia desta maneira, sem grandes dispêndios, um fabuloso espectáculo, uma retrospectiva inolvidável do que de melhor o cinema americano, made in M. G. M., havia oferecido ao mundo. Durante dois anos, viram-se centenas de musicais e foram-se escolhendo sequências musicais. Desde os anos 30, até fins dos anos 50, Jack Haley, Jr. foi recolhendo material. Finalmente haveria que montar essas sequências, segundo uma determinada ordem que justificasse o «espectáculo». E aqui, o génio de Haley, que se revelara tão brilhante de um ponto de vista meramente comercial, redundou em banalidade. Jack Haley, Jr. nada melhor encontrou para estruturar essas sequências do que fazê-las apresentar por algumas das glórias do passado. E assim vão aparecendo na tela, agora com o peso dos anos,

Isto é espectáculo!



«Babes on Broadway» com Mickey Rooney e Judy Garland

as rugas no rosto, a gordura nalguns casos a emperrar os movimentos, muitos dos famosos astros do filme musical, Gene Kelly, Fred Astaire, Peter Lawford, Mickey Rooney, Frank Sinatra, Elisabeth Taylor, James Stewart, Donald O'Connor entre outros... Cada um deles recorda «os bons velhos tempos» da M. G. M., tece meia dúzia de louvores à casa produtora (porque para isso foram pagos) e apresenta uma mão cheia de cenas célebres, de não menos célebres películas.

Ora concordemos que, como ideia para organizar uma panorâmica retrospectiva do musical M. G. M., não é famoso. Mais ajuizado (ainda que relativamente pouco original) seria apresentar as sequências escolhidas numa ordem cronológica, o que teria pelo menos a vantagem óbvia de demonstrar a evolução da comédia musical norte-americana. Mais original, mas também mais trabalhoso, seria fazer uma ordenação crítica do género demonstrando a prodigiosa invenção plástica, coreográfica, musical que tais filmes comportavam. Mas Jack Haley, Jr. bom comerciante como já vimos e mau historiador, preferiu mostrar como estavam hoje as vedetas de há trinta, de há vinte, mesmo de há dez anos. E

perdeu uma óptima oportunidade de construir uma brilhante página de história cinematográfica.

Posto isto a «História» tem de ser feita pelo espectador, que terá ele próprio de arrumar os pedaços de filmes seleccionados, segundo uma ordem diferente daquela por que lhe são projectados. Acontece que, para lá desta limitação evidente, «Isto é Espectáculo» é mesmo um espectáculo impressionante. São duas horas de loucura visual e sonora, duas horas de arrojo coreográfico, duas horas que demonstram amplamente como era o cinema quando na «idade da inocência» quando «o rapaz encontrava a rapariga» e desse fortuito encontro nascia invariavelmente um «romance». e do «romance» brotavam canções e danças que enchavam de alegria gerações e gerações de público de todos os quadrantes.

Serenata à Chuva, Um Americano em Paris, Sete Noivas para Sete Irmãos, O Pirata, Gigi, são alguns dos musicais lendários aqui documentados. Rememoradas actuações de Fred Astaire, Ginger Rogers, Donald O'Connor, Gene Kelly, Frank Sinatra, Judy Garland, Lena Horne, Cyd Charisse, Jane Powell, Joan Crawford, Jean



Fred Astaire e Ginger Rogers em «The Barkleys of Broadway»

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO
E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Harlow, Ann Miller, Elisabeth Taylor, Debbie Reynolds, Gary Grant, James Stewart, Howard Keel, Esther Williams, Mickey Rooney, e tantos outros. Aqui e ali, o talento de Busby Berkeley, de Minnelli, de Stanley Donnen, de Michael Kidd, de coreógrafos, de compositores, de líricos, de realizadores, de cenógrafos... Isto é Espectáculo é, assim, mesmo dentro da fórmula (empobrecedora) optada, uma antologia explosiva, uma monumental homenagem ao musical americano. O que nos leva, sem qualquer reserva (muito embora os limites atrás apontados), a aconselhar a visão obrigatória desta viagem ao universo feérico dos «anos de ouro» de Hollywood. E redescobrir o sentido do espectáculo que os americanos possuíram e como dele se serviram na «idade da inocência».

MARIA VITÓRIA **TODOS OS DIAS ÀS 20.45 E 23 H.**
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÊXITO DE SEMPRE!
a sensacional REVISTA
ATÉ PARECE MENTIRA!...
com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile
AOS DOMINGOS: «MATINÉE», ÀS 16 H.
Às 2.ª feiras: DESCANSO

Teatro Maria Matos

A RTP APRESENTA
Todas as noites às 21.45 e aos domingos também às 16 horas

A peça de Manuel de Fomseca
«SEARA DE VENTO»
Descanso da Companhia às Segundas-Feiras
Não aconselhável a menores de 13 anos
Bilheteira — Tel. 89 70 17
Bilhetes à venda também na A. B. E. P. 32 88 23

AGUARDENTE VELHA Niepoort
a prova está na prova

motor

Televisão

Hoje



«Dominic».

I PROGRAMA

- 18.40 TV Infantil** «Volta ao Mundo em 80 Dias»
Baseada na obra de Júlio Verne com o mesmo nome, a série filmada «Volta ao Mundo em 80 Dias» mostra através do desenho animado o pitoresco de vários pontos do Globo. Os episódios cheios de humor e de situações onde se aliam o cómico e o imprevisível, apresentam soluções sempre adequadas às necessidades do momento.
- 19.05 Ensaio** «Como se Nasce em Portugal» um programa de João Martins.
- 20.00 Telejornal** 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro.
- 20.30 Propaganda eleitoral** União Democrática Popular (U.D.P.), Movimento Democrático Português (M.D.P.) e Centro Democrático Social (C.D.S.).
- 21.00 Temas e Variações** um programa realizado e apresentado pelo compositor António Vitorino de Almeida.
- 22.10 Esclarecimento Eleitoral**
- 22.25 Temas e Problemas**
- 23.15 Telejornal** 3.ª edição
- 23.40 Fecho**

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e a série filmada «Dominic»** 10.º episódio
- 20.25 Desenhos Animados**
- 20.35 Comida, Dinheiro e Saúde**
- 21.00 Telejornal** em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 horas.
- 21.30 Noite de Cinema** «Yoidore Tenshi» um filme japonês realizado em 1948 por Akira Kurosawa.
Kurosawa é hoje um dos mais conhecidos nomes da cinematografia mundial. «Rashomon» foi o filme que, em 1951, lhe abriu as portas da fama. Kurosawa vai a caminho dos 40 filmes realizados e encontrou, para se exprimir cinematograficamente, um sentido de ritmo deveras peculiar, simbiose das ancestrais tradições do teatro japonês com as mais evoluídas correntes ocidentais contemporâneas. A sua formação de pintor revela-se nos expressivos enquadramentos de câmara. Toda a linha da sua produção é, também, a de um homem que deseja universalizar a sua obra, sem que, para tal, abdi que das características do meio em que vive.
- 23.15 Fecho**

DESTAQUES

I PROGRAMA

Ensaio (19.05)

Temas e Variações (21.00)

II PROGRAMA

Noite de Cinema (21.30)

SIEMENS ESTORIL

Amanhã

I PROGRAMA

- 12.45:** Abertura e desenhos animados. «Bozo, o Palhaço»; **13.00:** Encontro entrevista com Manuel Geraldo; **13.20:** Propaganda eleitoral Partido Popular Monárquico (P.P.M.) e Partido de Unidade Popular (P.U.P.); **13.30:** Telejornal 1.ª edição; **13.45:** «O Mundo Secreto de John Monroe» série filmada com William Windom, Joan Hattick, Lisa Garrity e Haral Stone; **14.15:** Logo a noite cartaz dos programas da noite; **Ciclo Preparatório TV** 1.º: 0: Português (2.º ano); 14.5: Matemática (1.º ano); 15.10: Educação Visual (2.º ano); 15.35: Educação Física (1.º ano); 16.00: História e Geografia (1.º ano); 16.25: Matemática (2.º ano); 16.50: Português (2.º ano); 17.15: Educação Religiosa (2.º ano); 17.40: Trabalhos Manuais (1.º ano); 18.05: Ciências da Natureza; 18.40: TV Juvenil «Os Homens, os Livros e as Coisas»; 19.00: Da saúde e da vida; 19.15: Vamos jogar no Totobola prognósticos para o próximo concurso; 19.30: TV rural um programa pelo eng. Sousa Veloso; 20.00: Telejornal 2.ª edição; 20.30: Propaganda eleitoral Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.), Frente Eleitoral Comunista (F.E.C.) e Movimento Democrático Português (M.D.P.); 21.05: «José Balsamo» série baseada no romance de Alexandre Dumas. Intérpretes: Francis Claude, Patricia Lesieur e Bernard Alane; 21.30: Esclarecimento eleitoral; 21.50: «Nicolau no País das Maravilhas» um programa com Nicolau Breyner, que inclui a 9.ª sessão do concurso «Vamos Desafiar»; 23.00: Telejornal 3.ª edição; 23.25: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00:** Abertura e um episódio da série «O Mundo Secreto de John Monroe»; **20.30:** Desenhos animados; **20.40:** Encontro entrevista com Manuel Geraldo; **21.00:** Telejornal em diferido a edição das 20 horas transmitida no I Programa; **21.30:** Concerto «A Criação» de Haydn 2.ª parte pelo coro do Circo Português de Ópera e pela Orquestra Sinfónica do Porto da Emissora Nacional, sob a direcção do maestro Gunther Argube (gravação na Sê do Porto); **22.05:** Expedição; **22.25:** Série filmada «O Mag co» «A Armadilha» um episódio filmado, com Bill Bixby; **23.15:** Fecho.

Desporto



Na pequena cidade de Funder (Jutlândia, Dinamarca) as esposas dos andebolistas do clube local fizeram questão de ser fotografadas com os «rebetos», junto das redes que o marido da primeira da esquerda, na segunda fila (em estado de gravidez) defende todas as semanas

Apoio ao atletismo: de cavalo para burro

Um curioso documento, por largamente expressivo: este relatório da gerência da Federação de Atletismo, em que se patenteia toda a actividade do organismo no ano de 1974. Embora ainda agrupando as Associações Provinciais de Desportos de Angola e Moçambique, a Federação vive, basicamente, de ligação a 10 Associações diferentes: sitas em Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Madeira, Porto e Viseu. Um trabalho a merecer a confiança e o total incentivo que deve conferir-se, governamentalmente, a modalidades como o Atletismo: de valor básico e indispensável ao progresso e à saúde de um Povo. Mas que, a aferir pelo próprio relatório da direcção federativa, raramente teve a «pista» sem obstáculos.

De facto, no documento da gerência do Atletismo, pode ler-se nomeadamente:

«A época que terminou não foi fácil, porque houve que concertar políticas e acções concretas com dois membros do Governo e dois directores-gerais, traduzindo pontos de vista perfeitamente irredutíveis; porque só muito tarde se pôde confirmar o subsídio oficial atribuído e, mesmo assim, sem poder ser recebido na íntegra e, finalmente, porque algumas das iniciativas lançadas não encontraram o clima de compreensão desejável.

«Todavia, a fazer justiça às próprias frases do relatório a época foi aliciente: «permitiu a abertura de novos rumos e o encerramento de uma longa época de dirigismo caótico, em que os problemas de fundo eram descurados para se manter de pé uma política de oportunismo baseada na satisfação de solicitações sem fundamento. Malbarataram-se centenas de milhares de contos e travou-se, sistematicamente, tudo o que de válido se procurou pôr de pé.»

Agora, chegou a hora de dar lugar a quem queira trabalhar de forma responsável, com planificação de acções e meios financeiros compatíveis. «As Federações, pelo que nunca deixaram de fazer, têm direito a eles. Não mais se pode aceitar o dirigismo paternalista, o pedido de concordância por tudo e por nada, a orientação por parte de quem, por incompetência, não a sabe dar.»

De facto, nos derradeiros meses do ano transacto, a maioria das Federações desportivas do nosso país resolveram (finalmente) equacionar os seus problemas em conjunto, criando uma frente comum para um Desporto renovado. E, embora permaneçam sem divulgação (presas de assustador imobilismo) as coordenadas efectivas por que vai reger-se o Desporto português, diversas Federações (abismadas com o silêncio e a apatia vindas de cúpula) resolveram elaborar os seus calendários e o modo de agir, efectuar a planificação do seu trabalho para o corrente ano. Foi o caso do Atletismo que, a par de uma ideia de esforço já alinhada em factos, não se escusa (como é permitido pela democracia portuguesa) de incluir, no seu relatório afirmações duras, que vão directas até mais longe. Assim e por exemplo:

«Os responsáveis pela definição da nova política desportiva não se cansam de proclamar que as Federações nacionais constituem pedras fundamentais para a construção do Desporto de amanhã. Assim o entendemos, também. Retiram-lhes, no entanto, qualquer vislumbre de competência quanto ao Desporto escolar o que corresponde, em princípio, a uma limitação das suas responsabilidades. Apenas se teme o retorno a estagnidade nos compartimentos de uma mesma realidade, dado que a orgânica desportiva para trabalhadores não parece aberta a uma intervenção conjunta com os outros sectores.»

Mais se pode ler no documento federativo: «Enfim: no contexto de uma democracia nascente e das amplas perspectivas que abre a todos os sectores da vida nacional, esperamos que nos sejam proporcionadas novas condições de trabalho em clima de confiança e respeito mútuo. O que está em causa é demasiado grande e sério para se compadecer com questionáveis sem sentido. Por isso as ignoramos, na esperança de que a humildade e bom senso continuem a distinguir todos os membros da grande família desportiva que constituímos.»

O relatório da Federação de Atletismo debruça-se depois, com penetração atenta, em vários capítulos que rodeiam a progressão de uma das mais válidas expressões da Educação Física e, sem sombra de dúvida, aquela que deveria estar nos fundamentos ideológicos do repensado Desporto português de amanhã.

Lamenta-se, no documento em análise, que a atracção lisboeta tenha provocado uma forte hemorragia em vários centros provincianos: isso poderia (em parte) ser debelado com a criação de pólos de interesse a nível local (escola, bairro, aldeia, simples zona verde) e mora dentro dos designios federativos para o ano que decorre.

Todavia, um passo da «confissão» federativa merece dissecação mais ampla: o trecho onde se fala dos insucessos internacionais e do apoio dado a certos praticantes de elite. Lê-se o seguinte, em relação a estes pormenores:

«Teve-se especialmente em vista uma representação digna nos campeonatos europeus. Ficámos aquém do que se poderia esperar: no momento decisivo, os eleitos falharam. Acontece com frequência, com demasiada frequência. E por isso se pensa que os atletas têm que possuir um sentido de responsabilidade que vai muito para além da obtenção de boas marcas. Mas, necessitam também do apoio mínimo indispensável ao treino aturado e a uma vida familiar e profissional sem preocupações desgastantes. A regra olímpica reconhece esse direito e não podemos imaginar que os nossos rapazes constituam excepção. Por isso, na última época, se tentou pôr de pé um esquema de apoio a um número relativamente elevado de atletas que, pelo seu valor ou condições de progresso, o justificassem. As reacções, ao contrário do que se poderia esperar, não foram favoráveis e levaram a Federação, de imediato, a rever a sua política nesse sector, restringindo o apoio aos atletas pré-seleccionados para os campeonatos europeus. Emendou-se a mão e não se espera insistir nessa via.

«Mas, não foi apenas nesta tentativa que as esperanças do elenco federativo falharam. O mesmo aconteceu com a necessidade de estruturar uma razoável selecção nacional, enquadrando os melhores atletas de forma a representar objectivamente prioritário para muitos deles. Com um calendário internacional bastante cheio, parecia que o acesso à selecção devia constituir um estímulo e motivo para um comportamento excepcional. Ainda aqui, o comportamento de alguns seleccionados se revelou surpreendente e na origem de muitos problemas.

«O reconhecimento desse facto e o escasso interesse desportivo de algumas deslocações previstas, levou a Federação, a meio da época, a anular encontros e a preconizar para a próxima temporada um estilo de contactos mais económicos e, especialmente, mais maleável. Não existindo obrigatoriedade na apresentação de uma selecção, fica sempre de pé a possibilidade de proporcionar contacto internacional aos atletas que, pelo seu comportamento, o justificam.»

O relatório federativo aborda, seguidamente, o caso dos subsídios recebidos das entidades governativas (desde os 920 contos em 1971 aos 1900 em 1974) para se comentar que, apesar de o Atletismo parecer ter sido o mais beneficiado neste «bodo», chega-se à conclusão de que «esse apoio continua a não permitir levar por diante qualquer acção eficaz de promoção da modalidade». Mal sabiam os autores do documento da gerência federativa que, para 1975, o subsídio andaria de cavalo para burro. Onde estava 1900, passa a figurar 1000 contos: que dirão a isto os animadores de uma sólida campanha de divulgação e expansão do Atletismo? Numa frase sintética: como irão proceder os autênticos amigos-idealistas do Atletismo?

Recordemos que, para apoio ao Atletismo (em anos transactos) surgiu uma verba publicitária que proporcionou 1000 contos para o desenvolvimento da modalidade: dinheiro que, junto de uma atribuição de material (orçada igualmente em perto de 1000 contos) foi entregue às várias Associações regionais, para auxiliar a movimentar o Atletismo nos vários centros populacionais interessados. Mas (lá vem a reticência...) não se conseguiu da D.G.D. a concretização de qualquer das cinco pistas previstas: Aveiro, Faro, Ponta Delgada, Évora e Castelo Branco. Também os altos mentores do Desporto cá por nossa casa não tiveram tempo para dedicar um minuto ao estudo do «caso da pista do C.D.U.P.» que (como se salienta no relatório federativo) «constitui ainda hoje o exemplo mais flagrante de falência de uma política desportiva».

O mundo de sonhos federativos está por concretizar: uma pista no Porto ao dispor de toda a população, a utilização (em pleno) da pista do Estádio Universitário de Coimbra, a criação de novos núcleos associativos (caso de Braga, Almeirim, Torres Novas).

Ainda nas páginas do relatório em causa está escarrapachado o nome dos atletas que receberam subsídios de preparação: Carlos Lopes, Fernando Mamede, Aniceto Simões, José Carvalho, Armando Aldegalega, Carlos Cabral, António Cachola, José Sena e Mota Gomes. Em relação a alguns destes praticantes, um passo do relatório fala como lâmina aguda:

«Nos «europeus», o esforço que a Federação desenvolveu nos dois últimos anos não resultou em pleno por motivos vários, entre os quais se podem contar a falta de preparação e compenetração de al-

guns atletas e dirigentes, e a permanência de obstáculos a uma evolução mais significativa. Todo o tipo de apoio concedido aos atletas foi contestado, ainda quando se tratasse de uma simples refeição no Centro de Estágio; o serviço militar continuou a retirar possibilidades aos mais credenciados e a campanha contra o Desporto federado, considerado elitista, não contribuiu para que se obtivessem melhores resultados.»

Chega-se, finalmente, a uma encruzilhada: que reservará o ano de 1975 ao Atletismo? A queda dos bons propósitos ou o nascimento de uma revolucionária mentalidade que está a ser longamente pensada e repensada, à luz mortícia dos mais silenciosos gabinetes?

PUGILISMO EM REACÇÃO

A Associação de Boxe de Lisboa fez incluir, no seu calendário de provas, o «Torneio do Primeiro Soco». Para que tal possa, efectivamente, ser posto em prática, torna-se necessária a existência de, pelo menos, um local onde a prova possa realizar-se. Para tal, a Associação escreveu a todos os clubes, pedindo-lhes a ceder de instalações. Apenas um (o Atlético) respondeu, dizendo que não podia anuir, pois o seu pavilhão gimnodesportivo tem o tempo de utilização preenchido. Em relação aos clubes que não responderam calcula-se que devem ter as mesmas dificuldades que impediram o Atlético de colaborar.

A única hipótese era o pavilhão da Ajuda que apenas está livre ao domingo (e não de manhã), o que torna inviável a sua utilização. Durante a semana, para lá das provas oficiais, os treinos de diversas modalidades ocupam aqueles (péssimas) instalações. E quem as ocupa? Equipas que ainda não conseguiram erguer o seu próprio pavilhão, como o Belenenses e o Sporting.

Sendo o boxe uma das disciplinas militares, adoptada em quase todo o mundo, é pena que em Portugal tanto se dificulte a sua propagação e progresso. Nas nossas F. A. apenas os fuzileiros navais, para-quedistas e alunos da Academia Militar recebem aulas de pugilismo.

Bem basta que a modalidade não tenha sido contemplada com a distribuição de dinheiros que a D. G. D. vai fazer (sem se descortinar o critério adoptado) quanto mais ter problemas na organização de provas, indispensáveis para a sua subserviência.

Entretanto, o presidente da Federação Portuguesa de Boxe, prof. Silva Marques, emitiu um comunicado a apresentar ao Endo, dizendo não poder a Federação ficar indiferente ao momento que o País atravessa e estar firmemente empenhada num programa que humanize e dignifique o pugilismo de forma a que seja verdade perspectivado no consenso geral como a «nobre arte» actualizada, como um desporto nunca dissociado de formação, de educação, de cultura, como um Desporto que promova e não destrua, como um Desporto que nada mais tenha a ver com a «arruaça com luvas».

É ideia da Federação manter o boxe tradicional; mas defendendo os praticantes, especialmente os principiantes, com a utilização (obrigatória) de aparelhos protectores, nomeadamente capacetes, quer em treinos quer nos combates.

Internacional

BRASIL

Resultados dos encontros para o campeonato de futebol do Estado de São Paulo (Brasil): Santos-Palmeiras, 2-0; Botafogo-Comercial, 1-1; Ferroviária-Corinthians, 0-3; Paulista-Saad, 2-1; São Bento-Santista, 0-0; Ponte Preta-Juventus, 0-0; Noroeste-Guarani, 0-0; Marília-América, 3-2; São Paulo-Piracicaba, 1-0.

CLASSIFICAÇÃO: São Paulo, 8 jogos, 15 pontos; Portuguesa, 7/12; Guarani, 7/11; Corinthians, 8/11; Saad, 10/10; Palmeiras, 7/9; Marília, 7/8; Ponte

Preta, 8/8; Santos, 8/8; Noroeste, 9/8; Botafogo, 6/7; Juventus, 9/7; São Bento, 6/6; Paulista, 7/6; América, 8/5; Santista, 8/5; Piracicaba, 9/5; Ferroviária, 7/4; Comercial, 9/4.

MORTE

O árbitro foi morto e um espectador ficou gravemente ferido, num tiroteio entre fanáticos no fim do encontro de futebol entre as equipas colombianas do Union Magdalena (de Santa Marta) e o Atlético (de Bucaramanga). O juiz da partida (Aurelio Lopez) atingido no peito, expirou a caminho do hospital. A polícia, que ignora a identidade do ferido, iniciou imediatamente investigações para apurar responsabilidades.

TÊNIS DE MESA

POR CAUSA DE 800 ESCUDOS NÃO HÁ BOLINHA AOS PULOS

A não realização do «Torneio Aberto de Ténis de Mesa», que o Estrela da Amadora tem organizado desde alguns anos a esta parte, originou notícias tendentes a alertar quem de direito para os motivos da renúncia.

Vários problemas foram focados, tentando a explicação para a paragem desta organização (uma das melhores que se faz no País).

Também o «DL» abordou o caso, e dele falou. Simplesmente, houve um lapso (que nos apressamos a corrigir) levando aos leitores uma rectificação. Quando se indicou a taxa de aluguer do pavilhão, não se citou que, no caso especial do Estrela da Amadora, a Associação Académica da Amadora concedia um desconto de 30 por cento, o que daria o valor de 210 escudos/hora (sem iluminação) e 280/hora (com iluminação) pela sua utilização. Estas verbas apenas seriam cobradas no sábado, porquanto o domingo seria cedido com a única obrigação do Estrela da Amadora pagar (tal como no ano passado) as despesas inerentes à limpeza, energia e pessoal. Daí que, as despesas de domingo andariam à volta de 800 escudos.

Com o aumento das despesas de aluguer, referente ao sábado, a organização do torneio custaria (em relação ao ano de 1974) mais 800 escudos, uma vez que os gastos no domingo seriam idênticos.

É esta a rectificação a fazer. De qualquer forma, uma coisa é certa: o torneio não se realiza, com grande prejuízo da modalidade, a mais prejudicada no meio disto tudo. Depois do esclarecimento devido, restava-nos perguntar: foi apenas pela falta de taças «crachats» e 800 escudos para alugar o pavilhão que o torneio não foi adiante?

Em ABRANTES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca e Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançalha

SONHO DO JAPÃO

JAPÃO, TAILANDIA, HONG-KONG - MACAU

AVIAÇÃO A JACTO • HOTEIS DE 1ª CLASSE E LUXO • EXCURSÃO ACOMPANHADA POR DELEGADO ABREU

PARTIDAS 29.5, 7.8 e 4.9 18 DIAS DE VIAGEM - 37.500\$00

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

Fundada em 1840

LISBOA - Av. da Liberdade 110 - Tel. 32 00 21

PORTO - Av. dos Arcos 207 - Tel. 3 79 21

COIMBRA - Rua da Serrinha - Tel. 2 70 11/2

FARO - Rua Gomes, B. 115 - Tel. 250 35 6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Dentes Postiços

DENTOFIX dá-lhes firmeza

DENTOFIX forma uma almofada agradável, mantém as placas tão firmes e justas que permite comer e falar com maior conforto e segurança; em muitos casos quase tão bem como com dentes naturais. DENTOFIX diminui o receio constante de que caia, mova ou abane a placa.

Peça hoje DENTOFIX em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

motor revista

Desporto

OCTÁVIO TROCA SETÚBAL POR MADRID

Segundo informa o nosso prezado colega «Record», o futebolista setubalense Octávio assinou ontem, em Madrid, contrato por 3 anos com o Atlético local. O médio «internacional», que rubricou o compromisso na presença de Tavares da Silva (secretário-geral do Vitória de Setúbal), voltou a Portugal para fazer as malas, sendo pouco provável que actue no próximo domingo, perante o União de Tomar, pois uma eventual lesão iria impedir-lo de estar presente no estádio dos «colchoneros», já na 2.ª feira (dia 14 do corrente) para iniciar a sua preparação.

Mas, não é apenas Octávio que deixa o Bonfim: as finanças do clube (que estavam muito depauperadas e em situação tremendentemente afilite) receberam uma boa ajuda, com as transferências do excelente jogador de Palmela e do angolano Jacinto João, mas melhoram ainda bastante, pois

também o brasileiro Bio regressa hoje à sua terra ficando, para muito breve, a rescisão do contrato entre o Vitória e o «goleador» Duda, que pretende, já na próxima semana, abdicar da sua actividade em Portugal.

Enfim: muitas saídas em perspectiva, num Vitória de Setúbal que já roçou alto nível na escala do futebol europeu.

BENFICA

Romão Martins, associado benfiquista que já desempenhou vários cargos directivos e é figura de prestígio na colectividade, foi escolhido para dirigir o departamento de futebol profissional do clube da Luz, sucedendo a Fernando Neves que, durante várias temporadas, foi o principal responsável pelo pelouro. No sector de futebol juvenil permanecerá Ilídio Fulgêncio.

Ainda uma notícia do futebol

benfiquista: a turma de iniciados, batida pelo Sporting (0-1) viu-se afastada da final do torneio da Associação de Lisboa, que será disputada pelos «leões» e pelo Belenenses (vencedor do Atlético, por 2-0).

CONGRESSO

A 19 do corrente, haverá um congresso extraordinário das Associações, para debate de importantes questões.

BEIRA-MAR

Um grupo de 48 associados do Beira-Mar pediu uma assembleia geral extraordinária para discutir, na noite do próximo dia 14, a menor afluência de sócios aos jogos realizados no Estádio «Mário Duarte», o aumento de quotas verificado ultimamente e a «competência» do técnico da equipa senior de futebol (Frederico Passos).



Dirigentes clubistas reúnem-se para acabar com os «borlistas».

CLUBES FAZEM LETRA MORTA DAS DISPOSIÇÕES FEDERATIVAS

A decisão está tomada para entrar em vigor já a partir da próxima jornada dominical. «O número de borlistas, nos campos de futebol, desde há alguns tempos que vem aumentando de forma escandalosa e desproporcionada», mas com as medidas adoptadas, vai ser substancialmente reduzido. Acabar com eles de vez seria o ideal para os clubes. Mas, é praticamente impossível. O melhor que se pode conseguir é reduzi-los ao mínimo dos mínimos. E foi isso que os clubes fizeram, estabelecendo, por proposta do Belenenses, normas limitativas. Portanto, os «borlistas» ainda não acabaram mas vão passar a ser em muito menor número tão poucos que quase se não dará por eles.

Não é muito provável que os clubes obtenham grandes benefícios com as restrições feitas, pois muito poucos (certamente) serão os «borlistas» que, habituados durante anos e anos a frequentarem os campos de futebol sem passar pelas bilheteiras, adquiram agora, de um momento para o outro, esse «salutar» costume. Onde isso irá dar nas vistas é nas largas clareiras que esses bizarros espectadores deixarão «descarabadas» nas bancadas. Embora as receitas não melhorem (nem os clubes estarão, por certo, à espera disso) a verdade é que as medidas tomadas (se a sua aplicação for rigorosa) vem moralizar o processo de acesso aos campos de futebol. E esse (sim) é o aspecto mais positivo da questão.

De futuro, só entra nos estádios (pelo menos nos dos clubes da 1.ª Divisão, com ressalva para os casos do Leixões, Boavista e União de Tomar, que não aderiram ao movimento desencadeado pelo Belenenses) quem se apresentar nos portões munido de um bilhete, seja ele comprado nas bilheteiras ou levantado na secretaria do clube proprietário do recinto mediante a apresentação de cartão de livre-trânsito. Em qualquer caso o bilhete será sempre indispensável: mesmo para o portador habitual de cartão passado pela Federação, Associações ou Comissões de Árbitros. Até os re-

presentantes dos órgãos de informação necessitam de se munir do respectivo bilhete (válido apenas com a apresentação do cartão da F. P. F.).

Porque a formula encontrada para com os representantes dos órgãos de Informação, apresenta alguns inconvenientes (no que respeita às formalidades a cumprir para a obtenção dos bilhetes) esperamos que venha a ser encontrada solução que permita aos profissionais de informação que se deslocam aos vários campos do país obter o seu bilhete nas instalações do Estádio, quando ali se apresentarem, momentos antes do começo dos desafios. Uma vez previstos estes casos, o sistema parece-nos acertada: tal como o tratamento dado aos agentes da autoridade (que só entram quando em serviço efectivo, devidamente comprovado) e às praças de pré (que, quando devidamente uniformizadas, pagam um bilhete especial de preço, correspondente a metade do preço de bancada geral).

Só não sabemos o que pensará de tudo isto a Federação Portuguesa de Futebol, ao verificar que os cartões que emite perderam alguma coisa do seu valor. Mas esse é assunto que não nos diz respeito. É lá entre os federativos e os clubes...

TOTOBOLA O NOSSO PALPITE

Belenenses - CUF	4
Olhanense - Espinho	X
Académico - Boavista	X
Porto - Leixões	X
Guimarães - Farense	1
Setúbal - União Tomar	1
Atlético - Benfica	2
Braga - Varzim	1
Fafe - Penafiel	1
Famalicão - P. Ferreira	1
Caldas - Montijo	2
Juventude - Estoril	2
T. Novas - U. Leiria	X

JUIZES DE ATLETISMO COLOCAM EM XEQUE O DIRECTOR-GERAL

Depois do que se passou no plenário da Comissão Central de Juizes de Atletismo e veio a lume na Imprensa, pensamos que é chegada o momento do director-geral dos Desportos esclarecer, de uma vez por todas, a opinião pública dos factos sobre os quais se produziram graves insinuações quanto à sua forma de actuação.

Nesse plenário, criticou-se o corte de 900 contos feito no subsídio a atribuir ao Atletismo, com a insinuação de que, em contrapartida, a D. G. D. não se preocupou relativamente ao dispêndio de verba com os 160 professores de educação física ligados ao Endo.

O prof. Melo de Carvalho foi ainda acusado de, na viagem a Cuba (a expensas do Governo cubano) não ter prescindido das suas «ajudas de custo». Houve (até) quem manifestasse a sua mágoa por o director-geral dos Desportos não se ter levantado cedo, na manhã do dia 2 de Março, para comparecer no Estádio Nacional e ali conviver com mais de mil atletas do país que participaram, naquele dia, nos Campeonatos Nacionais de Corta-Mato.

Os juizes de atletismo, no final da reunião, aprovaram as seguintes propostas: 1 — Não serão nomeados juizes para provas oficiais, sem uma garantia de pagamento dos prémios de presença

pela D. G. D.; 2 — Para provas internacionais, mesmo que não haja essa garantia, devem ser nomeados juizes; 3 — Para provas de atletas não inscritos, as comissões poderão nomear juizes gratuitamente.

Faça a esta atitude, que constitui uma clara tomada de posição por discordância com as directrizes definidas pela D. G. D., impõe-se, naturalmente, que o responsável por aquele organismo (o principal visado neste processo) faça o esclarecimento que tiver por conveniente. É chegada uma altura em que as situações devem ser aclaradas, para que se não formem juízos errados ou se legitimem ambiguidades.

O SPORTING PATINOU MELHOR QUE O BENFICA

Com a 7.ª ronda, atingiu um ponto alto o campeonato nacional de hóquei patinado, que oferece, na fase zonal, o comando do Infante de Sagres (Norte) e da Juventude Salesiana (Sul). Nos jogos ontem realizados, os desfechos foram, no bloco norte, os seguintes: Ac. Espinho-Beira Mar, 9-4; Académico-Hóq. Carvalhos, 1-2; Fânzeres-Valongo, 1-2; Inf. Sagres-Sanjoanense, 9-1 e Riba Ave-F. C. do Porto, 4-8.

No Sul, a nota saliente foi uma nova derrota do Benfica, desta feita perante os «leões». Marcas verificadas: Cuf-Hóq. Sirra, 6-3; Oeiras-Campo de Ourique, 10-0; Paço Arcos-Cascais, 1-8; Parede-Juv. Salesiana, 5-8 e Sporting-Benfica, 5-4.

Classificações actuais, no Norte: 1.º Infante de Sagres, 21 pontos; 2.º Valongo, 17; 3.º F.C. Porto, 16; 4.º Académico e Hóquei Carvalhos, 14; 6.º Fânzeres, 13; 7.º Académica de Espinho, 12; 8.º Sanjoanense, 11; 9.º Beira Mar e Riba Ave, 9.

No Sul: 1.º Juventude Salesiana, 21 pontos; 2.º Sporting, 18; 3.º Oeiras, 14; 4.º Benfica e Parede, 13; 6.º Hóquei de

Sintra e Paço de Arcos, 12; 8.º CUF, 11; 9.º Cascais, 10; 10.º Campo de Ourique, 8.

Próximos embates: Beira Mar-Académico; F.C. Porto-Ac. Espinho; Hóq. Carvalhos-Valongo; Inf. Sagres-Fânzeres e Sanjoanense-Riba Ave (xona Norte). Campo Ourique-CUF; Cascais-Benfica; Hóq. Sintra-Paço Arcos; Juv. Salesiana-Oeiras e Parede-Sporting.

Entretanto, aproveitando a presença em Portugal da equi-

pa do Racing de Buenos Aires, campeã da Argentina, a Juventude Salesiana e o Dramático de Cascais promovem dois espectáculos com o seguinte programa:

Hoje no Estoril (a partir das 21.30) Juv. Salesiana-Cascais (juniores) e Juv. Salesiana-Racing (seniores).

Amanhã, em Cascais (também a partir das 21.30): Cascais-Juv. Salesiana (reservas) e Cascais-Racing (seniores).

Registo

PUGILISMO: O campeão mundial de boxe da categoria dos «pesados», (Muhammad Ali, aliás Cassius Clay), defenderá o seu título, em 16 de Maio, em Las Vegas (no Nevada) contra Ron Lyle. O combate (de 15 «assaltos») foi anunciado formalmente no decorrer de uma conferência de Imprensa televisada, nos estúdios da American Broadcasting Company (ABC), que transmitirá a pugna para os Estados Unidos. Ali receberá um milhão de dólares e Lyle 100 000 dólares. A bolsa é menos 500 000 dólares do que Ali recebeu quando derrotou Chuck Wepner, em Cle-

veland, a 24 de Março. Lyle recebe o mesmo dinheiro que Wepner.

ATLETISMO: O atleta norte-americano Brian Woodfield estabeleceu um novo «record» mundial.

(em pista coberta) no lançamento do peso, com um arremesso a 22,11 metros. Woodfield melhorou em 9,52 centímetros o máximo mundial anterior, que o seu compatriota George Woods estabeleceu, em 1974.

LEIA ÀS QUARTAS-FEIRAS

O JORNAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA E P A L

EMPREITADA DA DUPLICAÇÃO DA CANALIZAÇÃO NA PONTE DE VILA FRANCA DE XIRA

ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 8 de MAIO pelas 15 horas, na sede da EPAL, na Av. da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos serviços Técnicos da Empresa até às 17 horas do dia 7 de Maio de 1975.

O processo do concurso estará patente todos os úteis, excepto, aos Sábados, durante as horas de expediente na sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 7 de Abril de 1975

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
(Eng.º H. Oliveira Sá)

TERENCE HILL
JUNTOS
SÃO DINAMITE
BUD SPENCER
Um filme de MARCELLO FONDATO

EDEN — A SEGUIR

**PARA O PERÍODO
DE
6 A 12 DE ABRIL**

horoscopo

pele
astrólogo
HORUS

ÁRIES

(Para os que nasceram de 21 de Março a 20 de Abril)

AMOR: Aproveite este período para resolver e compor todas as coisas do lar. Momento propício às actividades e tentativas preliminares ao casamento, bem como para fazer pedidos.

DINHEIRO: A sua actividade neste sector não será em vão, porque os ganhos ou lucros compensarão o seu esforço. Propício às despesas que tenha necessidade de efectuar com vista a result: dos futuros.

PROFISSÃO: Os estudos profundos e o trabalho inerente à sua profissão estão bem influenciados. Não é contudo, conveniente desenvolvê-los rapidamente. O trabalho sossegado ou reservado e de certo modo exaustivo tem êxito.

SAÚDE: Não se exponha voluntariamente aos perigos que de antemão saiba existirem. Cuidado!

TAURUS

(Para os que nasceram de 21 de Abril a 21 de Maio)

AMOR: A sua vida sentimental decorrerá normalmente. Não se observa declínio ou elevação sensível. É necessário não precipitar os acontecimentos, deixe que os seus problemas sentimentais tomem as directrizes naturais.

DINHEIRO: Está em vias de alcançar algum resultado quanto a dinheiros. Assegure-se previamente e não faça despesas sem primeiro obtê-lo. Vale a pena activar o seu esforço porque será compensado.

PROFISSÃO: Explorando para desenvolver o seu mister. Todos os empreendimentos durante esta semana terão êxito e bom acolhimento do público.

SAÚDE: O período é benigno em referência à saúde, mas faça o possível por se distrair, divertindo-se.

GEMINI

(Para os que nasceram de 22 de Maio a 21 de Junho)

AMOR: Período feliz na sua vida sentimental e nos seus interesses amorosos.

CARREIRA CIENTÍFICA: TEMA DE COLÓQUIO

Concluindo um trabalho de apreciação do problema da carreira científica e relações com a carreira docente que tem vindo a desenvolver nas últimas semanas, a Organização dos Trabalhadores Científicos promove esta noite, às 21 e 30, na Ordem dos Engenheiros, um colóquio para

os. As relações com as suas amizades decorrerão num ambiente agradável. Altura para contrair amizades sinceras. Semana alegre e propícia ao convívio familiar.

DINHEIRO: Está em presença de uma ótima semana para tratar de melhorar a sua situação económica. É evidente que terá de se esforçar e de fazer as diligências necessárias para poder atingir essa melhoria.

PROFISSÃO: Os escritos e as publicações começadas nesta altura atingem facilmente os fins pretendidos. As viagens delineadas com o propósito de ampliar os negócios muito úteis nesta ocasião.

SAÚDE: É de toda a conveniência vigiar a saúde. Acautele-se contra perigos vários.

CANCER

(Para os que nasceram de 22 de Junho a 22 de Julho)

AMOR: A sua vida sentimental, familiar e social atravessa um período de franca felicidade. As relações e os convívios junto do sexo oposto serão muito agradáveis e inesquecíveis. Momento feliz para conquistas e para o romance. Aproveite convenientemente esta aura feliz que os astros lhe proporcionam.

DINHEIRO: Todo o esforço neste campo será especialmente recompensado, muito especialmente as actividades que se prendam com escritos.

PROFISSÃO: Os assuntos de ordem profissional decorrem razoavelmente. Pode ter boas realizações e aumentar o seu nível de vida, assim como resolver problemas que presentemente tenha pendentes.

SAÚDE: Período favorável à saúde. Se o seu estado de saúde tem sido débil experimentará agora sensíveis melhoras.

LEO

(Para os que nasceram de 23 de Julho a 22 de Agosto)

AMOR: Para que não haja atritos ou perturbações no ambiente familiar ou com as amizades, ou mesmo até com a pessoa a quem dedica a sua afeição, dado que o período não se apresenta risonho para si, não se mostre intransigente e isole-se da convivência habitual.

DINHEIRO: Monetariamente falando, a semana é pobre. Os lucros ou os ganhos não darão para as despesas. De balanço ao seu orçamento e conformar-se com a situação.

PROFISSÃO: Vida profissional um tanto interrompida motivada por assuntos de ordem particular ou familiar.

SAÚDE: Possibilidades de algumas indisposições que contribuirão para que a saúde se altere um pouco durante a semana.

VIRGO

(Para os que nasceram de 23 de Agosto a 22 de Setembro)

AMOR: Concentre-se e proceda confiadamente, no campo sentimental terá satisfações e bem-estar. Propício a qualquer empreendimento relacionado com a família e amigos. Quaisquer anomalias que anteriormente tenham dificultado a sua tranquilidade tendem agora a solucionar-se.

DINHEIRO: Semana propícia aos rendimentos. Os negócios provenientes de dinheiro aplicado em bens imóveis estão sob aspectos favoráveis. Entre as pessoas das suas relações de amizade algumas podem conduzir a empreendimentos financeiros interessantes, porém, os astros advertem contra as empresas de carácter arriscado ou incerto.

PROFISSÃO: Esforce-se por progredir na sua profissão, mesmo que tenha de tomar atitudes energéticas para com os seus colaboradores. Concentre-se no trabalho e evite distrair-se quando estiver a tratar de assuntos importantes.

SAÚDE: Caminhará bem. Não terá preocupações de maior a este respeito.

LIBRA

(Para os que nasceram de 23 de Setembro a 22 de Outubro)

AMOR: O prognóstico semanal quanto à sua vida sentimental e afectiva é negativo, por isso, evite tomar atitudes belicosas ou proceder de maneira pouco benevolente com o ser amado. De contrário, sujeita-se a atravessar um período de discórdia, falta de harmonia e até a rompimentos.

DINHEIRO: Semana insignificante, isto é, os ganhos não deixarão muito a desejar. Portanto, equilibre o orçamento, contrabalançando os ganhos com os gastos.

PROFISSÃO: Diligencie no sentido de estar à altura das suas responsabilidades e faça por merecê-las. Os colegas tentarão compreendê-lo e tentarão ajudá-lo. Haverá muita coisa que, aparentemente, estará correndo sem anomalias, mas de repente surgirão as dificuldades, revelando que nem tudo estava certo.

SAÚDE: Evite as emoções fortes e as discussões acaloradas, que podem atirar-vos para um estado de depressão nervosa. Um salutar repouso será muito benéfico.

SCORPIUS

(Para os que nasceram de 23 de Outubro a 21 de Novembro)

AMOR: O período contraria os seus interesses sentimentais. É necessário usar de cuidado com o ambiente familiar, as relações sociais e com os assuntos de amor. Pondere bem todos os seus gestos que se relacionem com a vida familiar e conjugal.

DINHEIRO: As influências astrais para esta semana advertem contra os incrementos decorrentes de prejuízos ou atrasos em negócios e em qualquer iniciativa individual. Porém, os empreendimentos conjuntos, isto é, aqueles que realizar em sociedades ou em regime de colaboração serão mais favorecidos.

PROFISSÃO: Tenha cuidado com algumas pessoas que procurarão entravar-lhe o caminho. É aconselhável: usar de muita subtilidade em todos os assuntos referentes à sua vida profissional.

SAÚDE: Tenha cautela, pois está sujeito a sofrer um acidente. Não cometa imprudências.

SAGITARIUS

(Para os que nasceram de 22 de Novembro a 21 de Dezembro)

AMOR: As influências astrais para este círculo de tempo concedem-lhe uma disposição afectuosa e muito benevolente. Cultive a amizade e estreite ainda mais os laços de afeição que vos prendem à pessoa eleita pelo vosso coração.

DINHEIRO: Os ganhos não trarão satisfação aos seus desejos. Evite, ou reduza ao mínimo, os seus gastos pessoais, pois as despesas desnecessárias poderão pôr em risco a sua capacidade de fazer face à suas obrigações.

PROFISSÃO: Os negócios estão sob fortes protecções astrais. Diligencie no sentido de melhorar a sua situação presente. As sociedades durante este tempo proporcionar-lhe-ão interesses e satisfações. Os que se dedicam à literatura poderão ver os seus trabalhos bem comentados e bem aceites pelo público.

SAÚDE: Além de um leve cansaço motivado pelas suas ocupações quotidianas, nada mais haverá a recear. Repouse sempre que tiver oportunidade.

CAPRICORNIUS

(Para os que nasceram de 22 de Dezembro a 20 de Janeiro)

AMOR: A semana apresenta-se muito benéfica para tratar dos seus interesses sentimentais e à harmonia em família. A sua personalidade nesta altura irradia simpatia, o que muito lhe permitirá realizar à base deste bom aspecto.

DINHEIRO: Poderá conseguir alguns pequenos resultados neste sector, desde que estes sejam fruto exclusivo do seu esforço pessoal. Não conte com ajudas nem tão pouco com protecções. Uma contradição inesperada porá à prova a sua sagacidade neste campo.

PROFISSÃO: Os assuntos que estejam debaixo da sua alçada atingirão um bom nível de desenvolvimento. Toda a sua actividade profissional em geral está muito favorecida.

SAÚDE: O período é benigno em referência à saúde; o essencial é não se indispor com coisas que não valham a pena.

AQUARIUS

(Para os que nasceram de 21 de Janeiro a 19 de Fevereiro)

AMOR: Contrariedades sentimentais no domínio da família, das relações amorosas e de amizade, que poderão ser atenuadas com bom senso e diplomacia. Esforce-se por mostrar boa compreensão, nomeadamente com a pessoa que ama.

DINHEIRO: Ilusões desvanecidas e projectos por terra. Dê um balanço às suas disponibilidades económicas, porque as coisas não serão tal qual como imagina.

PROFISSÃO: É aconselhável acautele-se em tudo o que se refira a novos empreendimentos, pois os seus inimigos estão alerta. Portanto, examine atentamente os seus trabalhos, antes de empreender o que for importante.

SAÚDE: Sentir-se-á desanimado e um pouco adoeitado. Previna-se contra a humidade, pois o reumatismo pode atormentá-lo.

PISCIS

(Para os que nasceram de 20 de Fevereiro a 20 de Março)

AMOR: A boa disposição será a característica dominante deste período. Os seus interesses de coração decorrerão num ambiente cordial e feliz. Possibilidades de receber notícias através de escritos que lhe darão alegria.

DINHEIRO: Igualmente no domínio financeiro está sob influências astrológicas favoráveis. No entanto, conserve-se ao corrente de tudo quanto diga respeito aos seus interesses económicos e não abuse da prodigalidade.

PROFISSÃO: Está no caminho de um bom progresso. Se lhe prometerem mudanças de situação, duvide, porque os melhores resultados serão obtidos da situação que tem actualmente. Fortaleça a confiança em si mesmo procurando compreender a verdadeira relação que existe entre a sua individualidade e o seu meio.

SAÚDE: Não sobrecarregue o seu organismo por muito bem dotado que ele seja. Cuidado com excessos!

Tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado ou limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	10°
P. DOURADAS	6°
COIMBRA	10°
PORTALEGRE	11°
LISBOA	12°
FARO	16°
FUNCHAL	15°

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Tavira 19,8°

FIG. DE CAST. RODRIGO
Mínima 5,5°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 12,7°
Atmosfera 12,0°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
Dia 8	
2.05 3,5 m	7.54 1,2 m
14.32 3,4 m	20.07 1,3 m
Dia 9	
2.46 3,6 m	8.28 1,1 m
15.10 3,6 m	20.42 1,1 m
Dia 10	
3.24 3,7 m	9.00 1,0 m
15.45 3,7 m	21.15 1,0 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo; vento geralmente fraco; acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada nas regiões abrigadas de Norte e Centro.

AMANHÃ

NAScer ÀS 7.11

OCASO ÀS 20.07

DIA 11 DIA 19 DIA 25 DIA 3

BARS BOITES

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/35167.
a actuar **GRAZIELA DE SIRTANAS** (Argentina)

CASINO ESTORIL Jogo autorizado Varedades internacionais. T. 26461/264526/264556/264621/264946

HIPOPOTAMO Conjunto Hipopótamo. Encerra aos Domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A T. 45384.

TAMILA - Marão e s/ conjunto «Matrões» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loulé, 69. T. 533117.

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

VISITA À CHECOSLOVAQUIA

PRAGA, 8 — (F. P.) — Marques dos Santos, do Secretariado da Intersindical, que está a visitar a Checoslováquia a convite dos sindicatos checoslovacos, foi recebido na segunda-feira por Karel Hofmann, presidente do Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos, anuncia um comunicado divulgado pela agência Cete-ka.

Marques dos Santos pôs o seu interlocutor ao corrente dos últimos acontecimentos em Portugal, nomeadamente à influência crescente do movimento sindical progressista e apreciou altamente o apoio dado pelos trabalhadores a sindicatos checoslovacos ao povo português na sua luta pela liberdade, a democracia e o progresso social.

HORUS
RAUL LOURENÇO LAPA
QUIRO-ASTROLOGO

CONSULTE «HORUS» e ficará a conhecer

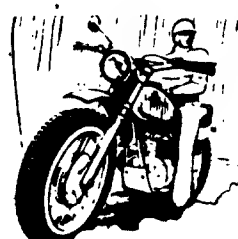
OS ANOS MAIS IMPORTANTES da sua vida, os momentos mais felizes ou menos favoráveis que lhe estão reservados, EM TODOS OS CAPÍTULOS DA SUA EXISTÊNCIA...

E AINDA muitas outras informações de grande interesse acerca de si próprio e do seu Destino...

Todos os dias úteis de segunda a sexta-feira das 14.30 às 20 horas.

Av.ª João XXI, 3-2.º Frente (Junto à Praça do Areeiro) - Telef. 724162 - LISBOA

LEIA motor



Clube Radiofónico de Portugal
Das 12.00 às 14.30 e das 17.00 às 19.30

Rádio Peninsular
Das 19.30 às 22.00

RÁDIO CLUBE

Emissor de Lisboa — Onda Média, 290,13 m — 1034 KHz — emissão contínua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda Média, 283,6 m — 782 KHz — emissão contínua, Modulação de Frequência (principais emissores): Lisboa, 97,4; Porto, 97,7; Portalegre, 98,9; Lousã, 90,8; Fátima, 88,1 e Mendro, 92,0 MHz; Emissão em estereofonia — Segunda-feira, das 11 às 12 e das 19 às 7 horas.

RÁDIO RENASCENÇA

Onda Média, 233,2 m e 1286 KHz — Modulação de Frequência (Lisboa), 93,2 MHz — emissão contínua

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Voz de Lisboa
Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

Rádio Graça
Das 10.00 às 12.00 e das 22.00 às 02.00

rádio

EMISSORA 1.º Programa
17.00 Noticiário — rádio estudantil
18.15 Movimento das Forças Armadas
19.00 Campanha eleitoral
20.35 Calendário eleitoral
21.00 Que quer ouvir?
21.15 Observação de cinema, por Dama Nunes
21.25 Que quer ouvir? (cont.)
21.45 Arte poética
22.00 A grande música negra, por José Duarte
23.00 Formação política — música variada
23.30 Último jornal

2.º Programa

16.00 Intérpretes célebres: maestros
17.18 Curiosidades musicais
17.45 Intercâmbio musical
18.17 Rapsódia húngara n.º 1, de Liszt
18.30 Gravações históricas
19.00 Entra a Onda Média 2 — 397 m — 755 KHz — junção com o 1.º Programa — campanha eleitoral
20.30 Sai o 1.º Programa
21.00 Passagem do MF 2 a Stereo — música ligeira variada
22.00 Os grandes solistas
23.12 Obras do Barroco alemão
00.08 Música sinfónica
01.00 Fecho

Programa em Onda Média 2 — 397 m — 755 KHz

19.00 Junção com o 1.º Programa e MF 2 — campanha eleitoral

rádio

21.00 Música portuguesa
22.00 Música de piano
23.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco
23.00 Música coral sinfónica
00.30 Música de piano
01.00 Fecho



REMANESÇA GRAFICA S.A.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 120271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

VASCO GONÇALVES COM A IMPRENSA

A hora de esta edição começar a circular, decorre no Centro de Imprensa para as Eleições, instalado na Fundação Gulbenkian, a anunciada conferência de Imprensa do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, cujo inte-

resse transcende a mera campanha eleitoral.

O encontro, extensivo a enviados e correspondentes da Imprensa estrangeira, é difundido em directo pela RTP e pela Rádio.

"DIÁRIO POPULAR"

TRABALHADORES PEDEM DELEGADOS DO GOVERNO

Os trabalhadores do «Diário Popular», deliberaram «solicitar a nomeação imediata de delegados do Governo para administradores» da empresa, depois de manifestarem a sua falta de confiança nos actuais dirigentes, «da confiança do ex-banqueiro Miguel Quina. O «Diário Popular» exige também que quaisquer futuros membros da Administração tenham o aval dos trabalhadores, e que exerçam a sua actividade sob controle dos mesmos, e responsabiliza a actual administração pela gerência económica da empresa (deficitária) até à nomeação dos delegados governamentais — representantes dos 46 por cento do capital estatal, depois da nacionalização da banca.

O plenário que tomou tais medidas criticou também os actuais administradores pela sua sistemática recusa em dar resposta às reivindicações que lhe foram apresentadas e pela

sua política salarial, oposta à defendida pelos trabalhadores que, nomeadamente, defende uma redução do leque salarial na empresa.

Entretanto, foi já entregue ao Conselho Superior da Revolução, ao primeiro-ministro e aos Ministérios da Comunicação Social e do Trabalho, um «dossier» sobre a situação deste jornal diário e foram solicitadas aos dois ministros, audiências «imediatas e urgentes».

No «Diário Popular» constituíram-se piquetes em todas as secções para «impedir eventuais retiradas de documentos da empresa» até à nomeação dos administradores por parte do Estado. Os trabalhadores do «D.P.» decidiram igualmente impedir a publicação de qualquer artigo da autoria de António Dias Miguel, colaborador do jornal que, agora, se soube ter sido professor da escola da ex-PIDE/DGS.

ROSA COUTINHO CATEGÓRICO

MILITARES PORTUGUESES VOLTARÃO AOS QUARTÉIS

«Após a actual etapa de transição os militares portugueses voltarão aos seus quartéis», afirmou o almirante Rosa Coutinho ao matutino «Sol del México», mas isso não se fará antes de se alcançarem «determinados objectivos políticos».

Entrevistado em Lisboa por um enviado especial do jornal mexicano, o prestigioso membro do Conselho da Revolução (e ex-alto-comissário em Angola, depois de participar na primeira formação da Junta de Salvação Nacional) acrescentou:

«Esperamos criar um Exército que não seja apenas uma força de repressão ou de defesa da Nação, mas que tome parte activa na reconstrução cultural, cívica e política do País.»

Interrogado acerca da aliança, no plano interno, do M. F. A. com um partido como o P. C. P., o almirante precisou:

«Os comunistas contribuíram, na clandestinidade, para o derrube da ditadura.»

E mais à frente:

«O nosso Movimento foi, no entanto, puramente militar. De oficiais politizados, sim, mas não comunistas.»

O interesse do jornalista centro-americano girou também à volta de uma hipotética intervenção estrangeira em Portugal. Rosa Coutinho descartou-a, mas contrapôs que o País «sentirá em breve, na sua carne, a agressão económica».

PARTIDO DE APOIO AO M.F.A.

Destinadas ao maior impacto na opinião pública são por certo as declarações de Rosa Coutinho a um outro jornal, o «Libération», onde ocupavam ontem toda a última página. Tema dominante: a conjuntura partidária.

O entrevistado abordou o assunto em dois tempos:

1) — «Os partidos políticos estão muito preocupados em criar clientela eleitoral. Espero que, após as eleições, o seu modo de agir se modifique. Não se pode funcionar assim, pois isso entrava tudo. Tomam decisões em Conselho de Ministros e, a seguir, falam em público como se não aprovassem essas decisões.

2) — «É necessária a criação de um partido político

que pudesse englobar as forças que até agora colaboraram com o M. F. A. Esse partido poderia ser realmente decisivo: o partido com o qual o M. F. A. pudesse trocar ideias e analisar a situação, empreender enfim a construção do que chamamos o futuro socialismo português. Não é necessário, evidentemente, englobar todos os actuais partidos da coligação, mas apenas alguns deles. Veríamos esse acontecimento com prazer. Há muitos partidos em Portugal. (...) Creio que há formas de socialismo que se podem adaptar às nossas necessidades. Para isso precisamos de um partido, a que chamo M. F. A. civil, que se pode situar entre o P. S. e o P. C. Creio que exprimi, deste modo, o desejo de muitos membros do M. F. A.»

O simples pormenor de o almirante Rosa Coutinho localizar o «M. F. A. civil» entre o P. S. e o P. C. P. parece anular a viabilidade de um pré-entendimento com formações como o P. P. D., para já não falar no P. C. D. S., nitidamente fora da implantação de uma via socialista no País (ou embrião de uma oposição, ver-se-á se tolerável, a essa via).

AGOSTINHO NETO

PORTUGAL PROMETE APOIAR AS FORÇAS PROGRESSISTAS

«Duvido que as minhas palavras sejam publicadas em Angola. As declarações que fiz em Lisboa, quando aqui passei a caminho da Holanda, não fo-

ram reproduzidas na Imprensa e na Rádio de Angola. A censura em Angola é uma anomalia, mas é um facto», declarou o dr. Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A., numa conferência de Imprensa realizada no aeroporto de Lisboa, momentos antes da sua partida para Luanda.

Ainda a ilustrar a acção da censura em Angola, o presidente do M.P.L.A. disse que no final da sua viagem ao Lobito e a Benguela pretendia dar uma conferência de Imprensa. Quinze minutos antes da hora marcada para a conferência de Imprensa, «todas as emissoras foram fechadas pelo alto-comissário, general Silva Cardoso, passando a transmitir apenas comunicados oficiais». Acresce que a Imprensa silenciosa ou deforma sistematicamente as declarações e actividades do M.P.L.A. Para saber o que se passa em Angola, a população é obrigada a recorrer à Imprensa e às emissões de rádio estrangeiras. Mas mesmo o recurso a estas fontes de informação é cada dia mais difícil.

Segundo informações colhidas esta manhã pelo nosso jornal, em Luanda, a censura à Imprensa e estações de rádio foi levantada, o que não pode deixar de se relacionar com as

diligências feitas em Lisboa pelo dr. Agostinho Neto.

Durante a sua breve escala em Lisboa (chegara no sábado ao princípio da noite, vindo da Holanda), o dr. Agostinho Neto foi recebido pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial, tendo ainda tido contactos com dirigentes do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Referindo-se a estes encontros, o presidente do M.P.L.A. afirmou que as autoridades portuguesas prometeram agir no sentido de assegurar que o colonialismo em Angola não seja substituído por um regime neocolonialista, o que exigirá que apoiem efectivamente as forças progressistas angolanas ao contrário do que tem acontecido. A propósito afirmou a necessidade de estreita solidariedade entre as forças progressistas de Portugal e das antigas colónias portuguesas.

O dr. Agostinho Neto relacionou, repetidas vezes, os acontecimentos em Luanda com a presença dos agentes da ex-P. I. D. E./D. G. S. agora integrados nos serviços de informação militares cuja actividade visa, fundamentalmente, combater o M.P.L.A. e desacreditar o Governo Português.

Referindo-se à organização de comissões de bairro pelo M.P.L.A. e à reivindicação do «poder popular» o dr. Agostinho Neto sublinhou que são uma garantia do futuro estabelecimento de um regime democrático em Angola.

Por fim, o presidente do M.P.L.A. criticou o envio de uma missão das Nações Unidas e da Organização de Unidade Africana a Luanda, recordando os malefícios que resultaram para o antigo Congo Belga, o actual Zaire, da intervenção de forças da O.N.U. após a independência.

INVESTIMENTOS NO BRASIL

Continuação da pág. 1

as notícias insertas no «Última Hora» a «mera especulação ou mesmo outras intenções pouco claras».

O jornal brasileiro fazia-se eco das «preocupações» dos dirigentes da Renave sobre vários pontos: as detenções de dirigentes da CUF (Jorge de Mello é o homem-forte do grande grupo financeiro), os possíveis obstáculos do Governo Português à saída dos capitais necessários ao investimento, a quebra de confiança internacional que para a Lisnave adviria das «sucessivas greves» no estaleiro e, finalmente, certas dificuldades previsíveis no intercâmbio de operários especializados e técnicos, previsto nos acordos de transferência de métodos («know-how»).

O «Última Hora» indicava, segundo transcreve a agência ANI, que a inquietação dos directores da Renave fora repetidamente expressa nos últimos dias, assumindo já o problema «uma dimensão política».

«Evidentemente que precisamos do acordo do Governo Português e do Banco de Portugal para realizar o investimento», disse-nos o porta-voz da Lisnave, «mas estamos certos de que os compromissos serão mantidos. A verba de 85 milhões de dólares, citada na notícia, é absolutamente fantástica, aliás», prosseguiu, afirmando que, a existirem as preocupações da parte brasileira, «não foi a nós que as manifestaram».

«O projecto obedece a uma óptica tecno-económica muito sólida, que não depende de alterações políticas. As notícias brasileiras não encaixam de modo nenhum com aquilo que sabemos», insistiu o nosso informador, que considerou «muito realistas» as opiniões que sobre o mesmo assunto o «Jornal do Brasil» colheu junto do comandante Murilo Cruz, director da Renave. Segundo a ANI, citando o jornal, o comandante terá dito que, muito embora atento aos acontecimentos políticos de Portugal, as negociações com a Lisnave, visando a associação de capital, continua em ritmo normal, acrescentando que até agora nada aconteceu capaz de alterar os planos iniciais de associação com o grupo português. No entanto (terá admitido ainda o comandante Murilo Cruz) A renave dispõe de outras fórmulas capazes de substituírem a escolha actual, caso venha a acontecer qualquer fracasso nas negociações, embora a elasticidade da proposta da Lisnave a tornasse tão superior às demais que será feito o possível para aproveitá-la».

SOFINA

Segundo prevê o jornal brasileiro «Tribuna da Imprensa» os investimentos feitos no Brasil pela Sociedade Financeira Portuguesa, quando dirigida pelo dr. Teixeira Pinto, irão ainda provocar grande controvérsia no Brasil. Enquanto o inquérito mandado abrir pelo Governo

Português ao rumo dado aos dinheiros da referida sociedade não chega ao termo, o «Tribuna da Imprensa» recorda que em Fevereiro de 1972 se referia nas suas colunas a uma personagem estranha e misteriosa que estava então comprando enormes porções de terrenos no Litoral de Angra dos Reis. Tratava-se de Lúcio Tomé Feteira, levado para esse grande negócio pelo tal dr. Teixeira Pinto. E refere que Tomé Feteira foi figura de grande prestígio junto de Salazar, tendo-o este levado a fazer investimentos em Angola para o que Feteira se associou com o cardinal Cerejeira.

Segundo a mesma fonte, o dr. Teixeira Pinto encontra-se no Brasil, residindo numa quinta em Jacarepaguá.

«Ignorávamos o paradeiro desse senhor», disse-nos esta manhã também um porta-voz da administração da Sofina, empresa que se encontra agora completamente controlada pelo Estado Português.

«O inquérito está em curso», prosseguiu o informador. «Mas, até agora, não temos conta de negócios da Sofina com o sr. Feteira: negócios fechados, porque hipóteses parecem ter havido. A administração da Sofina «mantém todos os seus compromissos no Brasil», acrescentou a mesma fonte, discriminando os 9,6 por cento da empresa nas Instituições Itau e os 15,5 por cento na Empar, sociedade holding com interesses nos seguros, nos explosivos e na edição.

25 DE ABRIL: FERIADO

«O «25 de Abril» será feriado nacional» foi-nos hoje afirmado pelo Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos do Ministério da Administração Interna.

Nesse dia, como é do conhecimento público, efectuar-se-á as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

CIDADE MARGINAL

ERAM SETE HORAS DA TARDE...

Feira da Ladra, pelas sete horas da tarde, gritos, correrias e uma carteira de calfo a voar de mão em mão, qual bola de baseball manejada por mãos hábeis e corteiras. Os gritos eram da doméstica Maria da Purificação e as correrias tinham como intervenientes o Ferreira de Miragaia e seus fiéis comparsas. Chegou a Polícia, entrevistaram populares e, por fim, Miragaia, exausto e de fraldas de fora, rendeu-se sem condições. Mas o pior foi descobrir o paradeiro da carteira. Miragaia a dizer que não a tinha, que devia ter sido algum dos camaradas que fugira com ela, e era já quase noite quando ele se decidiu decifrar o enigma. E a carteira com os dois contos e quinhentos intactos acabou por aparecer debaixo de um fardo de roupa em exposição numa barraca da Feira.

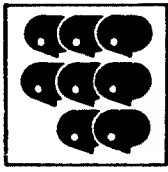
RECONHECEU O CARPINTEIRO

O taxista reconheceu no carpinteiro José dos Anjos o assaltante que, há poucos dias, lhe vasculhara a casa, na Rua das Telheiras 131, roubando-lhe um relógio de parede e uma coleção de moedas antigas, tidas em grande estimação por todos os membros da sua família. O fortuito encontro deu-se em plenos Restauradores e aos gritos de «agarrar que é ladrão», José dos Anjos, que tem 31 anos e é de Viseu, foi imobilizado por populares e conduzido sob prisão para a esquadra da zona, onde tentou resumir os acontecimentos à sua maneira: que não tinha assaltado casa nenhuma, que eram tudo más intenções «para o queimarem» e «lhe estragarem a vida», pois ele no dia do assalto até tinha passado, na Rua das Telheiras, de motorizada. Mas isso era outra história: a história de uma motorizada roubada por ele a uns amigos, «mas tudo por brincadeira».

Palavra puxa palavra — e o carpinteiro José dos Anjos, abrindo os braços num gesto largo teria dito com o ar solene de inexcusavelmente vencido: «Destá vez «quilhe-me». Paciência!» — E já infractor confesso recolheu aos calabouços.

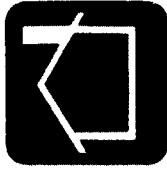
A PROCURA DA MÃE

Maria Adélia, Maria Helena, Leonel e Adalberto, são quatro crianças abandonadas pela mãe, Maria de Jesus Vaz, de 46 anos, logo após a morte do pai. Moravam então perto de Lisboa, na Quinta da Ribeira, em Odiveiras. Sem meio de subsistência, as crianças que presentemente se encontram recolhidas em Coimbra, na casa de uma família de débeis recursos, lançam um apelo dramático à mãe para que reconsidere na sua atitude e os recolha de novo.



ACTIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS:

BRAGANÇA NACIONAL	
Bibliotecas existentes	249
Museus existentes	114
Aparelhos de TV existentes	4003



CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES:

N.º de fogos construídos para habitação em 1973	393	19 600
---	-----	--------



ENERGIA ELÉCTRICA:

N.º de consumidores	32 240	2 232 097
Consumo total de energia eléctrica em 1000 Kwh	30 856	8 192 378
Consumo total por habitante em Kwh	185	1 018

Estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho
N.º de estabelecimentos com 1 a 3 pessoas aos serviços

1983	1899
------	------



IMPOSTOS:

Imposto profissional	1924	468 993
N.º de contribuintes		
Rendimentos tributados em milhares de contos	63,1	38 886,0
Imposto complementar	926	168 198
N.º de contribuintes		
Rendimento considerado para tributação (mil contos)	135,9	44 142,4



PRODUÇÃO, POUPANÇA (1) E REMESSAS DE EMIGRANTES:

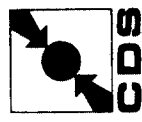
Produto interno bruto (2) do distrito em percentagem do valor total do continente (1970)	1,2 %	100%
Produto interno bruto por habitante (contos - 1970)	10,5	19,8
Poupança total por habitante (contos - 1970)	3,1	5,8
Poupança dos particulares por habitante (contos - 1970)	1,5	2,9
Remessas de emigrantes recebidas no distrito (Milhões de contos-1972)	0,68	19,8

DISTRITO DE BRAGANÇA PERANTE AS CONSTITUINTES

Previsões da população com 18 ou mais anos em 31	
Dezembro	405 800
Número definitivo	367 055
Número de deputados	4
Número de assembleias e secções de voto	357

BRAGANÇA

partidos e candidatos



advogado, natural de Mirandela
2 Quintino dos Anjos Afonso, 47 anos, agricultor, natural de Monção
3 Maria Fernanda da Silva Freitas, 31 anos, operária, natural de Freixas (Mirandela)
4 Carlos Manuel Araújo, 26 anos, estudante, natural de Alfândega da Fé.

CANDIDATOS PELO C.D.S.

- Maria da Graça de Sousa Beça Gil Sanches da Gama, 37 anos, professora gerente comercial.
- José Maria Pereira, 42 anos, comerciante.
- Teresa Maria Azevedo Moreira Magalhães de Oliveira, 32 anos, doméstica
- Alberto Pouza, 63 anos, comerciante



CANDIDATOS PELO F.S.P.

- José Pereira Vieira, comerciante
- António José Cepeda Granja, estudante
- Luís Artur de Seixas Maria-na de Campos, vendedor
- José Alberto Monteiro Gil, pintor de arte



CANDIDATOS PELO P.P.M.

- Jorge Portugal da Silveira, empregado de escritório
- António Augusto Afonso, estudante trabalhador
- José Ferreira de Barros, empregado de escritório
- Armando Cunha Soeiro de Faria, funcionário público



CANDIDATOS PELO P.S.

- Raul Rego, jornalista, natural de Bragança
- Paulo Quintela, professor universitário, natural de Bragança
- Carlos Morgado, economista, natural de Vachão
- Afonso Machado, operário, natural de Macedo de Cavaleiros.



CANDIDATOS PELO P.C.P.

- Manuel Fernandes Barros de Carvalho Salazar, 31 anos,

Diário de Lisboa



PONTO ELEITORAL

Lisboa, terça-feira, 8 de Abril de 1975

2.ª - A televisão é mais acessível porque até na província as pessoas a podem ver nos cafés.

3.ª - Se tiverem consciência do que vão fazer, acho que sim.



JOSÉ FERNANDES VALENTE, 29 ANOS, SERVENTE DE ARMAZÉM, RESIDENTE EM ODIWEIAS

1.ª - Vejo na televisão, e que deviam ter uma linguagem mais simples de modo a que as pessoas compreendessem bem o que se quer.

2.ª - Creio que o cartaz é melhor porque é o espelho onde tudo se vê



AIRES DA CONCEIÇÃO LOPES, 20 ANOS, TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES, RESIDENTE EM LISBOA



FERNANDOMANUEL SOARES CARVALHO, 20 anos, estudante, residente em Lisboa.

1.ª - Televisão. O que mais me impressiona é ser tudo com demasiada pressa. Penso que devia ser tudo mais calmo.

2.ª - Há pessoas que não podem ter televisão ou rádio e os cartazes são mais acessíveis.

3.ª - Penso que sim porque podem ter uma opção política. No entanto precisam de mais apoio. Assim devia haver comícios nas regiões mais afastadas.



MARIA FERNANDA SOBRAL, 32 anos, doméstica, residente em Lisboa

1.ª Vejo de vez em quando. Para mim o pior é estarem todos uns contra os outros. Por outro lado, para pessoas menos esclarecidas, penso que utilizam uma linguagem muito difícil.

1.ª Já ouviu programas eleitorais na rádio ou televisão? Nesses programas o que mais o impressionou?

2.ª Na propaganda eleitoral que possibilidade considera mais efectiva. Cartaz, rádio ou televisão?

3.ª Entende que os analfabetos devem votar?

FRANCISCO ANDRADE, 50 ANOS, COMERCIANTE, RESIDENTE EM LISBOA

1.ª - Algumas na televisão. Sinceramente ainda nada me impressionou.

2.ª - A televisão dá uma imagem mais real das coisas e mesmo que seja deturpada, as pessoas ficam mais convencidas.

3.ª - Há analfabetos muito mais esclarecidos que outros. É tudo uma questão de inteligência.



FERNANDO DA COSTA REIS, 60 ANOS, INDUSTRIAL, RESIDENTE EM LISBOA

1.ª - Tenho visto na televisão. Nada me impressionou mas no entanto gostava que houvesse respeito de parte a parte.

2.ª - Acho que a televisão é mais eficiente porque na província não há cartazes.

3.ª - Acho que devem permitir que as pessoas tenham o mesmo direito que as outras pessoas.



FRANCISCO ANTÓNIO FILIPE, 52 ANOS, PEDREIRO, RESIDENTE EM TIRES

1.ª - Não ligo muito a essas campanhas porque não percebo nada do que eles dizem. Devia haver alguém para explicar como as coisas são.

2.ª - A televisão porque as pessoas tomam mais sentido.

3.ª - Acho que toda a gente devia votar uma vez que há eleições livres e é para o bem dos trabalhadores. Aqueles que não sabem devem perguntar tudo a pessoas da sua confiança e assim já ficam esclarecidos.



O M.F.A. E AS ELEIÇÕES

Duas conclusões se podem tirar do último «Boletim do M.F.A.», designadamente editorial e do texto «O Voto e a liberdade: I ma Arma do Povo»: uma de que o voto em branco não é de forma alguma crime ou traição, outra que o voto só será uma arma quando for utilizado «para defender o povo, as suas conquistas, o seu futuro democrático num caminho para o socialismo».

(Que importância poderá ter, pois, o voto descarregado nos partidos que não viajam num «caminho para o socialismo»?)

Por outro lado sabemos que, sejam quais forem os resultados das eleições, «o M.F.A. também não se esquece da responsabilidade contraída e dos objectivos que se propôs, e não se escusa a assegurar que sejam consagrados na futura Constituição os princípios fundamentais do Programa do Movimento das Forças Armadas bem como as conquistas já efectuadas ao longo do processo cuja dinâmica revolucionária é hoje, o irreversível caminho do Socialismo em Portugal».

Partidos (e estamos a lembrar-nos das palavras do comandante (correu Jesuino na sua destruição de democracia burguesa e democracia popular) que pugnem por um neocapitalismo, pois serão abrangidos pelas consequências de uma institucionalização do M.F.A. e a imediata nacionalização da banca e das companhias de seguros, verdadeiras medidas (as primeiras ou pelo menos as mais irreversíveis) de uma via socialista a que o poder político e o Povo português, neste momento aspi-ram e entendem ter de ver consagrada na lei, seja qual for o resultado das eleições.

Essas mesmas forças e partidos políticos (e estamos a lembrar-nos dos seus opressores económicos) Estará o povo livre das suas pressões ideológicas fascistas? Estará o povo apto a escolher fora da acção de uma Igreja ainda não integrada no processo da Revolução?

Poder económico, pressões ideológicas fascizantes e uma Igreja conservadora, são neste momento pesos para que não se escolha embora se vote. Estamos a lembrar-nos da província do caciquismo e dos partidos caciques por sua vez controlam o povo... Estamos a lembrar-nos da Igreja que se recusa a perder os privilégios e se nega a desespedidamente à legalidade, enquanto o processo em curso sobretudo legítima, mais que legaliza na dimensão simplista do termo.

político normal irá exprimir em 25 de Abril? Estará o povo livre dos seus opressores económicos? Estará o povo livre das suas pressões ideológicas fascistas? Estará o povo apto a escolher fora da acção de uma Igreja ainda não integrada no processo da Revolução?

Poder económico, pressões ideológicas fascizantes e uma Igreja conservadora, são neste momento pesos para que não se escolha embora se vote. Estamos a lembrar-nos da província do caciquismo e dos partidos caciques por sua vez controlam o povo... Estamos a lembrar-nos da Igreja que se recusa a perder os privilégios e se nega a desespedidamente à legalidade, enquanto o processo em curso sobretudo legítima, mais que legaliza na dimensão simplista do termo.



O VOTO AL DA A REVOLUÇÃO?

Todos sabemos que «a verdadeira liberdade de votar existe apenas quando esse direito for exercido sem pressões, conscientemente, na convicção que estamos a dar um passo importante na dignificação de nós próprios».

Votar conscientemente pressupõe uma opção, não propriamente uma escolha partidária. Diz o texto do Boletim do M.F.A.: «É pois necessário deixar o voto na urna, mas esse voto pode ir em branco, isto é, sem referência a qualquer partido, pois deste modo cumprimos o nosso dever de patriotas sem violentarmos a nossa consciência, nem possivelmente voltarmos essa arma contra

nós próprios, seguindo aqueles que pretendem continuar a explorar a nossa ignorância política».

A campanha eleitoral facilitada para quem pode dispor de consideráveis verbas, é difícil ou, pelo menos, perigoso, identificar, «altitante e espectacular», com a defesa dos interesses do povo.

Toda a jogada neste momento em processos de luta, politicamente discutíveis, numa corrida ao voto, salvo excepções para quem a utilização dos veículos da informação (batidos eleitoralmente à partida pelo seu carácter radical e fracas disponibilidades económicas) é um alterar, nem sempre correcto, das formas contradições que revessem o acesso ao poder e a rotas que escolhem.

Por seu turno, e não nos podemos aqui esquecer das posições de certos partidos que pugnavam, com particular realce, pelo regresso imediato dos militares aos quartéis, o M.F.A., que se afirma «claramente como a vanguarda organizada e consciente do povo armado», continuará a «estar» na primeira linha em todas as tarefas fundamentais de apoio às populações trabalhadoras, de esclarecimento político e de dinamização cultural».

Este compromisso poderá vir desfazer certas lutas de uma via eleitoral que assenta no facilitismo e tentará comprometer o Povo português, optando quando ainda tem dificuldade em decidir. Em suma, «só mergulhando as Forças Armadas no Povo poderemos conhecer e viver verdadeiramente os seus problemas e anseios reais e deste modo mais sãmente firmar a unidade Povo-M.F.A.».

PORTUGAL 75

PONTO ELEITORAL dedica todos os dias a sua atenção a um distrito do País e publica, sobre cada um deles, uma série de elementos úteis, não apenas a quem reside, mas a todos os portugueses interessados em saber como se vive e vota em Portugal:

- 1) Elementos estatísticos sobre a sua população e nível de vida.
- 2) Lista de todos os partidos que nele concorrem às eleições e nomes dos seus candidatos.
- 3) Informações diversas úteis a todos os eleitores.

Os distritos são tratados por ordem alfabética.

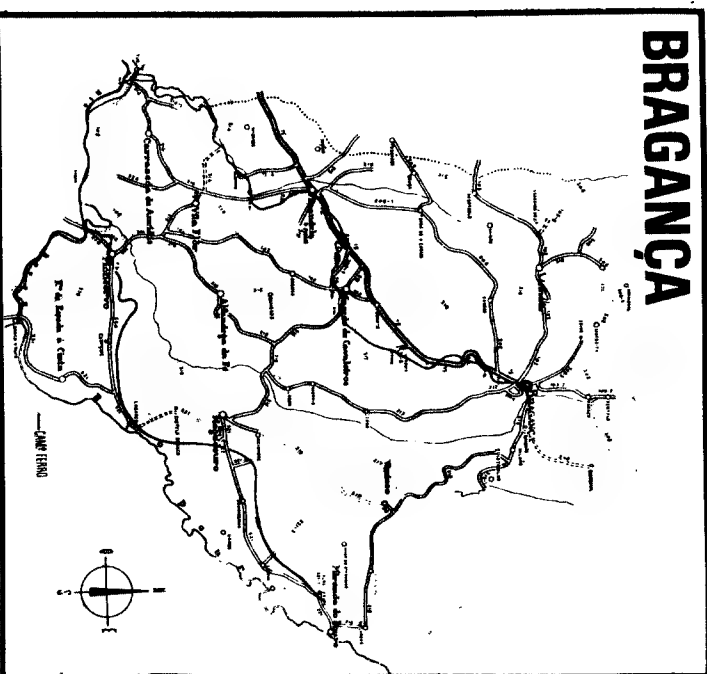
ELEMENTOS ESTATÍSTICOS



POPULAÇÃO

BRAGANÇA NACIONAL

Nível: População residente no meio do ano de 1973 (em milhares)	166,9	8045,8
Evolução: Evolução da população entre 1960 e 1970 (Anos dos censos) ...lhos	Diminuiu em 12 concelhos	
Densidade: Número de habitantes por km ² em 1970	30	
Emigração: Número de habitantes que emigram oficialmente entre 1960 e 1973	30.135	740 037
Mortalidade: Número médio de óbitos por mil habitantes (1973)	12,5	11,1
Percentagem de óbitos de crianças com menos de 1 ano no total de óbitos (1973)	10,7 %	7,9
Número total de óbitos (1973) ...	2078	89079
Obitos tendo por causa tuberculose do aparelho respiratório e pneumonias (1973)	164	6081
Obitos tendo por causa enterites e outras doenças diarréicas (1973)	104	2130
Natalidade: Número médio de nascimentos por mil habitantes (1973)	17,6	19,9
Número total de partos em estabelecimento de saúde com internamento (1973)	2980	162492
	904	84055



BRAGANÇA



Saúde

BRAGANÇA NACIONAL

Número total de estabelecimentos de saúde (incluindo farmácias e postos)	145	5423
Estabelecimentos de saúde com internamento:		
Total	13	544
N.º camas	528	49 590
N.º médicos	55	6254
EDUCACÃO		
Estabelecimento de ensino:		
de ensino infantil	657	317
de ensino primário	822	15 286
de ensino preparatório	27	822
de ensino liceal	12	440
de ensino técnico	5	255
de ensino superior	1	57
Total	707	17 438
Pessoal docente:		
de ensino infantil	867	709
de ensino primário	324	29 210
do ensino preparatório	175	12 386
do ensino liceal	134	8 788
do ensino técnico	8	9 718
do ensino superior	8	3 396
Total	1546	65 912
Alunos matriculados:		
no ensino infantil	21.475	13 139
no ensino primário	5037	845 978
no ensino preparatório	3456	193 603
no ensino liceal	1641	150 469
no ensino técnico	37	1641
no ensino superior	32.209	53 918
Total	42	1 497 083
Centinas escolares:		
N.º de alunos beneficiados de refeições gratuitas	1665	118 412

a prioridade nas compras do sector público deve ajudar à estabilização de estas empresas, definindo-se programas de aquisição; dar-se-á assistência técnica e financeira às empresas a reconverter ou redimensionar.

— A acção por uma economia patriótica e anti-imperialista implica a redifinição em matéria de investimentos estrangeiros: só em sectores que interessam ao País por ser insuficiente a iniciativa nacional, impedimento da exploração abusiva de mão-de-obra, severas restrições à apropriação de riquezas nacionais ou ao domínio do mercado interno, exigência do cumprimento das leis de trabalho, restrições no uso de meios financeiros portugueses e preferência pelos créditos externos de carácter público.



3. VIAS E OBJECTIVOS SOCIAIS

Batalha da Educação: batalha cultural
— Programa Nacional de alfabetização e mobilização para promoção socioeconómica e cultural.

— Reformas urgentes e transformação democrática do ensino a todos os níveis, estabelecendo íntimas relações entre escola, campo e fábrica. Saneamento antifascista das escolas.

— Valorização da função docente; criação de institutos de pedagogia.

— Desenvolvimento integral da criança com oficialização da educação pré-escolar por acção do Governo, autarquias e organizações de massa.

— Escolarização para oito anos.
— Acesso assegurado aos filhos dos trabalhadores a todos os graus de ensino.

— Progressiva gratuidade do ensino.

— Maior atenção aos problemas médico-psicopedagógicos.
— Criação de um organismo coordenador da política científica e tecnológica que estimule, apoie e dinamize a interacção entre pesquisa fundamental e investigação aplicada para atenuar a dependência de técnicas e técnicos estrangeiros.

— Criação da estrutura nacional de educação permanente.
— Intensificação de relações culturais e educacionais com países progressistas e fomento do intercâmbio com países de língua portuguesa.

— Planos nacionais de acção cultural e educativa que integrem colectividões, autarquias e organizações de massa.

— Política nacional do livro com multiplicação de bibliotecas populares.

— Apoio activo ao desporto e convívio de massa numa justa concepção de cultura física como exigência global de desenvolvimento; pequenas colectividões e iniciativa popular.

— Democratização dos meios de informação e comunicação social.

— Transformação da rádio e televisão em serviços de utilidade e formação democráticas.

Habituação, urbanismo e transportes populares

Socialização do solo urbano e impedimento da especulação com terrenos de construção quer por medidas adequadas quer pela edificação de habitações pelo Estado e instituições não lucrativas.

— Estimulo da construção privada na subordinação aos interesses gerais; limitação das rendas e condicionamento dos lucros.

— Apoio a iniciativas populares de construção de habitações enquadradas por autarquias, sindicatos, cooperativas, etc.

— Política de espaços verdes e prioridade absoluta aos transportes colectivos urbanos, suburbanos e regionais.

Saúde do Povo, segurança social

— Estruturação do Serviço Nacional de Saúde de forma a garantir o direito à saúde às massas trabalhadoras e populares.

— Ampla campanha de esclarecimento popular sobre as formas de promover e proteger a saúde.

— Remodelação drástica dos actuais esquemas da medicina das Caixas, caminhando para organização de centros de medicina comunitária, de base, polidisciplinares.

— Reorganização e nacionalização dos hospitais e controlo do funcionamento de todas as organizações sanitárias por representantes de sindicatos, autarquias, etc.

— Reconversão e protecção social de deficientes físicos, mentais, grupos marginalizados e velhos.

— Política antimonopolista e anti-imperialista na reestruturação da indústria farmacêutica.

— Libertação da medicina de trabalho do domínio patronal.

— Revisão de todo o sistema de pensões, reformas, subsídios.

abonos, etc. e alteração da reforma mínima com o custo de vida.

Direito ao trabalho, promoção do trabalhador

— Liberdade de escolha e local da profissão e proibição de despedimentos individuais ou colectivos sem justa causa.

— Criação do seguro nacional de desemprego e alargamento de outros benefícios, revisão periódica do salário mínimo.

— Defesa da unidade sindical; cumprimento dos contratos colectivos de trabalho.

— Promoção de novos postos de trabalho.

— Direito de fiscalização da actividade e de ocupação das empresas com apoio sindical.

Dignificação da mulher e protecção da criança

— Igualdade plena dos sexos para todos os fins.

— Trabalho igual, salário igual.

— Protecção na gravidez e parto.

— Criação de creches e educação pré-primária, contínuas, colónias de férias, lavandarias, etc. para protecção da mãe e criança.

Emigrantes

— Apoio nacional e democrático.

— Saneamento efectivo de Embaixadas e Consulados.

— Protecção do ensino e cultura portuguesas no estrangeiro.



4. POR UM ESTADO AMPLAMENTE DEMOCRÁTICO

O Estado amplamente democrático é o Estado da unidade das largas camadas populares antimonopolistas, é o Estado que garantirá o desenvolvimento económico nacional, a segurança e bem-estar do povo, a independência do País, a prosperidade e o futuro da Democracia. A construção de um Estado amplamente democrático exige medidas urgentes e decididas contra os monopólios e latifúndios, sendo indispensável que o Estado detenha posições-chave na economia, designadamente através da nacionalização das grandes concentrações de poder económico e da reforma da estrutura agrária em benefício de quem trabalha a terra.

A estrutura do Estado terá, ela própria, que reflectir a sua base popular e antimonopolista: deve acolher e traduzir as conquistas populares, estimular e integrar as iniciativas e o poder criador das massas populares. Assim, todas as organizações, tais como comissões de moradores, ligas e associações culturais, ligas de pequenos agricultores e produtores, movimentos cívicos, organizações juvenis, etc. desde que genuinamente populares, devem ligar-se mais e mais ao Estado democrático, contribuindo para a sua transformação progressiva. Neste sentido, as autarquias locais são um dos principais alicerces do Estado, como forma organizada de participação popular.

O Estado amplamente democrático é o Estado da planificação democrática, da intervenção popular na escolha das grandes linhas da política económica e social. A planificação democrática é uma arma contra o subdesenvolvimento e a miséria, pois apresenta o aproveitamento ordenado, os recursos e assegura a distribuição social da riqueza produzida.

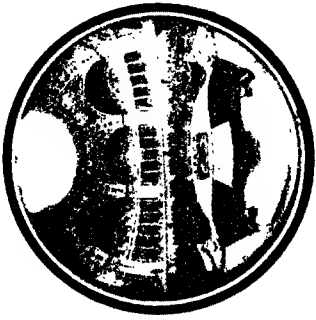
O Estado amplamente democrático é, essencialmente, o Estado das massas populares libertadas da opressão e da miséria, é o Estado da liberdade do Povo. Por isso, o Estado será garantia do exercício de todas as liberdades democráticas. Povo, democracia e liberdade são a mesma palavra, o mesmo sentido, o mesmo programa.

O Estado amplamente democrático é o Estado do amplo debate popular, da intervenção das massas na vida nacional. É neste contexto que tudo se deverá fazer para que as eleições para a Assembleia Constituinte sejam uma vitória da liberdade, uma vitória da unidade das forças democráticas e do M.F.A.

O Estado amplamente democrático é o Estado da história via da acção popular pela liberdade, pelo bem-estar social, pela paz. É o Estado que constrói uma nova sociedade. É o Estado que caminha para a democracia socialista e facilmente a estabelece com o povo e pelo povo.

N. R. Este espaço, por respeito à ordem alfabética, deverá ter sido dedicado à Liga Comunista Internacionalista (LCI). Contudo não foi possível obter os elementos necessários deste partido, passando assim ao seguinte, o MDP/CDE. Oportunamente publicaremos os textos da LCI.

O ACTO ELEITORAL



ce-te com os teus camaradas.

Estás indeciso? Conhece os partidos, estuda os seus programas... e escolhe!

Escolhe por ti, nunca pelos interesses dos outros.

VOTA!

Vota no partido político que a tua consciência de português te ditar.

III

PORTUGUESES:

Vais votar num partido político, naquele partido que, em tua consciência, melhor garante o futuro de todos nós e dos nossos filhos.

Mas, portugueses, para votares não é necessário estares filiado, nem ligado, seja como for, a nenhum partido, nem aquele em que tu fores votar.

Tu, português, que és consciente e responsável, apenas tens que votar no partido político que julgues ser o melhor para o futuro de Portugal.

IV

PORTUGUESES:

A lei proíbe-te de, dentro da Assembleia ou Secção de Voto e até uma distância de 500 metros da mesma dizeres, seja a quem for, em que partido vais votar ou em que partido já votaste.

O VOTO é secreto e ninguém pode ver, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto; assim o diz o artigo 85.º da Lei Eleitoral, o Decreto-Lei n.º 621-C/74 de 15 de Novembro.

A lei protege-te, pois, de todas e quaisquer pressões que alguém porventura tente fazer sobre ti no sentido de te levar a votar contra a tua vontade.

O teu voto apenas tem que obedecer à tua consciência e à tua honra.

V

O eleitor inscreveu-se no recenseamento da sua freguesia e só nessa freguesia poderá ir votar. Contudo, e como nas freguesias mais populosas irão funcionar várias secções de voto, de-

ve, desde já, ir procurar nos editais afixados na sede da junta e outros lugares públicos, qual a Secção de Voto em que está inscrito, bem como qual o local onde a mesma irá funcionar.

Para lá se deve dirigir no dia 25 de Abril, entre as 8 horas da manhã e as 7 horas da tarde, e aí:

Aguarda na fila.

(Chegada a sua vez, identifica-se perante o presidente da mesa, dizendo o nome e apresentando um documento de identificação.

— Após confirmação de que o seu nome está no caderno eleitoral, recebe um boletim de voto.

— Dirige-se a uma das câmaras de voto.

Verifica-se que o boletim não tem qualquer rasura ou sinal.

Marca com uma cruz, no quadro respectivo, o partido que conscientemente tiver escolhido.

Dobra o boletim ao meio deixando a parte voltante ao meio (curvando o vinco da primeira volta).

Sai da câmara de voto e regressa para junto da mesa.

Entrega o boletim doado ao presidente, que o introduzirá na urna que ali se encontra.

Retira-se do local.

O eleitor deve seguir exactamente e que atrás fica descrito: se, por acaso, se enganar, deve voltar ao presidente da mesa e pedir novo boletim de voto, entregando e inutilizado.

Em caso algum quem quer que seja pode ser obrigado a revelar o partido em que votou ou vai votar.

Por sua iniciativa só pode dizer em que partido votou, se se encontrar a mais de 500 metros de distância da assembleia ou secção de voto.

VI

**ELEIÇÕES:
1.ª VOTAÇÃO
NO CAMINHO
DA DEMOCRACIA**

As eleições para uma Assembleia Constituinte, que terão lugar no próximo dia 25 de Abril, representam,

por parte do M. F. A., a efectiva realização de um compromisso assumido perante o povo e integram-se no processo de democratização da vida política dos portugueses. Estas eleições terão que corresponder a exigências revolucionárias e ao objectivo de institucionalizar uma nova legalidade.

Em eleições e livres, com um recenseamento alargado e rigoroso, o povo é chamado a escolher os partidos políticos aos quais desejará o papel de interlocutores do M. F. A. — cujas responsabilidades históricas estão consagradas pela Lei para a definição da nova ordem constitucional.

E se sabemos que a nova ordem constitucional democrática terá que consagrar as conquistas políticas, económicas e sociais, já alcançadas pelo «25 de Abril» e após o «25 de Abril», sabemos, também, que aos representantes livresmente eleitos do povo cabe discutir e aprovar o texto de uma nova Constituição que ofereça às Portuguesas e aos portugueses um estatuto nacional, pluralista e progressista, para a tarefa comum de redificar Portugal.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte reverterão, portanto, uma importância histórica.

A Constituição que a Assembleia Constituinte irá elaborar, aprovar e apresentar ao País, será um pacto de trabalho e de progresso entre o M. F. A. e as forças políticas. Será uma carta das liberdades e das garantias dos cidadãos. Será um projecto de actividade cooperante para quantos desejam que Portugal se liberte da terrível herança de 48 anos de regime ditatorial, anti-nacional, por que antidemocrático, opressor e obscurantista.

As eleições encetam uma nova etapa no caminho da Democracia.

Democracia que, no espírito e na letra do Programa do M. F. A., não será apenas política, mas económica e social.

VII

As entidades públicas e agentes de autoridades devem, no exercício das suas funções, manter rigorosa neutralidade e imparcialidade perante os partidos políticos.

A infracção é punida com prisão até 2 anos e multa de 5 a 20 contos.

VIII

O partido, lista distrital

ou candidato que fizer propaganda política através da publicidade comercial é punido com multa de 10 a 100 contos.

X

Quem fizer propaganda eleitoral no dia da eleição ou no dia anterior é punido com prisão até 6 meses e multa de 500 a 5000\$000... E quem a fizer nas assembleias de voto ou nas suas imediações (até 500 metros), no dia das eleições com prisão até 6 meses e multa de 1 a 10 contos.

X

Aquele que sem ter capacidade eleitoral pretender votar e fraudulentamente pretender fazer-se passar por um cidadão inscrito é punido com prisão maior de 2 a 8 anos e multa de 20 a 200 contos.

XI

Aquele que tentar que alguém vote sem ter esse direito ou tentar excluir da votação quem o tenha, é punido com prisão até 2 anos e multa de 1 a 10 contos.

XII

Quem votar mais de 1 vez é punido com prisão maior de 2 a 8 anos e multa de 20 a 100 contos.

XIII

Aquele que na assembleia de voto ou nas suas imediações (até 500 metros) usar de coacção ou habilidades ou ainda se servir do seu ascendente sobre o eleitor para saber em que partido se votou ou se vai votar, é punido com prisão até 6 meses.

XIV

(Quem usar de violência ou ameaças, enganos, fraudes, falsas notícias, etc., para levar alguém a abster-se ou a votar em determinado partido, é punido com prisão maior de 2 a 8 anos.

XV

A entidade pública ou o sacerdote que, abusando das suas funções pretender induzir os eleitores a votar num determinado partido ou a abster-se, é punido com prisão maior de 2 a

8 anos e multa de 10 a 100 contos.

XVI

Aquele que perturbar o funcionamento das assembleias de voto com insultos, ameaças ou violência, é punido com prisão até 2 anos e multa de 5 a 20 contos.

XVII

Aquele que ameaçar alguém com o despedimento ou com a recusa de emprego a fim de o levar a votar ou não votar, porque votou ou não votou em certo partido ou porque se absteve ou não de participar na campanha eleitoral, será punido com prisão até 2 anos e multa até 20 contos.

XVIII

Aquele que, por causa da eleição, oferecer dinheiro, valores ou prometer emprego ou qualquer benefício, mesmo a título de indemnização ao eleitor para despesa de viagem ou estada ou pagamento de alimento ou bebidas, é punido com prisão até 2 anos e multa de 5 a 50 contos.

XIX

Aquele que fraudulentamente introduzir boletins de voto na urna, antes ou depois da votação, se apoderar da urna ou de boletins de voto, será punido com prisão maior de 2 a 8 anos e multa de 20 a 200 contos.

XX

Aquele que for nomeado para fazer parte das mesas das assembleias de voto e sem razões justificadas não assumir ou abandonar essas funções é punido com multa de 1 a 10 contos.

ABC eleitoral

DESCENTRALIZAÇÃO

NOÇÃO complexa e que se presta a controvérsia, a descentralização pode ser definida como atribuição de poderes de decisão, a órgãos geralmente eleitos, distintos do poder central (o Estado) e dos seus agentes. A descentralização deve distinguir-se da desconcentração, que não são mais do que uma técnica de organização e só modifica as modalidades de exercício do poder pelo aparelho estatal. Toda a descentralização é de resto, acompanhada por uma tutela do Estado, que exerce sempre um certo controlo sobre a actividade das colectividades descentralizadas.

A descentralização é geralmente considerada como tendo um valor democrático, e é certo que ela favorece o exercício das responsabilidades devido às categorias e às pessoas directamente interessadas. Ainda é necessário que os órgãos que beneficiam com a descentralização disponham de meios materiais (sobretudo financeiros) de exercer efectivamente os seus poderes.

DESCONCENTRAÇÃO

É a transferência de poderes do poder central (o Estado) para agentes locais que dele dependam hierarquicamente. O seu objectivo é aproximar a administração dos administradores, mas não confiar a estes últimos a gestão de assuntos que lhes dizem respeito, como é o caso da descentralização. A desconcentração consegue de facto, um reforço da centralização na medida em que torna o poder do Estado melhor adaptado, mais eficaz portanto.

DESPOLITIZAÇÃO

De origem relativamente recente, o termo despolitização implica ao mesmo tempo uma evolução (passagem do estado «político» ao estado «despolítico») e um tipo de sociedade de política cujos membros manifestariam o seu apolitismo através da fraqueza da sua participação, da diminuição das reivindicações violentas, do desafecto pelos partidos políticos, do desprezo pelas ideologias, pela atenuação geral dos conflitos.

DOGMATISMO

De um modo geral pode qualificar-se como dogmatismo a atitude que consiste em substituir a demonstração fundamentada no exame crítico das ideias e das realidades, pelo recurso à autoridade de um autor ou de uma doutrina. No vocabulário comunista, onde é particularmente usado, o termo dogmatismo designa a redução do marxismo à expressão literal do pensamento de Marx, considerado como um conjunto de dogmas intangíveis e a confusão entre os princípios fundamentais e os aspectos circunstanciais e contingentes.

ELIGIBILIDADE

A elegibilidade é a aptidão, juridicamente definida, a ser eleito. As condições de elegibilidade a funções políticas variam segundo os países e o tipo de mandato disputado. Essas condições dizem geralmente respeito à nacionalidade, à idade, às obrigações militares, do passado judicial, e, por vezes, do domínio ou actividade profissional dos candidatos. Os titulares de certas funções administrativas, judiciais ou militares não podem ser eleitos nas circunstâncias onde exercem essas funções.



1. VIAS E OBJECTIVOS POLÍTICOS

União e organização populares: expansão do Programa do M.F.A., base constitucional da unidade na luta antifascista, antimonopolista e anti-imperialista; garantia da contribuição do Estado, que deve sair à rua ao encontro do povo; inserção do Partido em todo o movimento popular; pois deve estar onde está a população; reforço da unidade na acção com o M.F.A. e as forças autenticamente democráticas, combatendo-se o sectarismo e consolidando-se uma frente unitária que exprima e favoreça a unidade popular a todos os níveis; consagração na lei da unidade dos trabalhadores, sem prejuízo da real democraticidade e independência da vida sindical.

Desamamentamento do Estado fascista: saneamento completo do Estado e das autarquias; punição rigorosa dos conspiradores; legalização das organizações ou Partidos reacçãoários; vigilância estatal e popular; criação, com o M.F.A. e forças democráticas, de uma defesa eficiente contra a reacção.

Liberdades democráticas: abolição de todas as limitações anti-populares, designadamente quanto a greves e manifestações; proibição do «lock-out»; campanha pela sua plena utilização pelo povo, como instrumentos de construção da democracia; repressão dos que, abusando do seu poder económico ou social, impedem de qualquer modo o seu exercício.

Liberdade de professor: difundir, organizar ou contestar qualquer religião; separação da Igreja e do Estado; revisão da Concordata, com abolição do acordo missionário, generalização do direito ao divórcio, exclusão do ensino religioso nas escolas e não ingerência do Estado na nomeação dos bispos.

Supressão de todas as situações de desigualdade perante a lei: garantia de que ninguém, por falta de meios, deixará de poder recorrer à justiça; simplificação dos processos; participação popular nos julgamentos; democratização e dignificação da magistratura.

Ligação permanente entre autarquias e populações, institucionizando-se a função cooperadora e fiscalizadora destas; revisão do Código Administrativo e sua substituição imediata por regras democráticas e simples; fomento das comissões de moradores; descentralização da Administração, combate à burocracia e apetrechamento técnico e financeiro das autarquias locais. Consagração do princípio: **um órgão do Estado — uma escolha popular livre.**

Campanha por uma **ampla frente democrática**, quer nas eleições, constituintes e outras, quer no conjunto da vida social. Combate a todas as formas de sectarismo partidário que, provocando a dispersão das forças populares, favoreçam a reacção. Campanha permanente em todas as frentes democráticas e populares para que as eleições, tanto locais como nacionais, sejam simultaneamente a expressão da liberdade de voto e da unidade popular por grandes objectivos comuns.

Descolonização: cumprimento rigoroso dos acordos celebrados; combate aos vestígios da mentalidade colonialista; protecção aos incapaciitados e às famílias das vítimas; cooperação e solidariedade com os antigos povos coloniais e seu tratamento preferencial nas relações externas.

Relações livres, iguais e mutuamente vantajosas com todos os Estados do mundo: solidariedade activa com os povos que lutam contra o fascismo, o colonialismo e outras formas de opressão; defesa da segurança e cooperação europeias, pelo desarmamento, a independência nacional e a paz, respeito pelos compromissos internacionais assumidos, mas afirmação progressiva de uma política de neutralidade oposta à existência de blocos militares.

2. VIAS E OBJECTIVOS ECONÓMICOS

A estratégia antimonopolista e antifundamentalista exige a limitação severa e progressiva do poder económico e das acções de sabotagem, diminuindo ou negando indemnização por expropriação ou nacionalização, e a eliminação das situações de privilégio, designadamente subsídios, créditos, usufruto das obras públicas de rega, terão de conjugar-se meios estatais e populares para intensa subfactorsação democrática de sectores económicos chave, impedindo subfactorsação nas exportações e fugas de capitais.

A defesa e desenvolvimento da economia do País orientar-se-ão por um plano de emergência com desdobramentos regionais, impulsionando investimentos e apoiando pequenas e médias empresas e cooperativas de produção; o plano será elaborado com participação de sindicatos, autarquias e outras organizações de massas; a intensificação da iniciativa económica do Estado

garantirá a execução do plano e lançar-se-ão jornadas nacionais e regionais de trabalho voluntário.

Para a transformação progressiva da banca há que incentivar o controlo com intervenção institucionalizada dos sindicatos dos bancários, limitar a especulação, punir severamente as infracções e coordenar a acção dos bancos nacionalizados e instituições públicas de crédito; os financiamentos devem ser dirigidos aos empreendimentos não monopolistas, à agricultura e ao fomento da habitação; há que captar as pequenas poupanças, designadamente dos emigrantes.

Uma fiscalidade popular e antimonopolista impõe o agravamento dos impostos sobre os grandes rendimentos, os lucros, a acumulação de cargos de direcção, à riqueza improdutiva e os consumos supérfluos, bem como o tratamento favorável dos rendimentos do trabalho; a fraude e a evasão devem ser reprimidas, o que requer vigilância institucionalizada dos trabalhadores, contabilidade normalizada e divulgação pormenorizada e regular de balanços e contas.

Pôr as finanças públicas ao serviço do povo orientada para a austeridade nas despesas, esclarecimento popular sobre a situação gravíssima deixada pelo fascismo, e maior produtividade dos serviços públicos pela motivação esclarecida dos funcionários; a expansão da actividade económica do Estado nos sectores-chave e o investimento em serviços e equipamentos colectivos, segundo as necessidades populares, serão as linhas de acção fundamentais.

Uma política social de preços começa pela sua contenção imediata, pela fixação de preços máximos para os produtos de primeira necessidade, e pela eliminação de intermediários parasitas, fortalecendo a unidade campo-cidade e trabalhadores-pequenos produtores e comerciantes contra os monopólios; a participação popular no controlo dos preços e a dos sindicatos e comissões de empresa sobre os ritmos de produção e abastecimento é essencial.

A acção por um comércio nacional de abastecimento popular passa pela ligação estreita dos pequenos produtores, em especial no campo, com o pequeno comércio e os consumidores, lançando-se serviços nacionais de abastecimento de produtos agrícolas, fomentando cooperativas de agricultores, de pequenos comerciantes e de consumo ligadas às organizações de massas, e promovendo as infra-estruturas exigidas pela comercialização (armazéns frigoríficos, mercados, etc.).

Um comércio externo para o progresso interno libertará o País da sua dependência perante o estrangeiro, desenvolvendo as trocas com os Países socialistas e os do Terceiro Mundo, em particular com as ex-colónias portuguesas; há que reforçar a vigilância das operações entre empresas do mesmo grupo, e devem nacionalizar-se as actividades de importação essenciais e fomentar-se as exportações das pequenas e médias empresas.

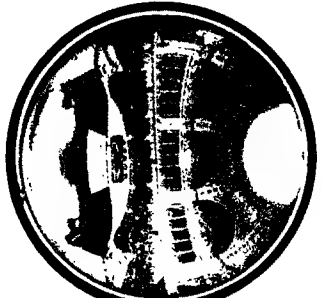
A caminho do turismo popular, o Estado intervirá evitando especulações com terrenos e reprimindo a acção dos intermediários, promoverá o aproveitamento social dos investimentos já existentes e desenvolverá o turismo popular e juvenil, interno e com países amigos, associando-se a iniciativas de intercâmbio cultural.

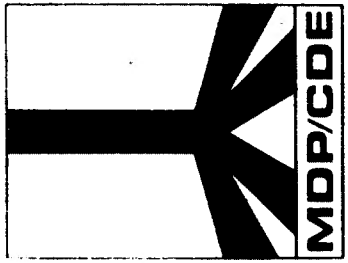
Para que a indústria, a construção e os transportes cumpram a sua função social necessitam progressiva reorganização e correcção das distorções provocadas pela estrutura monopolista; o desenvolvimento destes sectores enquadrar-se-á em planos elaborados com ampla e organizada participação popular, e levará ao incremento do investimento público; exigem-se medidas para defesa do meio ambiente face às actividades industriais, e a subordinação da construção e transportes aos interesses das populações.

O desenvolvimento da agricultura e o apoio activo ao campesinato começam pela revisão do regime de arrendamento, dando segurança e estabilidade aos rendeiros, e pelo desenvolvimento das explorações colectivas (cooperativas e empresas públicas), resultantes dos latifúndios; o incentivo às associações cooperativas de pequenos agricultores e a sua organização estará na base da promoção de produções essenciais para o abastecimento interno e exportação.

A defesa democrática dos pescadores e a protecção dos interesses nacionais requerem largo saneamento dos grupos empresariais comprometidos com o fascismo; a defesa das condições naturais da vida marítima e a protecção contra grupos estrangeiros devem ser asseguradas com a colaboração dos pescadores; impõe-se acção sobre as infra-estruturas da pesca, reconversão da pesca artesanal e reorganização da indústria conserveira.

A defesa das pequenas e médias empresas, completando a política antimonopolista, abrangerá a abertura de novos mercados, o apoio financeiro, a cooperação na produção, o desenvolvimento da informação e das técnicas, e o controlo da qualidade;





ficha

MEMBROS

DA COMISSÃO CENTRAL

AVEIRO Alvaro Seica

Neves, Neto Brandão, Pompílio

Souto.

BEJA Belchior Alves Pe-

reira, Vítor Borralho, José

Martins Rocha, José Sampaio,

BRAGA Vitor Borralho, José

Santos, Simões, José Manuel

Mezquita,

BRAGANÇA Manuel Au-

gusto Garcia, João Vicente (de-

legado),

CASTELO BRANCO

Vasco Silva, J. A. Gasção Nu-

nes,

COIMBRA Orlando de

Carvalho, Victor Costa, Luis Al-

buquerque, Aníbal Baptista,

EVORA Abílio Fernan-

des,

FARO Luís Catarino,

João Vargas, Campos Lima,

GUARDA Joaquim Afre-

do Espada de Sousa,

LEIRIA José Henriques

Varela, Carlos Mota, Custódio

Maldonado Freitas, Henrique

Neto, Maria Olímpia I. Figuei-

redo.

LISBOA António Ga-

lhardas, Fzequiel Vicente, Fe-

licitade Alves, Gilberto Lindim

Ramos, Graciete Alves Baptista,

Herberto Goulart, Joaquim Cal-

deira Rodrigues, Joel Serrão,

José Tengarrinha, Lino de Car-

valho, Mário Bruxelas, Melo de

Carvalho, Vítor Costa, Luis Al-

meida, Pereira de Moura, Vi-

tor Dias, José A. Tavares da

Cruz,

PORTALEGRE Silvestre

Aranha,

PORTO Macedo Varela,

Raul de Castro, Augusto Quin-

tela, Horácio Guimarães,

SANTARÉM Carlos Trin-

ção Marques, Madeira Lopes,

SETUBAL Marcos Antu-

nes, Alvaro Monteiro, Artur

Neves de Almeida, Fernando So-

bral Rodrigues (delegado),

VIANA DO CASTELO

Ribeiro da Silva, Eduardo Calvet

Magalhães (delegado),

VILA REAL Otílio Curva-

lho Figueiredo (delegado),

VISEU Armando Moisés (de-

legado),

PARIS Jorge Reis.

OS PARTIDOS UM A UM

SEDES

PORTALEGRE, Av. da Lis-

berdade (antigo edifício da De-

legação de Saúde),

AVEIRO, Rua Coimbra, 27

BEJA, Rua de Mértola, 70

BRAGA, Rua dos Capelistas,

30 - 1.º

BRAGANÇA, Rua Abílio

Beça, 92 - 1.º

CASTELO BRANCO, Alc.

da Assembleia de Castelo Bran-

co

COIMBRA, Av. Navarro, 76

- A - 1.º

ÉVORA, Rua do Raimundo,

48

FARO, Av. da República, 96

- 4.º

GUARDA, Rua Marquês de

Pombal, 63

LEIRIA, Rua Barão de Via-

monte, 113 - 1.º

LISBOA, Rua Artilharia 1.ª,

105

A L. U. A. R. (Liga de
Unidade e Acção Revolu-
cionária), não participa nas
eleições, apesar de dispôr
de uma organização de mili-
tantes que sem dúvida lhe
possibilitaria uma actuação
bem mais vasta do que a
de alguns dos pequenos par-
tidos que entram na campai-
nha. Não toma a posição
de muitos desses partidos,
a saber, utilizar a campai-
nha eleitoral para darem a
conhecer melhor as suas po-
sições, apesar de discorda-
rem das eleições.

Hermínio da Palma
Inácio as razões dessa attitu-
de:

Consideramos que, de-
pois do 25 de Abril, o mais
importante era o esclareci-
mento das populações sobre
o processo revolucionário.
Mas sem ser em moldes par-
tidários, tal como sucedeu.
O que se passou foi a con-
quista do voto, sem se ten-
tar esclarecer as pessoas,
que começaram a ouvir fa-
lar pela primeira vez de de-
mocracia, comunismo, so-
cialismo, social-democracia
e marxismo, sem saberem
o que significavam todos es-
ses conceitos. O que era im-
portante, para que as pessoas
pudessem tomar decisões de
modo responsável.

Hoje, aderem aos parti-
dos, muitas vezes porque
são «anti-qualquer coisa»,
anti PS ou anti PC.

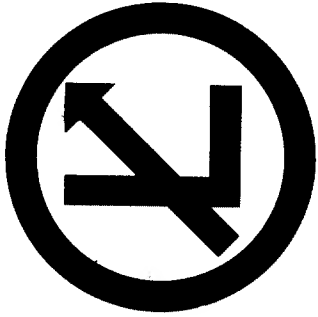
Para nós, para que este
processo fosse coerente e
autêntico, todas as corres-

tes políticas deviam ter sido
convidadas para uma As-
sembleia 'que, ponto por
ponto, elaborasse um pro-
jecto de Constituição, des-
cuidado em debate público,
e através da Televisão, tam-
bém ponto por ponto. Esse
debate, estenso a todo o
País, efectuando na base,
teria originado um processo
mais popular, vinculado ao
povo e talvez mais autên-
ticamente revolucionário.

Mas, nesse caso, como
avaliar a representa-
bilidade dos partidos?

Não seria assim muito

Palma Inácio À MARGEM DO PROCESSO ELEITORAL



ce a violência, uma vio-
lência negativa.

É curioso ouvir isso da
sua parte. A L. U. A. R.
utilizou métodos violentos
na sua luta...

A L. U. A. R. utilizou
a violência para destruir a
violência... Utilizamo-la,
porque nos opunhamos à
violência. É por isso que
falo de uma violência nega-
tiva.

Diversos movimentos
contestam igualmente as
eleições, mas partici-
pam nelas: Porque não o
tomam a mesma posição?

Nós estamos presentes.
Fazemos um trabalho de es-
clarecimento, participamos
neste processo como todos,
somos convidados diaria-
mente a efectuar sessões no
país. Estamos no fundo a
participar no aspecto de es-
clarecimento da campanha
eleitoral.

Estamos numa via revo-
lucionária, diz-se. Mas es-
colhe-se um processo cadu-
co, com eleições para uma
Assembleia Constituinte.
Nada sairá de revolucio-
nário, quando algo o podia
ser realmente.

Gasta-se uma fortuna em
papel, perdem-se divisas,
com milhares e milhares de
cartazes nas paredes. Quem
ganha com isso? Os princi-
pais partidos da coligação,
em prejuízo dos outros. To-
do este processo não é um
processo de autêntica repre-
sentabilidade na Assem-
bleia, mas sim dos meios
de que dispõem os partidos.

Ainda não se apresentou
à Nação um autêntico pro-
cesso de autêntica repre-
sentabilidade na Assem-
bleia, mas sim dos meios
de que dispõem os partidos.

programa

A característica dominante do Programa do Movimento Democrático Português (MDP/CDE) é a de ser o programa da vitória antifascista e da abertura das largas vias unitárias e populares que, no quadro do combate antimonopolista, conduzem à criação e desenvolvimento do Estado amplamente democrático. É este o terreno do MDP/CDE. É este o seu papel histórico.

Ao longo dos cinquenta anos de ditadura o nosso povo foi compreendendo duramente a importância da unidade popular para derrubar o fascismo. Uma consciência forjada e alargada através das grandes e das pequenas lutas — tantas delas vitoriosas — contra a opressão económica, social e política. Assim se uniram homens e mulheres de várias condições sociais e de diferentes credos políticos e religiosos em torno das organizações democráticas — como o Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), o M.U.D. Juvenil, o Movimento Nacional Democrático — e das grandes movimentações populares e políticas — como as campanhas democráticas de Norton de Matos, de Rui Luís Gomes ou do general Humberto Delgado. Com esse mesmo espírito e sentido se criou em 1969 a C.D.E., que se afirma, pois, na sequência dos movimentos democráticos e unitários anteriores, como um amplo, poderoso e aguerrido movimento organizado democraticamente a partir da iniciativa e papel fundamental das suas bases e mobilizando vastas camadas da população na luta pelos grandes problemas do povo português. É com orgulho que o MDP/CDE pode afirmar as duras provas que deu na luta para que o 25 de Abril fosse possível, bem evidenciadas nas centenas dos seus membros que foram presos e torturados pela PIDE. Acompanhando e intervindo, como sempre, nos mais importantes acontecimentos nacionais, o MDP/CDE foi, assim, a primeira organização política a promover em Lisboa e em vários pontos do País grandes

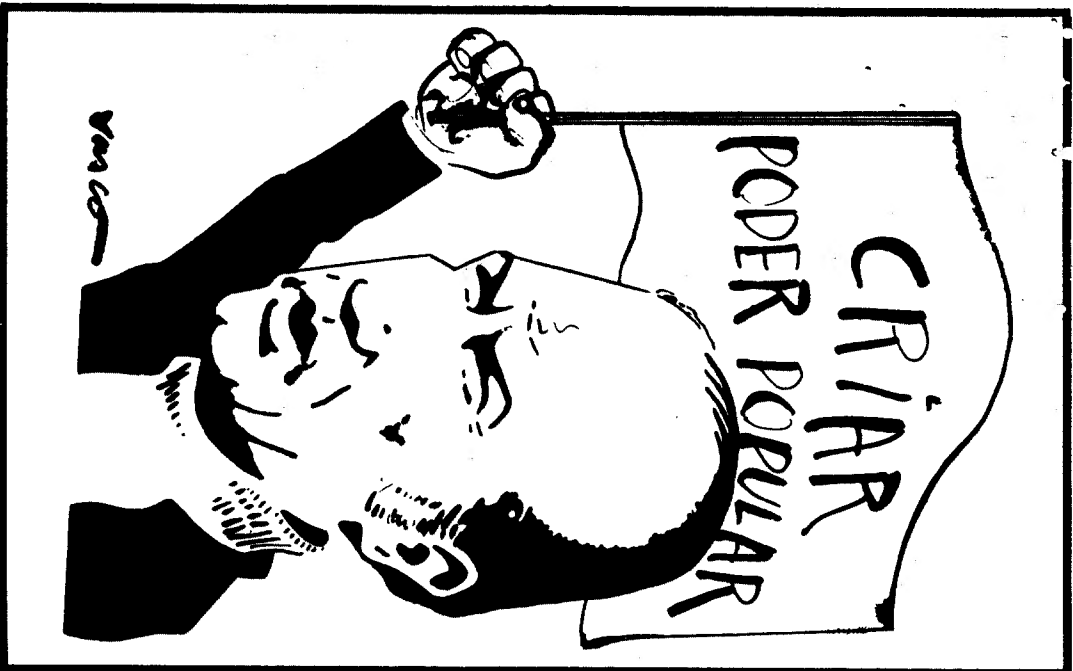
manifestações populares de apoio ao M.F.A. logo no dia 26 de Abril.

Como partido da unidade do povo, o MDP/CDE continua a afirmar-se como movimento político e unitário das massas populares.

Considerando que o principal inimigo do povo português e do desenvolvimento democrático do País é a existência da dominação económica monopolista e latifundiária na nossa terra, o Programa do MDP/CDE aponta para a necessidade da unidade dos sectores não monopolistas da população: trabalhadores, pequenos e médios proprietários agrícolas, industriais e comerciantes, todos interessados na luta contra a opressão do grande poder económico e por uma sociedade justa e digna.

O sentido fundamental do Programa do MDP/CDE é o de estabelecer bases para uma acção conjunta do Estado, do M.F.A., das forças democráticas, das organizações populares na defesa e ampliação da democracia.

Tudo deve ser feito para sobrepor a unidade popular e democrática à divisão política, de modo a lançar as bases de uma larga e decisiva participação do povo na transformação do Estado que lhe deve pertencer. Deste modo, todas as acções partidárias e políticas devem subordinar-se à preocupação de criar e expandir a unidade e organização do povo. Só assim o povo poderá cumprir as suas grandes tarefas que são a destruição do Estado e herança fascista, o desenraizamento do monopolismo, razão de ser da opressão fascista, e o estabelecimento do Estado amplamente democrático que permita e fomente o florescimento de uma nova sociedade, de novas e mais livres relações humanas, assentes na prosperidade geral.



missões de moradores, etc., que ocupam. Nós ajudamos apenas. Estamos neste momento com a gente da Curralta: eles é que decidiram ocupar casas, porque não os realojavam depois do incêndio, nós apenas os ajudamos a organizarem-se.

Nunca ocupamos nada para uso próprio, todas as nossas sedes são alugadas. Actuamos, ou para resolver problemas, ou para dar uma função social a casas, moradias abandonadas há muito tempo pelos seus proprietários. Ao dar uma função social a essas casas, procuramos criar a prática de um processo revolucionário, porque aliamos toda uma população para a resolução dos seus problemas.

A L. U. A. R. não tem feito só ocupação de casas. De indústrias também, para evitar a suspensão das actividades e diminuir o desemprego, assim como para modular as relações de produção. Tudo isso se insere num processo revolucionário novo, que pode ser a nossa alternativa.

Não podemos pensar em grandes projectos de transformação da sociedade, se não formos capazes de transformar o quotidiano. Transformando o quotidiano, fazemos com que as pessoas sejam capazes de transformar o processo revolucionário. Ao mesmo tempo, vamos avançando com o nosso projecto, que se insere nessa prática do quotidiano. Será assim um autêntico projecto revolucionário e nunca um estudo de gabinete.

A L. U. A. R. tem um projecto? É um facto que desencadeia acções de carácter revolucionário, mas se não se integram num projecto podem revelar-se estereis.

Essas acções não são estereis, porque na realidade se inserem num projecto que não elaboramos sozinho, mas com a classe trabalhadora. Tais acções esclarecem, servem o quotidiano. É por isso que são revolucionárias.

Mas não receia que essa vossa acção possa no fundo ser mais uma acção paterna- lista?

Não, porque nós o que fazemos sobretudo é auxiliar, apoiar. Por exemplo, as ocupações de casas: a L. U. A. R. não ocupa, são as pessoas, os grupos, co-

Não se podem fazer projectos. Estamos a viver com muita rapidez este momento político. Por agora, elaboramos o projecto para o 2.º Congresso da L. U. A. R. (logo depois das eleições). Então teremos definido melhor o que será a L. U. A. R. num futuro próximo.

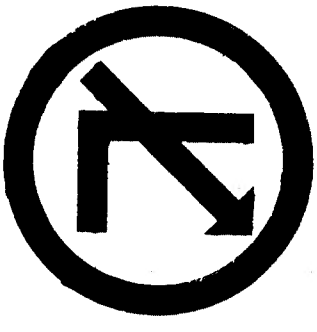
A propósito de Congressos: falou-se de divergências no vosso 1.º Congresso, divergências essas que teriam provocado a sua interrupção.

Não. O Congresso não terminou por falta de tempo, porque não tivemos tempo para terminar o trabalho, esse projecto, precisamente, de que falei. Formamos duas comissões amplas que estão a discutir.

Não houve divergências nem a mais pequena cisão. A organização mantém-se coesa, consciente do seu papel e disposta a assumir todas as suas responsabilidades.

Esse projecto, como disse, será apresentado ao Congresso que se reunirá depois das eleições. Entretanto vamos discutindo um certo número de coisas, tomando posições. Pensamos assim, antes das eleições, tornar públicas as nossas intenções de voto, para todos os militantes e simpatizantes.

Agora, o que é emigrado é que, não participando nas eleições, nunca fomos tão solicitados para comícios e reuniões. Isto por todo o País — mesmo nas zonas consideradas mais reaccionárias, onde as influências predominantes são as dos partidos reaccionários.



Arriba

Published with The New York Times and The Washington Post

Com o pacto concluído entre os partidos e as Forças Armadas, as eleições transformaram-se, efectivamente, num plebiscito para o plano das Forças Armadas de reger Portugal durante cinco anos e colocar o País no caminho irreversível do socialismo português — assim escreve, em artigo não assinado, o «Herald Tribune», numa notícia comentada sobre o Pacto que o M. F. A. estabeleceu com os partidos políticos com vista à Constituição que sairá da Assembleia. No artigo diz-se ainda que os partidos «esperam poder influenciar a tendência para o socialismo e manter as liberdades públicas». Para o «Herald Tribune», «essa esperança baseia-se na crença de que as próprias Forças Armadas estão divididas e de que ainda existem vigorosas forças moderadoras no seu seio». Partidos, que, segundo este jornal objectivaram ao pacto, mas o aceitaram «para não enfrentarem a perspectiva de se tornarem marginalizados políticos, acusados de trair a Revolução: o PS, o PPD e o CDS».

Interpretações bastante semelhantes — quase tiradas a papel químico — dão os jornais ingleses «The Observer» e «The Guardian».

Arriba

FINANZIATO DA L. U. A. R.

«A pesar da sua importância e do carácter espectacular que assume a campanha, mais importante ainda foi o encontro que se efectuou entre o MFA e os representantes dos partidos políticos legalizados: os militantes apresentaram aos partidos a «plataforma de acordo» a integrar na Constituição» — escreve em «Arriba», o enviado especial a Lisboa, Fernando Jauregui. O jornalista fala dos contactos prévios havidos entre os partidos e o MFA, e diz que tais contactos não se realizaram com o PPD, «que parece ser o que mais se opõe à participação militar na vida política depois das eleições».

Analisando a campanha, o «Arriba» escreve: «Os ataques contra o PCP começaram facilmente, desde o incipiente acordo que, há uns dias, aproximou comunistas e socialistas. Na campanha de ataques, o PPD continua a ser pioneiro, mau grado as suas propostas de «pacto de campanha» — diz Jauregui.

“THE GUARDIAN”

Em artigo escrito por António de Figueiredo e Jonathan Steele sobre as relações entre Portugal e a União Soviética, o «Guardian» escreve: «A medida que o Ocidente torna uma atitude mais fria com Portugal desde a nacionalização da banca e a viragem para a esquerda, a URSS está a tomar um maior interesse» por Portugal. Isso manifesta-se não só pelo novo intercâmbio comercial e criação de linhas directas de comunicação Lisboa-Moscovo, como também pelo notável tráfego humano entre as duas capitais. «Nada disto significa que Lisboa esteja já a caminho de se tornar um satélite ou que esteja politicamente a fixar-se num eixo Moscovo-Havana, como alguns observadores histéricos do Ocidente diriam» — escreve o «Guardian».

E o artigo prossegue, dizendo: «Outras características dos comunistas que atraem alguns oficiais do MFA são «o seu autoritarismo e paternalismo, a sua preocupação em melhorar o miserável nível de vida dos camponeses, a sua vontade de aceitarem os católicos, a sua vigilância contra a real ameaça de um contragolpe fascista e possivelmente de inspiração internacional e, finalmente o facto de, à excepção de Álvaro Cunhal, os principais dirigentes comunistas serem da classe média inferior ou da classe trabalhadora».

DE FORA PARA DENTRO

CORRIERE DELLA SERA

«As amarras que ligam Portugal à Aliança Atlântica enfraqueceram de tal modo, nas últimas semanas, que fazem surgir uma insinuação quase diária dos dirigentes militares na sua fidelidade à NATO como um simples esconjuro contra eventuais tempestades», escreve Bernardo Valli, num artigo no jornal italiano «Corriere della Sera». O articulista não acredita nas várias declarações sobre o assunto, preferidas por personalidades portuguesas, militares e civis.

Referindo-se depois às já noticiadas diligências de embaixadores de países membros da NATO, junto do presidente da República portuguesa, e às declarações do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, que se mostrou «preocupado» com a evolução dos acontecimentos em Portugal, Bernardo Valli pergunta: a que poderá levar tudo isto?

E responde: «Uma aliança pode dissolver-se pelo desinteresse dum das partes, ou pela falta de confiança recíproca entre os vários componentes. Nestes casos, a ruptura pode ocorrer sem dramas. As reacções são, no entanto, imprevisíveis quando um dos aliados passa para o campo oposto». Não diz expressamente o articulista em que caso está Portugal. Mas logo a seguir diz que o «caso português» não pode compararse ao francês nem ao grego nem ao turco. E afirma: «A disponibilidade do regime de Lisboa deixa a porta aberta a poucas possibilidades». Sinomas que de outro modo, passariam despercebidos, fazem aqui surgir imediatas suspeitas e temores.

Que sintomas? As tais facilidades pedidas pela URSS para a sua frota pesqueira na Madeira (notícia propagada ultimamente em muitos jornais ocidentais), os «insistentes gritos filo-soviéticos» proferidos nos comícios do PCP, «o espaço dedicado pelos jornais às visitas dos ministros pelo Leste europeu», os «slogans antiamericanos e anti-NATO» — refere o jornalista de «Corriere della Sera».

Contudo, logo a seguir o jornalista diz que um alinhamento de Portugal pelo bloco soviético seria muito «difícil sobretudo pela posição geográfica». E, além disso, «uma decisão do género não encontraria a unanimidade no MFA, onde as tendências neutralistas prevalecem e onde não faltam as filo-ocidentais».

«Neues Deutschland»

«A vistosa actividade da República Federal Alemã na península ibérica» é comentada pelo jornal berlinense «Neues Deutschland» especialmente em relação a Portugal — informa um telegrama da ADN/ANI.

Referindo-se à visita recentemente efectuada a Madrid pelo ministro alemão ocidental dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, e às declarações que ali proferiu sobre os acontecimentos em Portugal, o «Neues Deutschland» escreve: «Destacados políticos da RFA e de todos os partidos representados no Bundestag (Parlamento) que mantiveram relações amistosas com o ex-ditador Caetano, juntamente com os notáveis espanhóis, preocupam-se agora com a democracia em Portugal, já que o povo, depois de difíceis e dolorosas experiências, se encarregou do seu próprio destino. Nenhum outro país da Europa Ocidental e membro da NATO desenvolve tal actividade contra o novo Portugal. É muito evidente que a RFA se sente chamada a desempenhar um papel especial na conspiração contra-revolucionária da reacção internacional».

Por seu turno, o jornal «National Zeitung», de Berlim, salienta:

«As declarações proferidas por Genscher, com as quais apresentou expressamente o ponto de vista do governo da RFA, significam uma nova ingerência nos assuntos internos e nos direitos soberanos de Portugal que se libertou da ditadura fascista e trava uma luta pela via democrática no interesse dos direitos do povo, luta que é vista com simpatia em todo o mundo».

Lisboa: QUEM vota e ONDE



friedo Manuel Mendes a Amélia Maria da Silva Montalva
4.ª Secção de voto — de Amélia Marques Dias da Conceição Pinto a Ana Rita Carvalhais da Silva
5.ª Secção de voto — de Ana Rita Sousa a António Dias Abrantes
6.ª Secção de voto — de António Dias de Almeida a António Manuel Santos de Barros
7.ª Secção de voto — de António Manuel dos Santos Carreira a Armando António Pereira Teles Fortes
8.ª Secção de voto — de Armando António dos Santos a Augusto Afonso Ramirez
9.ª Secção de voto — de Augusto Alexandre Nascimento de Almeida a Berta Fonseca do Carmo
10.ª Secção de voto — de Berta Hortense Pinto Gomes da Costa de Mascarenhas Inglês a Carlos de Jesus Pardal
11.ª Secção de voto — de Carlos de Jesus Pardal a Carlos de Jesus Pereira a Celestino Alves Rodrigues
12.ª Secção de voto — de Celestino da Cunha a David Nunes dos Santos
13.ª Secção de voto — de David Oliveira Sousa a Eduarda Marques Fonseca
14.ª Secção de voto — de Eduarda Salgueiro Ribeiro Fernandes a Emília da Conceição Gomes Rodrigues
15.ª Secção de voto — de Emília da Conceição Marques a Eugénio Maria José Rolin Geráldez Barba
16.ª Secção de voto — de Eugénio Marques Pereira a Fernanda Estaca Baptista
17.ª Secção de voto — de Fernando Esteves Borges a Francisco Albino dos Reis Frago
18.ª Secção de voto — de Francisco Alexandre Monteiro a Gertrudes Maria Santos
19.ª Secção de voto — de Gertrudes Maria de Sousa Vitorino a Herminia Antunes Manta
20.ª Secção de voto — de Herminia Asper Filho a Ingeborg Camacho e Quack Gonçalves
21.ª Secção de voto — de Inocência Aurélia Martins a Jaime Manuel Simões Pinto
22.ª Secção de voto — de Jaime Maria Reixa a João Manuel Ferreira dos Santos Matias
23.ª Secção de voto — de João Manuel Ferreira da Silva a Joaquim Moreira
24.ª Secção de voto — de Joaquim Moreira Dias a José António Frago
25.ª Secção de voto — de José António Franco Júnior a José Gomes da Costa
26.ª Secção de voto — de José Gomes da Costa Belo a José Marques Bernardo
27.ª Secção de voto — de José Marques da Fonseca a Judite da Conceição Ferreira
28.ª Secção de voto — de Judite da Conceição Reixa e Costa a Laurinda dos Santos Dinis
29.ª Secção de voto — de

Laurinda dos Santos Ferreira Sarmento a Lucinda Marques Moreira
30.ª Secção de voto — de Lucinda Mata Lopus a Manuel Alves
31.ª Secção de voto — de Manuel Alves a Manuel Moreira Beg
32.ª Secção de voto — de Manuel Moreira Rodrigues a Maria Adélaide Ferreira de Castro
33.ª Secção de voto — de Maria Adélaide de Jesus (coelho) a Maria Antonieta do Rosário Praia Cançeira
34.ª Secção de voto — de Maria Antonieta Rodrigues Barão Lopes a Maria do Carmo Dias de Noronha da Costa Paulino
35.ª Secção de voto — de Maria do Carmo Diogo a Maria da Conceição Gonçalves Boelheiro Jardim
36.ª Secção de voto — de Maria da Conceição Gonçalves Maria do Couto Ferreira Peixoto da Costa a Maria Emília Ferreira da Cunha Calado
37.ª Secção de voto — de Maria Emília Ferreira Lourenço da Costa Lima a Maria Ferreira da Silva Xavier de Figueiredo Prazeres
38.ª Secção de voto — de Maria Figueira do Nascimento a Maria Helena Serrano de Amorim
39.ª Secção de voto — de Maria Helena Severino de Sousa Lucas dos Santos a Maria Joaquina
40.ª Secção de voto — de Maria Joaquina a Maria Lucília Parreira Pereira
41.ª Secção de voto — de Maria Lucília Pedra dos Anjos Duarte Santos a Maria de Lourdes de Oliveira Romano de Oliveira
42.ª Secção de voto — de Maria de Lourdes Oliveira Santos Rego de Amorim de Castro Ataíde Cordeiro
43.ª Secção de voto — de Maria das Mercês Mercier de Almeida a Maria Rita Caetano Alves
44.ª Secção de voto — de Maria Rita do Carmo a Maria Teresa Vassallo Neves de Sousa Carrusca
45.ª Secção de voto — de Maria Teresa Valério Miguel Lopes a Matilde Nunes
46.ª Secção de voto — de Matilde de Oliveira Costa a Olinda Teixeira Bastos
47.ª Secção de voto — de Olinda Inácio a Raul Carreira dos Santos
48.ª Secção de voto — de Raul de Castro de Sousa Martins

a Rui dos Santos Pinho
49.ª Secção de voto — de Rui Sérgio Parreira Curado a Verónica Correia Pires
50.ª Secção de voto — de Verónica Duarte da Silva a Zulmira Tavares de Jesus.
IAPA

1.ª Secção de voto — de Abelcussis João Martins Possolo de Leão Vasco de Carvalho a Alice da Silva Martins
2.ª Secção de voto — de Alice da Silva Oliveira a Ana Maria Vian do Nascimento Alves
3.ª Secção de voto — de Ana Martins Gerra a António José Silva Luz Rodrigues
4.ª Secção de voto — de António José Silva Quintino de Barros a Arsénio Joaquim Duarte

SANTA ISABEL.

No Liceu Pedro Nunes (entrada principal) Avenida Álvares Cabral — Lisboa
1.ª Secção de voto — de Abel Abrantes da Silva a Alzira da Silva
2.ª Secção de voto — de Alzira Simões a António de Carvalho Pereira
3.ª Secção de voto — de António Castanheira Nunes a Artur Alves Moreira
4.ª Secção de voto — de Artur Antunes a Carlos Pinto Bernardino

No Liceu Pedro Nunes (entrada pelo ginásio) Avenida Álvares Cabral — Lisboa
5.ª Secção de voto — de Carlos Quinteiro dos Santos a Eduardo Joaquim Luis Gonçalves
6.ª Secção de voto — de Eduardo Jorge Martins Rosa a Fernando de Almeida
7.ª Secção de voto — de Fernando Alves Sendinha a Hamilton da Cunha
8.ª Secção de voto — de Hans Martin Zellhafer a João Artur Domingos Antunes Lourenço

Na Escola Industrial Machado de Castro Rua Saraiva de Carvalho, 39 — Lisboa
9.ª Secção de voto — de João Augusto Ferreira Mogas a Jorge Vieira
10.ª Secção de voto — de Jorge Abrão Ferreira Teixeira da Costa a José Pinto Figueiredo
11.ª Secção de voto — de José Pinto Patuleia a Ludovina Moreira da Silva
12.ª Secção de voto — de Ludovina dos Santos Marques do Adro a Marguerite Robin de Andrade
13.ª Secção de voto — de Maria a Maria do Carmo de Sotto Mayor Quaresma Vaz Antunes

Na Escola Primária (sector feminino) Trav. de Santa Quitéria (à Rua de S. Bento) — Lisboa
14.ª Secção de voto — de Maria do Carmo de Sousa a Maria Evelina da Conceição Vecchi Pinto Coelho de Vilhena

Nestas páginas, publicamos todos os dias as listas das secções de voto de todas as freguesias dos quatro Bairros de Lisboa. Os eleitores estão distribuídos por ordem alfabética, sendo portanto extremamente fácil saber quais os respectivos locais de voto. Quanto aos que figuram nas listas suplementares, isto é, todos aqueles que pelas mais diversas razões foram inscritos depois dos prazos legais, devem consultar os editais das suas

(1) Ajuda (2) Alcantara (3) Lapa (4) Prazeres (5) Santa Isabel (6) Santa Maria de Belém (7) Santo Con-

testável (8) Santos-o-Velho (9) S. Francisco Xavier.

Na Escola Primária (sector feminino) Trav. de Santa Quitéria (à Rua de S. Bento) — Lisboa
15.ª Secção de voto — de Maria Fajarda a Maria Joaquina Martins da Cruz Velez
16.ª Secção de voto — de Maria Joaquina Pereira a Maria da Nazaré Simões de Carvalho

SANTA MARIA DE BELÉM

1.ª Secção de voto — de Abel Arruda Morais a Albina da Silva Cabral
2.ª Secção de voto — de Albino Agostinho da Costa Soares a Américo Tavares Dias
3.ª Secção de voto — de Amílcar Augusto Ferreira a António Borges
4.ª Secção de voto — de António Borralho a António Luis Ferreira Pedro Marcello
5.ª Secção de voto — de António Luis Henriques a Armando do Machado dos Santos Reto
6.ª Secção de voto — de Armando Manuel Blanc de Sousa a Bernardino de Matos Correia
7.ª Secção de voto — de Bernardino das Neves Mendes a

20.ª Secção de voto — de Valdemar Pedro da Silva a Zulmito Manuel Ramos

Catarina da Silva Tavares Alves
8.ª Secção de voto — de Cecília da Cruz Meira a Ezequiel Vieira da Conceição
9.ª Secção de voto — de Deolinda da Conceição a Ema Marques Melo Henrique
10.ª Secção de voto — de Ema Malheiro Pereira Ribeiro a Fernando Manuel da Costa Duarte Serejo
11.ª Secção de voto — de Fernando Manuel da Cruz Figueiredo a Francisco Rutinho
12.ª Secção de voto — de Francisco dos Reis Frios a Herminio Lima da Silva
13.ª Secção de voto — de Herminio António Gomes de Oliveira a Jacinto Calado
14.ª Secção de voto — de Jacinto da Costa Murragus a João Pedro do Amaral da Silva Sanchez
15.ª Secção de voto — de João Pedro Felgueiras da Silveira a Jorge Augusto Rebelo
16.ª Secção de voto — de Jorge Augusto da Silva Santos a José Fernando Granja da Costa
17.ª Secção de voto — de José Fernando Leça Ramada a José Maria Viegas Gonçalves
18.ª Secção de voto — de José Mariano Alves da Encarnação a Júlio dos Reis Mendes
19.ª Secção de voto — de Júlio Ribeiro Ferreira a Luis Germano Marques da Cruz
20.ª Secção de voto — de Luis Gonçalves a Manuel Gonçalves
21.ª Secção de voto — de Manuel Gonçalves Branco a Maria Adelaide Rodrigues de Araújo da Conceição
22.ª Secção de voto — de Maria Adelaide Rodrigues Marques a Maria Carlota Ribeiro Ferreira
23.ª Secção de voto — de Maria Carlota Trigo Borges Sousa Pinto a Maria Délia Pimenta Parracho Laranjo
24.ª Secção de voto — de Maria Deolinda Coelho de Moura Borges M. Fernandes a Maria Flávia Cunha Pires Cardoso de Seabra
25.ª Secção de voto — de Maria Flávia de Sousa Ferreira a Abacassis a Maria de Jesus Laginhas



26.ª Secção de voto — de Maria de Jesus Lopes Caetano a Maria Luísa Santos C. Monteiro
27.ª Secção de voto — de Maria Luísa dos Santos Félix Brito a Maria Luísa Monteiro
28.ª Secção de voto — de Maria Morais Valdeira a Maria Teresa Francisco Souto Moura
29.ª Secção de voto — de Maria Teresa Frazão Vieira Santos de Tavares Moreira a Natália Rodrigues de Oliveira
30.ª Secção de voto — de Natália Rosa a Raul Araújo
31.ª Secção de voto — de Raul d'Assunção Solla a Sofia das Graças Paulo
32.ª Secção de voto — de Sotero Martins a Zulmira Simões

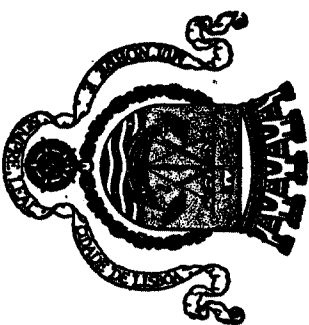
PRAZERES

1.ª Secção de voto — de Abel António a Alfredo Alves Pereira
2.ª Secção de voto — de Alfredo António Gandara a Ana Maria Sousa Silva
3.ª Secção de voto — de Ana Maria de Sousa Trindade Abreu a António Lopes
4.ª Secção de voto — de António Lopes a Arminda Maria Silva Figueiredo
5.ª Secção de voto — de Arminda do Nascimento Melo a Carlos Alberto Crespo da Silva
6.ª Secção de voto — de Carlos Alberto das Dóres Evaristo a Conceição Dias da Silva
7.ª Secção de voto — de Conceição Dornelas Alegre a Elizabeth Henriques Branco
8.ª Secção de voto — de Elizabeth Lopes Simões Tiopista a Fernanda Lucas Cerca
9.ª Secção de voto — de Fernanda Lúcia de Albuquerque a Francisco Nogueira Brandão
10.ª Secção de voto — de Francisco Nunes Gonçalves a Humberto Tomás
11.ª Secção de voto — de Ida Coelho a João Carrilho da Silva
12.ª Secção de voto — de João Carvalho Félix Júnior a

Joaquim Pereira da Rocha
13.ª Secção de voto — de Joaquim Pereira Santo a José Gonçalves
14.ª Secção de voto — de José Gonçalves a José Teixeira Rebelo
15.ª Secção de voto — de José Teixeira dos Santos a Lúcia de Jesus Alves Pereira
16.ª Secção de voto — de Lúcia de Jesus Barreira Ribeiro Cardoso a Manuel Fernandes Gonçalves
17.ª Secção de voto — de Manuel Fernando Baão Lima a Maria Alice de Jesus
18.ª Secção de voto — de Maria Alice de Jesus Pinto a Maria Celeste da Silva Fonseca
19.ª Secção de voto — de Maria Celeste Sousa Rebelo a Maria Eugénia Fernandes Leite
20.ª Secção de voto — de Maria Eugénia da Fonseca Sarrieva Vaz a Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo
21.ª Secção de voto — de Maria Isabel Gonçalves Guerreiro Neves a Maria Luísa Rebelo Salomé
22.ª Secção de voto — de Maria Luísa Reis de Bivar Winholz de Saadurá Botte a Maria Orlanda Rocha Machado Avila
23.ª Secção de voto — de Maria Olívia Bravo Espada Silva a Maria Margarida de Sousa Vaz da Silva Lopes
24.ª Secção de voto — de Maria Theres Newbery Patricea Bandeira a Palmira dos Santos Lopes
25.ª Secção de voto — de Palmira dos Santos Silva Correia a Severino Cabral
26.ª Secção de voto — de Severino da Silva Quintas a Zuzarte Francisco Domingos

SANTO CONDESTÁVEL

1.ª Secção de voto — de Abel Afonso a Albertina Cândida Costa Barros
2.ª Secção de voto — de Albertina da Conceição Branco a Alfredo Manuel Martins Félix
3.ª Secção de voto — de Al-



(1) Ajuda (2) Alcantara (3) Lapa (4) Prazeres (5) Santa Isabel (6) Santa Maria de Belém (7) Santo Con-

destável (8) Santos-o-Velho (9) S. Francisco Xavier. Continuação no próximo número.